

# Diário do Legislativo de 25/03/2006

## MESA DA ASSEMBLÉIA

Presidente: Deputado Mauri Torres - PSDB

1º-Vice-Presidente: Deputado Rêmoló Aloise - PSDB

2º-Vice-Presidente: Deputado Rogério Correia - PT

3º-Vice-Presidente: Deputado Fábio Avelar - PTB

1º-Secretário: Deputado Antônio Andrade - PMDB

2º-Secretário: Deputado Luiz Fernando Faria - PP

3º-Secretário: Deputado Elmiro Nascimento - PFL

## SUMÁRIO

### 1 - ATAS

1.1 - 4ª Reunião Extraordinária da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 15ª Legislatura

1.2 - 12ª Reunião Ordinária da Mesa da Assembléia

1.3 - 16ª Reunião Extraordinária da Mesa da Assembléia

1.4 - 17ª Reunião Extraordinária da Mesa da Assembléia

1.5 - Reunião de Comissões

### 2 - ORDEM DO DIA

2.1 - Comissão

### 3 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

3.1 - Comissões

### 4 - TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

### 5 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

### 6 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

### 7 - ERRATA

## ATAS

ATA DA 4ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, EM 22/3/2006

Presidência do Deputado Mauri Torres

Sumário: Comparecimento - Abertura; questão de ordem; existência de quórum para a continuação dos trabalhos - 1ª Parte: Ata; discurso do Deputado Padre João; aprovação - 2ª Parte (Ordem do Dia): 1ª Fase: Discussão e Votação de Pareceres: Parecer de Redação Final do Projeto de Resolução nº 2.664/2005; aprovação; questão de ordem; verificação de votação; ratificação da aprovação - 2ª Fase: Discussão e Votação de Proposições: Votação, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei Complementar nº 92; manutenção; declaração de voto - Votação, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 16.860; manutenção; declaração de voto - Questões de ordem - Encerramento.

### Comparecimento

- Comparecem as Deputadas e os Deputados:

Mauri Torres - Fábio Avelar - Antônio Andrade - Luiz Fernando Faria - Elmiro Nascimento - Adalcleber Lopes - Adelmo Carneiro Leão - Alberto Pinto Coelho - Alencar da Silveira Jr. - Ana Maria Resende - André Quintão - Antônio Carlos Arantes - Antônio Júlio - Biel Rocha - Carlos Gomes - Carlos Pimenta - Cecília Ferramenta - Dalmo Ribeiro Silva - Dilzon Melo - Dinis Pinheiro - Djalma Diniz - Domingos Sávio - Doutor Ronaldo - Doutor Viana - Durval Ângelo - Elisa Costa - Ermano Batista - Fahim Sawan - George Hilton - Gil Pereira - Gilberto Abramo - Gustavo Corrêa - Gustavo Valadares - Irani Barbosa - Jésus Lima - Jô Moraes - João Bittar - João Leite - José Henrique - Laudelino Augusto - Leonardo Quintão - Lúcia Pacífico - Luiz Humberto Carneiro - Márcio Kangussu - Maria Olívia - Marlos Fernandes - Miguel Martini - Olinto Godinho - Padre João - Paulo Cesar - Paulo Piau - Pinduca Ferreira - Ricardo Duarte - Roberto Carvalho - Sargento Rodrigues - Sebastião Costa - Sebastião Helvécio -

## Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Mauri Torres) - Às 20h8min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos.

## Questão de Ordem

O Deputado Padre João - Creio que há quórum suficiente para manter a reunião.

O Sr. Presidente - A Presidência verifica, de plano, a existência de quórum para a continuação dos trabalhos.

## 1ª Parte

### Ata

O Sr. Presidente - O Deputado Elmiro Nascimento, 3º-Secretário, nas funções de 2º-Secretário, procede à leitura da ata da reunião anterior. Em discussão, a ata. Com a palavra, para discuti-la, o Deputado Padre João.

O Deputado Padre João - Sr. Presidente, sei que a ata lida é um resumo do que consta nas notas taquigráficas, mas creio que seria importante, assim como foi registrada a palavra do Presidente da reunião, Rêmolo Aloise, quando afirmou que enviaria uma fita para a Comissão de Ética, fazer constar a garantia de que a Presidência vai recompor a Comissão de Ética, que já existia e, se assim posso dizer, defasou. O Bloco PT-PCdoB discutiu hoje com o Colégio de Líderes e indicou os nomes. É preciso que haja o empenho da Mesa para recompor a Comissão de Ética, para que ela possa trabalhar e garantir a paz, a harmonia, e o bom entendimento, o que, creio, é produzir um pouco de ética. É preciso que haja esse empenho e que se faça constar como foi a palavra da própria Presidência, o desejo desta de se empenhar, junto ao Colégio de Líderes, para reconstituir a Comissão de Ética nesta Casa e garantir a paz, a harmonia, o respeito, resgatando-se a verdadeira política e, assim, a atuação do Parlamento. Obrigado.

O Sr. Presidente - A Presidência esclarece ao Deputado Padre João que o teor da questão de ordem será publicada na ata que é publicada no "Minas Gerais". Não havendo retificação a ser feita na ata, dou-a por aprovada.

## 2ª Parte (Ordem do Dia)

### 1ª Fase

O Sr. Presidente - Nos termos do edital de convocação, a Presidência passa à 2ª Parte da reunião, em sua 1ª Fase, com a discussão e a votação de pareceres e a votação de requerimentos.

### Discussão e Votação de Pareceres

O Sr. Presidente - Parecer de Redação Final do Projeto de Resolução nº 2.664/2005 da Comissão de Política Agropecuária, que aprova, em conformidade com o disposto no art. 62, inciso XXXIV, da Constituição do Estado, a alienação de terra devoluta que especifica. Em discussão, o parecer. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o parecer. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado.

O Deputado Padre João - Sr. Presidente, solicito verificação de votação.

O Sr. Presidente - É regimental. A Presidência solicita às Deputadas e aos Deputados que ocupem os seus lugares.

## Questão de Ordem

O Deputado Gilberto Abramo - Sr. Presidente, seria possível a suspensão da reunião por 2 minutos? Há Deputados acompanhando a cassação de Deputados na Câmara; assim, haverá tempo para que eles se façam presentes.

O Sr. Presidente - A Presidência vai proceder à verificação de votação pelo processo eletrônico e, para tanto, solicita às Deputadas e aos Deputados que não registraram sua presença no painel que o façam neste momento.

- Procede-se à verificação de votação por meio do painel eletrônico.

O Sr. Presidente - Votaram "sim" 38 Deputados. Com a presença deste Presidente, perfazem o total de 39 Parlamentares. Está, portanto, ratificada a aprovação do Parecer de Redação Final do Projeto de Resolução nº 2.664/2005. À promulgação.

## 2ª Fase

O Sr. Presidente - Esgotada a matéria destinada à 1ª Fase, a Presidência passa à 2ª Fase da Ordem do Dia, com a discussão e a votação da matéria constante na pauta.

### Discussão e Votação de Proposições

O Sr. Presidente - Votação, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei Complementar nº 92, que altera a Lei Complementar nº 59, de 18/1/2001, que contém a organização e a divisão judiciárias do Estado e dá outras providências. A Comissão Especial opina pela manutenção do veto. A Presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo secreto, de conformidade com o art. 261, inciso X, c/c os arts. 222 e 255, do Regimento Interno. As Deputadas e os Deputados que desejarem manter o veto registrarão "sim", e os que desejarem rejeitá-lo registrarão "não". A fim de proceder à votação pelo processo eletrônico, a Presidência solicita às Deputadas e aos Deputados que ainda não

registraram a sua presença, no painel, que o façam neste momento. A Presidência vai dar início ao processo de votação e, para tanto, solicita às Deputadas e aos Deputados que tomem os seus lugares. Em votação, o veto.

- Registram seus votos as seguintes Deputadas e os seguintes Deputados:

Adalclever Lopes - Alberto Pinto Coelho - André Quintão - Antônio Carlos Arantes - Antônio Júlio - Carlos Pimenta - Cecília Ferramenta - Dalmo Ribeiro Silva - Doutor Ronaldo - Doutor Viana - Durval Ângelo - Elisa Costa - Elmiro Nascimento - Ermano Batista - Fábio Avelar - Fahim Sawan - George Hilton - Gilberto Abramo - Irani Barbosa - Jô Moraes - João Leite - Laudelino Augusto - Leonardo Quintão - Lúcia Pacífico - Luiz Fernando Faria - Márcio Kangussu - Maria Olívia - Marlos Fernandes - Mauri Torres - Miguel Martini - Olinto Godinho - Padre João - Paulo Cesar - Paulo Piau - Pinduca Ferreira - Ricardo Duarte - Sargento Rodrigues - Sebastião Costa - Weliton Prado - Zé Maia.

O Sr. Presidente - Votaram "sim" 39 Deputados. Votou "não" 1. Está, portanto, mantido, em turno único, o Veto Parcial à Proposição de Lei Complementar nº 92. Oficie-se ao Governador do Estado.

#### Declaração de Voto

O Deputado Weliton Prado - Sr. Presidente, votamos o projeto e agora tivemos a possibilidade de votar o Veto Parcial à Proposição de Lei Complementar nº 92, que altera a Lei Complementar nº 59, de 18/1/2001, que contém a organização e a divisão judiciárias do Estado. Gostaria de dizer da triste situação da Defensoria Pública. Votamos esse projeto, mas é importante que o governo do Estado tenha sensibilidade e garanta também a valorização dos Defensores Públicos, os advogados do povo, os quais trabalham sem condições, sem lugar, sem pessoal, às vezes até sem papel. Sinalizamos projetos importantes para o Judiciário, mas pediria que o governo do Estado olhasse com mais carinho para os Defensores Públicos.

Queria parabenizar a entidade representativa dos Defensores Públicos, muito atuante, sempre presente na Assembléia, fazendo esse debate democrático com os Deputados.

O Sr. Presidente - Votação, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 16.860, que estabelece as tabelas de vencimento básico das carreiras do Poder Executivo que especifica, que dispõe sobre a Vantagem Temporária Incorporável - VTI - e sobre o posicionamento dos servidores nas carreiras e dá outras providências. A Comissão Especial opina pela manutenção do veto. A Presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo secreto, de conformidade com o art. 261, inciso X, c/c os arts. 222 e 255, do Regimento Interno. Em votação, o veto.

- Registram seus votos as seguintes Deputadas e os seguintes Deputados:

Adalclever Lopes - Adelmo Carneiro Leão - Alberto Pinto Coelho - André Quintão - Antônio Carlos Arantes - Antônio Júlio - Carlos Pimenta - Cecília Ferramenta - Dalmo Ribeiro Silva - Domingos Sávio - Doutor Ronaldo - Doutor Viana - Durval Ângelo - Elisa Costa - Elmiro Nascimento - Ermano Batista - Fábio Avelar - Fahim Sawan - George Hilton - Gilberto Abramo - Irani Barbosa - Jô Moraes - João Bittar - João Leite - Laudelino Augusto - Leonardo Quintão - Lúcia Pacífico - Luiz Fernando Faria - Márcio Kangussu - Maria Olívia - Marlos Fernandes - Mauri Torres - Olinto Godinho - Padre João - Paulo Cesar - Paulo Piau - Pinduca Ferreira - Ricardo Duarte - Sargento Rodrigues - Sebastião Costa - Weliton Prado - Zé Maia.

O Sr. Presidente - Votaram "sim" 38 Deputados. Votaram "não" 4 Deputados, perfazendo o total de 42 Deputados. Está, portanto, mantido, em turno único, o Veto Parcial à Proposição de Lei nº 16.860. Oficie-se ao Governador do Estado.

#### Declaração de Voto

O Deputado Weliton Prado - Sr. Presidente, estudamos profundamente esse projeto e não o entendemos. Votamos pela manutenção do veto, mas, a nosso ver, não faria diferença nenhuma do ponto de vista constitucional, legal e jurisdicional. Conversamos com nosso Líder, porém não compreendemos os motivos do Governador para vetar esse artigo que dispõe sobre o vencimento básico das carreiras do Poder Executivo e sobre a vantagem temporária a ser incorporada, a VTI, e o posicionamento dos servidores das carreiras, e dá outras providências.

Aproveito a oportunidade para dizer que estive, nesse final de semana, em Montes Claros, com o Sind-UTE, em uma audiência regional, e os servidores mostraram-se totalmente descontentes com as tabelas aprovadas por esta Casa, as quais não garantem sua valorização. Assim, continuaremos vendo professores do P1 recebendo um salário-base menor que o salário mínimo, já que este irá para R\$350,00.

Discutimos hoje, na Comissão, a questão do Ipsemg. Elogiamos o Deputado Mauro Lobo por sua vontade e esforço, mas infelizmente sabemos que um dos graves problemas é o atendimento à saúde no interior.

Esse é um problema de todas as regiões do Estado. Estive em Manhuaçu com a "Doca", do Sind-UTE, que fez a mesma reclamação. No Norte de Minas, na Zona da Mata e no Triângulo ocorre o mesmo. O problema é sério. Os servidores pagam ao Ipsemg, mas infelizmente não recebem o atendimento à saúde.

Aprovamos as tabelas salariais, entretanto elas ficam aquém das necessidades e dos anseios dos servidores do Estado de Minas Gerais.

#### Questões de Ordem

O Deputado Laudelino Augusto - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, a Comissão de Meio Ambiente e Recursos Naturais tem acompanhado bem de perto a questão das águas minerais no Sul de Minas e das licitações para a exploração das águas de Caxambu, Lambari, Cambuquira e Araxá, no Alto Paranaíba.

Temos uma notícia a dar. No próximo domingo, fará nove meses que a SuperÁgua, empresa que explorava essas águas, encerrou seu trabalho e demitiu todos os seus funcionários. Acompanhamos a situação de perto e já ocupamos a tribuna da Assembléia para falar do assunto.

No final do ano, em dezembro, foi lançado o edital de licitações. Em fevereiro, seriam abertos os envelopes com as propostas, mas não houve nenhuma apesar de 81 pessoas adquirirem o edital. Nove empresas visitaram as fontes de águas minerais de Caxambu, Cambuquira e Lambari, porém nenhuma apresentou uma proposta.

Logo depois disso, saiu uma notícia no "Jornal do Brasil" informando que as águas minerais das estâncias do Sul de Minas seriam colocadas à disposição da Copasa, que faria, então, sua exploração.

Indagamos dos responsáveis pela licitação, e a resposta foi que não sabiam. Alegaram que era boato que estava sendo publicado. Entramos em contato com os Consultores da Assembléia, que nos informaram que isso não seria possível, pois o Estatuto da Copasa não permitiria, a não ser que seja aprovada uma lei na Assembléia Legislativa para que a Copasa possa assumir essas águas.

No Sul de Minas, consultores afirmaram que essa notícia não seria totalmente ruim, pois as águas permaneceriam nas mãos do Estado. Pelo menos haveria garantia de que as águas continuariam nas mãos do Estado, não havendo risco de que alguma empresa nacional ou multinacional superexplorasse as águas, conforme ocorreu em São Lourenço.

A Comissão de Meio Ambiente e Recursos Naturais e o Presidente da Comissão Especial foram à Codemig, e fomos informados pelo seu Diretor-Presidente que houve uma decisão de governo no sentido de que a Copasa assumiria a exploração das águas minerais. A questão jurídica ainda está sendo estudada e discutida, mas há pressão popular, das ONGs, das Câmaras Municipais da região e dos Prefeitos, que estão empenhados e preocupados com essa notícia. Estamos na expectativa. Está confirmada a reunião do grupo especial, organizado na última audiência pública, realizada em 9/3/2006. A reunião será realizada em 26/3/2006, às 9 horas, em Lambari. Convidamos a Copasa e a Codemig para participarem dessa reunião e prestarem esclarecimentos. Os Prefeitos das três cidades, os Vereadores, que compareceram à audiência e que compõem o grupo de trabalho, a CDL e as Associações Comerciais de Caxambu, Cambuquira, Lambari e Araxá também estão convidados.

Política é a soma de esforços em busca do bem comum. Os ex-funcionários da SuperÁgua estão angustiados e preocupados com essa questão. Não posso afirmar se essa notícia é boa ou ruim, mas, pelo menos, é uma solução que está sendo apresentada pelo governo. Segundo o Presidente da Codemig, a Copasa exploraria as águas.

Aprofundaremos um pouco mais essa questão, para emitirmos a nossa opinião. Como é de praxe da Comissão, estamos tentando reunir forças com as administrações municipais, com o governo do Estado, com as empresas, especialmente com a sociedade organizada, com as ONGs e com o Fórum das ONGs do Circuito das Águas - Focas -, que há muito tempo vem lutando para resolver esse problema.

Estamos lutando por emprego e renda para aquelas famílias que ficaram sem emprego. Lutamos para que as marcas de água Caxambu, Araxá e Cambuquira permaneçam no mercado, bem como se mantenha a tradição do envasamento dessas águas maravilhosas, curativas e medicamentosas. Lutamos ainda para a implementação do turismo no Sul de Minas, nas estâncias hidrominerais, nas demais cidades da região e nas cidades históricas que serão beneficiadas. O importante é que dinheiro público seja devolvido ao próprio povo, por meio de ações de desenvolvimento sustentável. Obrigado.

Sr. Presidente, solicito a V. Exa. que encerre a reunião, uma vez que não há quórum.

O Deputado João Leite - Obrigado, Sr. Presidente, por me garantir a palavra, apesar de tentarem impedir-nos. O Deputado Fábio Avelar já se encontrava ao microfone, assim como o Deputado Dalmo Ribeiro Silva. Às vezes, é difícil aceitar quando o governo toma uma decisão tão importante como a do dia de hoje.

Deputado Dilzon Melo, Deputado Dalmo Ribeiro Silva, a Assembléia Legislativa vem acompanhando, durante muito tempo, a questão das águas, com muito interesse, devido à importância das nossas estâncias hidrominerais.

Tive oportunidade, várias vezes, de acompanhar essa questão e de me deslocar de Belo Horizonte, junto com a Comissão de Meio Ambiente, até as estâncias hidrominerais para discutir essa situação. Acompanhamos o edital e, de longe, a abertura das propostas para a exploração das águas nas nossas estâncias.

Sr. Presidente, Deputado Mauri Torres, estamos tomando conhecimento de muitas denúncias na internet. Para V. Exa. ter uma idéia, soubemos - e isso foi dito pelos Prefeitos presentes na reunião da Codemig, houve divulgação na internet, não podemos precisar por quem - que já havia o vencedor da licitação, e davam o nome da empresa vencedora. Para tristeza dos que estão de prontidão para denunciar o tempo todo e buscar, de alguma forma, destruir a imagem das pessoas - tentaram fazer isso com o governo do Estado e com a Codemig -, publicaram o nome da empresa que já seria vencedora. Quando procuraram, não havia nenhuma empresa, não compareceu nenhuma empresa para explorar as águas do Circuito das Águas. Mas está na internet a denúncia de que o governo do Estado e a Codemig já haviam feito um acordo com uma empresa, que não apareceu.

Estamos vivendo, em nosso Estado e em nosso país, uma onda de denunciismo. E o que vimos foi uma decisão sábia do Governador Aécio Neves, uma decisão de governo. A Copasa, agora, assume as águas do Circuito das Águas, com tudo que ela representa de comprometimento, já que agora é uma empresa com papéis na Bolsa de Valores. Vimos, então, por parte dos Prefeitos ali presentes - Lambari, Cambuquira, Caxambu, e do representante da Prefeitura de Araxá -, a alegria por esse encaminhamento que o governo do Estado e o Governador Aécio Neves deram.

Estávamos presentes eu, o Deputado Dilzon Melo, o Deputado Laudelino Augusto, o Deputado Márcio Kangussu, e eu relatava para o Deputado Dalmo Ribeiro Silva, que acompanhou esse processo desde o início, que ficam mantidos todos os compromissos do governo constantes no documento de licitação. As cidades receberão os "royalties", e, é claro, o Estado não pode garantir nada que não atenda aos marcos legais, à legislação.

Há uma preocupação do governo do Estado em relação àquelas pessoas que prestaram serviço durante anos no Circuito das Águas. É claro que, se for possível, a Copasa deverá atender essas pessoas. Mas é claro que o governo não desviará, em nenhum momento, dos marcos legais para atender a alguma coisa que é social, que é importante.

Queríamos registrar a nossa satisfação - dos Deputados e Prefeitos ali presentes - com a solução encontrada pelo governo do Estado. Especialmente essa região tão bela e tão procurada por todos no País recebe, agora, a presença da Copasa, esta grande empresa de Minas Gerais, que já tem a qualidade no cuidado com a água e que passa a levar sua competência, eficiência e excelência ao Circuito das Águas.

Essa nossa manifestação mostra que estamos felizes com a decisão do governo de Minas, que vem, sem dúvida nenhuma, trazer um grande benefício para o Estado. Obrigado, Sr. Presidente.

O Deputado Fábio Avelar - Sr. Presidente, agradeço a atenção de V. Exa. Também não poderíamos deixar de manifestar a nossa satisfação. Primeiro, gostaríamos de, mais uma vez, fazer coro com as palavras do Deputado João Leite, quando ele fala sobre essa onda de denunciismo que hoje presenciamos. Infelizmente, existe essa iniciativa de pessoas mal-intencionadas, que procuram sempre confundir a opinião pública. Penso que precisamos, a cada momento, procurar esclarecer essas situações e também punir exemplarmente essas pessoas que tentam confundir a opinião pública.

Fiz uma visita, no final da tarde e início da noite, ao nosso ex-colega desta Casa, Deputado Kemil Kumaira, na Copasa, onde fui convidado pelo Presidente para participar, hoje, de uma das mais importantes assinaturas da Copasa com a Codemig. Referimo-nos a esse protocolo em que a

Copasa assume definitivamente as águas das cidades de Caxambu, São Lourenço, Cambuquira e Araxá. Estiveram presentes na solenidade o Secretário Brumer, o Presidente da Codemig, o Presidente da Copasa, os demais Diretores dessas entidades e, representando os Prefeitos, o Sr. Issac Rosental, Prefeito de Caxambu. Contamos também com a presença de importantes funcionários daquela empresa.

Para mim, isso foi uma satisfação muito grande, porque apresentamos, nesta Casa, no nosso primeiro mandato, um projeto de lei que hoje se transformou em norma jurídica e tinha exatamente esse objetivo - o de dar à nossa Companhia de Saneamento de Minas Gerais, a nossa querida Copasa, uma possibilidade de ela ampliar os seus horizontes, podendo atuar nos diversos segmentos ligados à questão do saneamento. Hoje tivemos uma satisfação muito grande. A Copasa atua na área de resíduos sólidos e agora assume esse papel importantíssimo de tomar conta e operar as nossas águas.

Não poderíamos também de deixar de dizer sobre a nossa preocupação demonstrada. A Copasa, nesse Protocolo de Intenções, manteve o seu firme propósito de preservar e garantir a mão-de-obra daquelas pessoas envolvidas nesse processo. Ela está em contato com o Ministério Público, procurando fazer um ajustamento que possibilite à Copasa, numa fase emergencial em que ela assume essa operação, garantir o emprego de todos os funcionários que prestaram os seus serviços ao sistema anterior. Portanto, é com alegria muito grande, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que participamos dessa solenidade. Teremos um novo momento das nossas águas minerais.

É também importante salientar uma preocupação sempre mencionada nesta Casa: a quantidade de água a ser explorada do nosso subsolo. A Copasa também garantirá que ela jamais ultrapasse a exploração permissível, fazendo, assim, com que as nossas águas sejam preservadas. Então, como Deputado e ex-funcionário da Copasa, não poderia deixar de agradecer a sensibilidade do Governador Aécio Neves para essa solução, que foi uma das mais inteligentes encontradas para resolver um grave problema de toda essa região importante para o nosso Estado e a nossa economia. Enfim, essa medida, certamente, jamais será esquecida por nós, mineiros. Muito obrigado.

O Deputado Padre João - Sr. Presidente, a afirmação de V. Exa. me deixa confuso, com todo o respeito às pessoas que estão nas galerias e acompanham esta reunião.

Essas mesmas pessoas são testemunhas de que os Deputados cujos nomes estão acesos no painel não estão presentes neste Plenário. Fico confuso: será que houve falta de respeito à solicitação feita pelo Deputado Laudelino Augusto? Conforme nosso Regimento Interno, não havia número suficiente de parlamentares neste Plenário para a continuidade da reunião. O mesmo procedimento foi adotado na reunião ordinária realizada hoje, à tarde: eu estava inscrito para falar pelo art. 70 do Regimento Interno, mas V. Exa. não permitiu que eu fizesse uso da palavra. O que me deixa confuso é o procedimento, que deve ser igual para todos.

A falta de quórum não significa que os Deputados estão fugindo do debate. Temos história, temos vida. Podemos fazer os debates com tranqüilidade. Da mesma forma que parlamentares estavam inscritos para fazerem uso da palavra pela ordem, eu também estava inscrito, na parte da tarde, para fazer uso da palavra pelo art. 70. Por isso reitero a solicitação do Deputado Laudelino Augusto, ou seja, que esta reunião seja encerrada por falta de quórum.

Houve falta de respeito para com este Deputado, hoje, à tarde, porque estava inscrito para usar a palavra pelo art. 70 do Regimento Interno, mas não lhe foi concedida.

Sr. Presidente, embora tendo muita coisa a dizer, usarei a palavra na reunião ordinária de amanhã, à tarde, se me for franqueada. Reitero a solicitação do Deputado Laudelino Augusto, ou seja, que esta reunião seja encerrada.

#### Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência verifica, de plano, a inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos e encerra a reunião, convocando as Deputadas e os Deputados para a reunião especial de amanhã, dia 23, às 9 horas, nos termos do edital de convocação, e para a reunião ordinária também de amanhã, às 14 horas, com a ordem do dia já anunciada. Levanta-se a reunião.

#### ATA DA 12ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, EM 13/12/2005

Às 10 horas, reúnem-se na Sala de Reuniões da Mesa da Assembléia os Deputados Mauri Torres, Presidente; Rêmoló Aloise, 1º-Vice-Presidente; Rogério Correia, 2º-Vice-Presidente; Fábio Avelar, 3º-Vice-Presidente; Antônio Andrade, 1º-Secretário; Luiz Fernando Faria, 2º-Secretário e Elmiro Nascimento, 3º-Secretário. Verificando a existência de número regimental, o Presidente declara abertos os trabalhos do dia, sendo lida e aprovada a ata da reunião anterior. Inicialmente, a Mesa toma as seguintes decisões: 1ª) prorrogar o prazo previsto na Deliberação da Mesa nº 2.352/2004, que dispõe sobre a consignação em folha de pagamento dos servidores; 2ª) aprovar o calendário de funcionamento da Assembléia Legislativa para o exercício de 2006, ressalvadas as convocações extraordinárias e os requerimentos apresentados ao Plenário; 3ª) determinar, no âmbito da Assembléia Legislativa, a observância do disposto no Decreto Legislativo do Congresso Nacional nº 444, de 19 de dezembro de 2002, c/c o Ato Conjunto das Mesas do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, de 30 de janeiro de 2003; 4ª) dispor sobre os procedimentos internos para cumprimento da Lei nº 4.320/64; 5ª) aplicar dispositivos relativos ao sistema de quotas por pontuação. Isso posto, através da Deliberação nº 2.361/2005, a Mesa abre crédito suplementar ao orçamento da Assembléia Legislativa, utilizando como fonte recursos resultantes da anulação parcial de dotações orçamentárias do próprio orçamento; através da Deliberação nº 2.362/2005, altera a Deliberação da Mesa nº 307/86, que institui o Boletim da Secretaria e, através da Deliberação nº 2.363/2005, dispõe sobre o funcionamento da Biblioteca Deputado Camilo Prates, desta Assembléia Legislativa. Continuando os trabalhos, passa-se à parte da reunião destinada à distribuição dos processos aos relatores, para serem discutidos e seus pareceres votados. O Presidente inicia a distribuição, cabendo ao Deputado Antônio Andrade, as seguintes matérias: processo contendo termo de contrato a ser celebrado entre esta Assembléia Legislativa e a Fundação Lar de Eurípedes, tendo como objeto a doação de um microcomputador Zenith, inservível para a Casa - parecer favorável, considerando manifestações da Gerência-Geral de Administração de Material e Patrimônio e da Procuradoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de contrato a ser celebrado entre esta Assembléia Legislativa e a Associação Comunitária Perpétuo Socorro de Sacramento, tendo como objeto a doação de um microcomputador Zenith, inservível para a Casa - parecer favorável, considerando manifestações da Gerência-Geral de Administração de Material e Patrimônio e da Procuradoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de contrato a ser celebrado entre esta Assembléia Legislativa e a Sociedade de Apoio ao Paciente com Câncer de Arcos, tendo como objeto a doação de um microcomputador Compaq-Prolinea, inservível para a Casa - parecer favorável, considerando manifestações da Gerência-Geral de Administração de Material e Patrimônio e da Procuradoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de aditamento para ampliação do convênio celebrado entre esta Assembléia Legislativa e a Sociedade Mineira de Cultura, tendo como objeto a cooperação entre as instituições por ele abrangidas, com vistas à oferta do Curso de Especialização em Poder Legislativo, com a intervenção da PUC Minas, observando rigorosamente o disposto na Resolução nº 1, de 3 de abril de 2001, do Conselho Nacional de Educação - parecer favorável à realização de mais um curso, considerando manifestações da Gerência-Geral da Escola do Legislativo e da Procuradoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de aditamento para prorrogação do contrato celebrado entre esta Assembléia Legislativa e a Enaltec Empresa de Telecomunicações e Eletrônica Ltda., tendo como objeto a prestação de serviços de assistência técnica e manutenção corretiva em aparelhos fac-símiles - parecer favorável, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Manutenção e Serviços e da Procuradoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de aditamento para prorrogação do contrato celebrado entre esta Assembléia Legislativa e a Salém Serviços Ltda., tendo como objeto a prestação de serviços de transporte urbano de pequenas cargas e encomendas, por meio de três motocicletas equipadas com baú - parecer favorável, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Manutenção e Serviços e da Procuradoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de aditamento para

remanejamento de recursos do termo de outorga e aceitação de auxílio celebrado entre esta Assembléia e a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais - FAPEMIG, tendo como objeto a concessão pela Fundação, em favor da Assembléia Legislativa, de auxílio financeiro para desenvolvimento do projeto "A Transposição do Rio São Francisco: Uma Análise Histórica e Socioambiental" - parecer favorável, considerando manifestações da Gerência-Geral da Escola do Legislativo e da Procuradoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de afetação a ser celebrado entre esta Assembléia Legislativa e a Escola Estadual José Santos da Paixão, tendo como objeto a afetação de um microcomputador Zenith, inservível para a Casa - parecer favorável, considerando manifestações da Gerência-Geral de Material e Patrimônio e da Procuradoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de convênio a ser celebrado entre esta Assembléia Legislativa e o município de Itacarambi, tendo como objeto a instalação dos equipamentos de transmissão da TV Assembléia - parecer favorável, considerando manifestações da Diretoria de Comunicação Institucional e da Procuradoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de convênio a ser celebrado entre esta Assembléia Legislativa e o município de Arinos, tendo como objeto a instalação dos equipamentos de transmissão da TV Assembléia - parecer favorável, considerando manifestações da Diretoria de Comunicação Institucional e da Procuradoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de convênio a ser celebrado entre esta Assembléia Legislativa e o município de Mendes Pimentel, tendo como objeto a instalação dos equipamentos de transmissão da TV Assembléia - parecer favorável, considerando manifestações da Diretoria de Comunicação Institucional e da Procuradoria-Geral da Casa, aprovado. A seguir, a Mesa resolve dispensar, a pedido, o servidor Marcelo de Almeida e Silva, membro da Comissão Permanente de Licitação, designando, para substituí-lo, o servidor Flivaldo Dutra de Araújo. Isso posto, a Mesa aprova o Parecer nº 4.756/2005, da Procuradoria-Geral, concluindo ser intempestivo o recurso interposto pelo servidor Renato Dantés Macedo, além de improcedente, no mérito. Após, a Mesa aprova, nos termos do Parecer nº 4740/2005, da Procuradoria-Geral, o deferimento parcial do recurso do servidor Caio Duílio de Oliveira Borelli, determinando sua inclusão na lista de servidores aptos à evolução na carreira. Dando prosseguimento, a Mesa opina por não conhecer o recurso do servidor Fernando César Batista Garcia, interposto intempestivamente. Na continuidade da reunião, são aprovados atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria, a serem publicados no "Diário do Legislativo", nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, 5.154, de 30/12/94, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/2002, combinadas com as Deliberações da Mesa nºs 1.107, de 31/1/95, 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98. Para finalizar, o Presidente assina os seguintes atos: nomeando Alessandra Marquez Anselmo para o cargo de Analista Legislativo - Comunicador Social - Área I, do Quadro de Pessoal desta Secretaria, em virtude de sua classificação em 15º lugar em concurso público; nomeando Clair de Lune Novaes de Castro Campara para o cargo de Analista Legislativo - Comunicador Social - Área II, do Quadro de Pessoal desta Secretaria, em virtude de sua classificação em 8º lugar em concurso público; nomeando Fernando Gomes de Oliveira e Silva para o cargo de Analista Legislativo - Comunicador Social - Área I, do Quadro de Pessoal desta Secretaria, em virtude de sua classificação em 14º lugar em concurso público; nomeando Marina Carneiro Prates para o cargo de Analista Legislativo - Taquígrafo, do Quadro de Pessoal desta Secretaria, em virtude de sua classificação em 17º lugar em concurso público; nomeando Rafael Pedrosa de Oliveira para o cargo de Analista Legislativo - Comunicador Social - Área I, em virtude de sua classificação em 16º lugar em concurso público; nomeando Vera Lúcia de Azevedo para o cargo de Analista Legislativo - Bibliotecário, do Quadro de Pessoal desta Secretaria, em virtude de sua classificação em 12º lugar em concurso público. Nada mais havendo a ser tratado, o Presidente convoca nova reunião para o dia 15 de dezembro e encerra a reunião, lavrando-se, para constar, esta ata.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembléia, 15 de dezembro de 2005.

Mauri Torres, Presidente - Rêmoló Aloise - Rogério Correia - Fábio Avelar - Antônio Andrade - Luiz Fernando Faria - Elmiro Nascimento.

#### ATA DA 16ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, EM 30/11/2005

Às 10 horas, reúnem-se na Sala de Reuniões da Mesa da Assembléia os Deputados Mauri Torres, Presidente; Rêmoló Aloise, 1º-Vice-Presidente; Rogério Correia, 2º-Vice-Presidente; Fábio Avelar, 3º-Vice-Presidente; Antônio Andrade, 1º-Secretário; Luiz Fernando Faria, 2º-Secretário e Elmiro Nascimento, 3º-Secretário. Verificando a existência de número regimental, o Presidente declara abertos os trabalhos do dia, sendo lida e aprovada a ata da reunião anterior. Continuando os trabalhos, passa-se à parte da reunião destinada à distribuição dos processos aos relatores, para serem discutidos e seus pareceres votados. O Presidente inicia a distribuição, cabendo ao Deputado Antônio Andrade, as seguintes matérias: processo contendo termo de contrato a ser celebrado entre esta Assembléia Legislativa e o Posto São José Ltda., tendo como objeto o fornecimento de gasolina comum, óleo diesel e álcool para os veículos utilizados pela Assembléia Legislativa - parecer favorável à contratação, resultante do Processo Licitatório nº 57/2005 - Pregão Eletrônico nº 49/2005, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Manutenção e Serviços e da Procuradoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de contrato a ser celebrado entre esta Assembléia Legislativa e a Associação Comunitária de Apoio à Cidadania - ACAC, tendo como objeto a doação de um microcomputador Compaq-Prolinea, inservível para a Casa - parecer favorável, considerando manifestações da Gerência-Geral de Administração de Material e Patrimônio e da Procuradoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de aditamento para prorrogação do contrato celebrado entre esta Assembléia Legislativa e a profissional Myrian Costa de Oliveira, tendo como objeto a prestação de serviços de assessoria e consultoria para implantação de projetos institucionais - parecer favorável, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Projetos Institucionais e da Procuradoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de afetação a ser celebrado entre esta Assembléia Legislativa e o 19º Batalhão de Polícia Militar do Estado de Minas Gerais - Destacamento de Machacalis, tendo como objeto a afetação de um microcomputador Zenith e de uma impressora Epson 570, inservíveis para a Casa - parecer favorável, considerando manifestações da Gerência-Geral de Material e Patrimônio e da Procuradoria-Geral da Casa, aprovado; requerimento de natureza administrativa do Deputado Mauri Torres - parecer favorável, aprovado; processo contendo termo de contrato a ser celebrado entre esta Assembléia Legislativa e o município de Prados, tendo como objeto a doação de um microcomputador Zenith, inservível para a Casa - parecer favorável, considerando manifestações da Gerência-Geral de Administração de Material e Patrimônio e da Procuradoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de convênio a ser firmado entre esta Assembléia Legislativa e o Senado Federal, tendo como objeto a participação conjunta da TV Senado e da Assembléia Legislativa no desenvolvimento e na colaboração das atividades jornalísticas, educativas e culturais de mútuo interesse, em especial na disponibilização de imagens e material informativo e na veiculação de programas para difusão televisiva - parecer favorável, considerando manifestações da Diretoria de Comunicação Institucional e da Procuradoria-Geral da Casa, aprovado. Na continuidade da reunião, são aprovados atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria, a serem publicados no "Diário do Legislativo", nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, 5.154, de 30/12/94, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/2002, combinadas com as Deliberações da Mesa nºs 1.107, de 31/1/95, 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98. Nada mais havendo a ser tratado, o Presidente convoca nova reunião para o dia treze de dezembro e encerra a reunião, lavrando-se, para constar, esta ata.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembléia, 13 de dezembro de 2005.

Mauri Torres, Presidente - Rêmoló Aloise - Rogério Correia - Fábio Avelar - Antônio Andrade - Luiz Fernando Faria - Elmiro Nascimento.

#### ATA DA 17ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, EM 15/12/2005

Às 10 horas, reúnem-se na Sala de Reuniões da Mesa da Assembléia os Deputados Mauri Torres, Presidente; Rêmoló Aloise, 1º-Vice-Presidente; Rogério Correia, 2º-Vice-Presidente; Fábio Avelar, 3º-Vice-Presidente; Antônio Andrade, 1º-Secretário; Luiz Fernando Faria, 2º-Secretário e Elmiro Nascimento, 3º-Secretário. Verificando a existência de número regimental, o Presidente declara abertos os trabalhos do dia, sendo lida e aprovada a ata da reunião anterior. Inicialmente, a Mesa decide definir os critérios para aplicação do estabelecido na Decisão de 13/12/2005, que trata da observância, no âmbito da Assembléia Legislativa, do disposto no Decreto Legislativo do Congresso Nacional nº 444/2002. Continuando os trabalhos, passa-se à parte da reunião destinada à distribuição dos processos aos relatores, para serem discutidos e seus pareceres votados. O Presidente inicia a distribuição, cabendo ao Deputado Antônio Andrade, as seguintes matérias: processo contendo

termo de contrato a ser celebrado entre esta Assembléia Legislativa e o município de Serra dos Aimorés, tendo como objeto a doação de um microcomputador marca Zenith, inservível para a Casa - parecer favorável, considerando manifestações da Gerência-Geral de Administração de Material e Patrimônio e da Procuradoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de convênio a ser celebrado entre esta Assembléia Legislativa e o município de Nanaque, tendo como objeto a instalação dos equipamentos de transmissão da TV Assembléia - parecer favorável, considerando manifestações da Diretoria de Comunicação Institucional e da Procuradoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de convênio a ser celebrado entre esta Assembléia Legislativa e o município de Engenheiro Caldas, tendo como objeto a instalação dos equipamentos de transmissão da TV Assembléia - parecer favorável, considerando manifestações da Diretoria de Comunicação Institucional e da Procuradoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de aditamento para prorrogação do contrato celebrado entre esta Assembléia Legislativa e a Heliotecminas Comércio e Representações Ltda., tendo como objeto a prestação de serviços reprográficos, incluindo a locação dos equipamentos necessários, instalação, reposição de peças, assistência técnica, manutenção preventiva e corretiva, treinamento de operadores e fornecimento de todos os suprimentos necessários ao funcionamento dos equipamentos - parecer favorável, autorizando a respectiva despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Manutenção e Serviços e da Procuradoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de aditamento para prorrogação do contrato celebrado entre esta Assembléia Legislativa e a Metropolitana Life Seguros e Previdência Privada S.A., tendo como objeto a prestação de serviços de seguro de vida para servidores da contratante, prestamistas do Fundo de Apoio Habitacional - FUNDHAB - parecer favorável, considerando manifestações da Gerência-Geral de Pessoal e da Procuradoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de contrato a ser celebrado entre esta Assembléia Legislativa e o Estacionamento Gutierrez Ltda., tendo como objeto a prestação de serviços de lavagem geral e lavagem simples dos veículos automotores da frota da Assembléia Legislativa e dos veículos alugados, por empresa localizada em Belo Horizonte - parecer favorável à contratação, com base na Coleta de Preços nº 103/2005, autorizando a respectiva despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Manutenção e Serviços e da Procuradoria-Geral da Casa, aprovado; Projeto de Resolução nº 2.896/2005, da Mesa da Assembléia, que transforma a especialidade de Comunicador Social, relativa ao cargo de Analista Legislativo, nas especialidades de Jornalista e Relações Públicas e dá outras providências - parecer, para o 1º turno, pela aprovação, com a Emenda nº 1 - aprovado; Requerimento nº 5.865/2005, da Comissão Especial do Cooperativismo, em que solicita seja enviado ofício ao Presidente do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, solicitando que informe a esta Casa o posicionamento daquela Corte quanto à presença de sociedades cooperativas, inclusive de trabalho, em processos licitatórios promovidos por órgãos ou entidades da administração direta ou indireta do Estado - parecer pela aprovação na forma da Emenda nº 1, aprovado. Na continuidade da reunião, são aprovados atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria, a serem publicados no "Diário do Legislativo", nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, 5.154, de 30/12/94, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/2002, combinadas com as Deliberações da Mesa nºs 1.107, de 31/1/95, 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98. Nada mais havendo a ser tratado, o Presidente convoca nova reunião para o dia 20 de dezembro e encerra a reunião, lavrando-se, para constar, esta ata.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembléia, 20 de dezembro de 2005.

Mauri Torres, Presidente - Rêmolo Aloise - Rogério Correia - Fábio Avelar - Antônio Andrade - Luiz Fernando Faria - Elmiro Nascimento.

ATA DA 3ª REUNIÃO Ordinária da Comissão de Constituição e Justiça NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, em 14/3/2006

Às 14h45min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Dalmo Ribeiro Silva, Adelmo Carneiro Leão, Ermano Batista e Sebastião Costa, membros da supracitada Comissão, e a Deputada Ana Maria Resende (substituindo o Deputado Dalmo Ribeiro Silva, por indicação da Liderança os BPSP). Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Dalmo Ribeiro Silva, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Ermano Batista, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e comunica o recebimento de ofício do Sr. José Bonifácio Borges de Andrada, Advogado-Geral do Estado, publicada no "Diário do Legislativo" do dia 25/2/2006. O Presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, para as quais designou os relatores citados a seguir: Projetos de Lei nºs 2.966, 2.973, 2.974, 2.978, 2.987, 2.993, 3.004 e 2.005/2006 (Deputado Dalmo Ribeiro Silva); 2.949, 2.957, 2.962, 2.965, 2.968, 2.981, 2.995 e 3.000/2006 (Deputado Gilberto Abramo); 1.306/2003 (Deputado Gilberto Abramo, em virtude de redistribuição); 2.954, 2.956, 2.958, 2.964, 2.989, 2.990 e 2.998/2006 (Deputado George Hilton); 2.952, 2.960, 2.963, 2.976, 2.983, 2.988, 2.991, 3.001, 3.003 e 3.006/2006 (Deputado Sebastião Costa); 2.923, 2.953, 2.961, 2.970, 2.971, 2.975, 2.977, 2.992, 2.996 e 3.007/2006 (Deputado Ermano Batista); 2.951, 2.959, 2.967, 2.979, 2.982, 2.985, 2.986, 2.997, 3.002 e 3.009/2006 (Deputado Gustavo Corrêa); 2.955, 2.969, 2.972, 2.980, 2.994, 2.999 e 3.008/2006 (Deputado Adelmo Carneiro Leão). Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres pela antijuridicidade, ilegalidade e inconstitucionalidade do Projeto de Lei nº 2.533/2005 (relator: Deputado Gustavo Corrêa); do Projeto de Lei Complementar nº 76/2005 (relator: Deputado Ermano Batista); e dos Projetos de Lei nºs 2.781/2005 (relator: Deputado Ermano Batista, em virtude de redistribuição); 2.882/2005 (relator: Deputado Ermano Batista); 2.334/2005 (relator: Deputado Sebastião Costa, em virtude de redistribuição); 2.804/2005 (relator: Deputado Adelmo Carneiro Leão); 2.870/2005 (relator: Deputado Sebastião Costa). Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres pela constitucionalidade, legalidade e juridicidade dos Projetos de Lei nºs 2.581/2005 na forma do Substitutivo nº 1 (relator: Deputado Sebastião Costa); 2.632/2005 (relator: Deputado Ermano Batista, em virtude de redistribuição) e 2.746/2005 (relator: Deputado Ermano Batista), ambos na forma do Substitutivo nº 1; 2.783/2005 na forma do Substitutivo nº 1 e 2.805/2005 (relator: Deputado Sebastião Costa). São convertidos em diligência ao autor o Projeto de Lei Complementar nº 77/2005 e ao Secretário de Planejamento e Gestão o Projeto de Lei nº 2.912/2005 (relator: Deputado Dalmo Ribeiro Silva). O parecer sobre o Projeto de Lei nº 2.772/2005 deixa de ser apreciado em virtude de prorrogação de prazo solicitada pelo relator (Deputado Adelmo Carneiro Leão, em virtude de redistribuição). Na fase de discussão do parecer do relator, Deputado Ermano Batista, que conclui pela constitucionalidade, legalidade e juridicidade do Projeto de Lei nº 2.916/2006, no 1º turno, com as Emendas nºs 1 a 5, o Presidente defere o pedido de vista do Deputado Adelmo Carneiro Leão. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, em turno único, cada um por sua vez, os pareceres que concluem pela constitucionalidade, legalidade e juridicidade dos Projetos de Lei nºs 2.407/2005 (relator: Deputado Adelmo Carneiro Leão); 2.901/2005 (relator: Deputado Adelmo Carneiro Leão, em virtude de redistribuição); 2.903/2005 (relator: Deputado Adelmo Carneiro Leão); 2.428/2005 com a Emenda nº 1 e 2.902/2005 (relator: Deputado Sebastião Costa); 2.758/2005 (relator: Deputado Dalmo Ribeiro Silva); 2.904 e 2.905/2005 (relator: Deputado Ermano Batista, em virtude de redistribuição); e 2.911/2005 (relator: Deputado Ermano Batista). Após discussão e votação, são aprovados, em turno único, cada um por sua vez, os pareceres pela inconstitucionalidade, ilegalidade e antijuridicidade dos Projetos de Lei nºs 2.862/2005 (relator: Deputado Ermano Batista) e 2.884/2005 (relator: Deputado Adelmo Carneiro Leão, em virtude de redistribuição). Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os requerimentos que solicitam sejam convertidos em diligência ao autor os Projetos de Lei nºs 2.907/2005 (relator: Deputado Gustavo Corrêa); 1.805/2004 (relator: Deputado George Hilton); 2.906/2005 (relator: Deputado Gilberto Abramo) e 2.908/2005 (relator: Deputado Adelmo Carneiro Leão). Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião extraordinária, a ser realizada no dia 15/3/2006, às 16 horas, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 15 de março de 2006.

Dalmo Ribeiro Silva, Presidente - Gilberto Abramo - Weliton Prado - Sebastião Costa.

ATA DA 2ª REUNIÃO Ordinária da Comissão de Educação, Ciência, Tecnologia e Informática NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, em 16/3/2006

Às 10h15min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Doutor Viana, Leonídio Bouças, Paulo Piau e Weliton Prado, membros da

supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Doutor Viana, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Weliton Prado, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e comunica o recebimento da seguinte correspondência publicada no "Diário do Legislativo", na data mencionada entre parênteses: ofício do Sr. José Antônio dos Reis, Reitor da Uemg, comunicando que a Fundação de Ensino e Pesquisa do Sul de Minas - Fepesmig - manifestou opção por desvincular-se dessa Universidade (16/12/2005). O Presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, para as quais designou os relatores citados a seguir: Projetos de Lei nºs 2.892/2005 (Deputado Leonídio Bouças); 2.710/2005 (Deputado Biel Rocha) e 2.858 e 2.885/2005 (Deputado Paulo Piau), em turno único. Passa-se à 1ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela aprovação, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.675/2005 na forma do Substitutivo nº 1, apresentado pela Comissão de Constituição e Justiça (relator: Deputado Doutor Viana). Passa-se à 2ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado, em turno único, o Projeto de Lei nº 2.741/2005 (relator: Deputado Biel Rocha). Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 6.038, 6.043, 6.071, 6.075, 6.083, 6.084, 6.087, 6.116, 6.123, 6.128 e 6.147/2006. Submetidos a discussão e votação, cada um por sua vez, são aprovados os Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei nºs 2.507 e 2.604/2005. Passa-se à 3ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados Luiz Humberto Carneiro em que solicita seja encaminhado ofício ao Reitor da Universidade do Estado de Minas Gerais - (Uemg -), solicitando a realização de estudos sobre a viabilidade da criação de curso de mestrado em Engenharia Ambiental nessa instituição de ensino e do Deputado Weliton Prado em que solicita audiência pública para se discutirem as mudanças na oferta de aulas regulares de Educação Física na rede escolar estadual. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 23 de março de 2006.

Doutor Viana, Presidente - Ana Maria Resende - Dalmo Ribeiro Silva.

#### ATA DA 7ª REUNIÃO Ordinária da Comissão Especial do Cooperativismo, em 21/3/2006

Às 14h39min, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Ana Maria Resende e os Deputados Paulo Piau, Padre João e Doutor Viana, membros da supracitada Comissão. Está presente, também, a Deputada Maria Tereza Lara. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Paulo Piau, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Doutor Viana, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a discutir a situação das cooperativas que atuam no ramo de transporte no Estado. A Presidência interrompe a 1ª Parte da reunião para ouvir os Srs. Ronaldo Scucato, Presidente da Ocemg; José Acácio Carneiro, Presidente da Fetranscoop; Evaldo Moreira de Matos, Presidente da Ligue-Táxi BH; Francisco Antônio Nunes, Presidente da Coomotaxi; Geraldo Osmany de Almeida, Cooperado da Coopertramo Rádio Taxi BH; Cleonilda Aparecida dos Santos Baptista, Assessora Jurídica da Ubervan; José Aparecido Ferreira, Presidente da Coopertran; Josafá Salgueiro Rodrigues, Presidente da CBTA; Álvaro Campos de Carvalho, representando o DNIT - 6ª UNIT; Paulo Bamberg, Diretor-Presidente da BHTRANS; Major Antônio de Carvalho Pereira, Comandante da 7ª Cia da Polícia Rodoviária Estadual; Waltair V. Sobrinho, da Polícia Rodoviária Federal; Frederico A. Lo Buono Tavares e Walquíria Noronha, da ANTT - Unidade Regional Minas Gerais; Cacilda Nacur L. Thusek, representando o Sebrae-MG; Renato Soares, Presidente da Cooperminas; José Abdias dos Santos, representando a Cootranspas, José Carneiro e Sérgio Antônio da Cunha que são convidados a tomar assento à mesa. O Presidente, Deputado Paulo Piau, tece as considerações iniciais e concede a palavra ao Sr. Ronaldo Scucato, Presidente da Ocemg. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Registra-se a presença dos Srs. Arnaldo Correa, da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico; e Geraldo Antônio de Paula, da Transcon. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. A Presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, dos convidados e dos demais participantes, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 23 de março de 2006.

Paulo Piau, Presidente - José Henrique - Doutor Viana.

#### ATA DA 4ª REUNIÃO Ordinária da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, em 22/3/2006

Às 10h10min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Domingos Sávio, Jayro Lessa, Ermano Batista, Sebastião Helvécio e Antônio Júlio (substituindo este ao Deputado José Henrique, por indicação da Liderança do PMDB), membros da supracitada Comissão. Está presente, também, o Deputado Doutor Ronaldo. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Domingos Sávio, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Sebastião Helvécio, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e comunica o recebimento da seguinte correspondência publicada no "Diário do Legislativo" na data mencionada entre parênteses: ofícios do Srs. José Henrique Paim Fernandes, Presidente do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação e Almir Márcio Miguel, Gerente de Apoio ao Desenvolvimento Urbano da Caixa Econômica Federal (16/3/2006); James Andris Pinheiro, Presidente do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente de Minas Gerais (17/3/2006), e Aguinaldo Mascarenhas Diniz, Chefe de Gabinete da Secretaria de Transportes e Obras Públicas (18/3/2006). O Presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, para as quais designou os relatores citados a seguir: Projetos de Lei nºs 242/2003 e 2.696/2005 (Deputado Alberto Pinto Coelho); 2.336/2005 (Deputado Ermano Batista); 2.413/2005 (Deputado José Henrique); 2.581/2005 (Deputado Sebastião Helvécio); 2.632/2005 (Deputado Jayro Lessa); 2.675/2005 (Deputada Elisa Costa) e 2.698/2005 (Deputado Domingos Sávio), no 1º turno; 2.357/2005 (Deputado Domingos Sávio) e 2.643/2005 (Deputado Sebastião Helvécio), no 2º turno; Mensagens nºs 515, 519, 527 e 529/2006 (Deputado Alberto Pinto Coelho); 516, 518 e 526/2006 (Deputado Sebastião Helvécio); 521, 522, 523, 524 e 528/2006 (Deputado Domingos Sávio); 517, 520, 525 e 530 (Deputado Jayro Lessa) e 531 e 532/2006 (Deputado José Henrique), em turno único. Passa-se à 1ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres pela aprovação, no 2º turno, dos Projetos de Lei nºs 2.357/2005 na forma do vencido no 1º turno e 2.499/2005 (relator: Deputado Domingos Sávio); e pela aprovação, no 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 2.342/2005 (relator: Deputado Sebastião Helvécio) e 2.661/2005 (relator: Deputado Ermano Batista). É também aprovado o parecer, em turno único, pela ratificação, na forma de projeto de resolução, da Mensagem nº 507/2006 (relator: Deputado Jayro Lessa). O parecer sobre o Projeto de Lei nº 2.433/2005, no 1º turno, deixa de ser apreciado, em virtude de solicitação de prazo regimental pelo relator, Deputado Domingos Sávio. Os Projetos de Lei nºs 676/2003, 2.637/2005 e 3.005/2006 são retirados da pauta por determinação do Presidente da Comissão por não cumprirem pressupostos regimentais. Nesse momento, os Deputados Domingos Sávio e Sebastião Helvécio se retiram da reunião. O Deputado Jayro Lessa assume a Presidência e o Deputado Doutor Ronaldo substitui o Deputado Sebastião Helvécio, por indicação da Liderança do BPS. Passa-se à 2ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 6.138/2005 na forma do seguinte Substitutivo nº 1: "Exmo. Sr. Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais: O Deputado que este subscreve requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja enviado ofício ao Governador do Estado solicitando a seguinte redação ao item 41 da Parte 1 do Anexo I do Regulamento do ICMS: Item 41-Hipóteses-Condições-Eficácia Até-Indeterminada- Saída, em operação interna ou interestadual, de produto típico de artesanato regional, assim entendido o produto proveniente de trabalho manual realizado por pessoa física, inclusive microprodutor rural, nas seguintes condições: a) quando o trabalho não conte com o auxílio nem a participação de terceiros assalariados; b) quando o produto seja vendido a consumidor, diretamente ou por intermédio de entidade de que o artesão faça parte ou pela qual seja assistido" (relator: Deputado Sebastião Helvécio), e 6.141/2006. O Requerimento nº 5.836/2005 é rejeitado. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a

reunião extraordinária do dia 23/3/2006, às 10 horas, para apreciação dos pareceres sobre os Projetos de Lei nºs 3.005/2006, no 2º turno, e 2.915, 2.916, 2.920 e 3.063/2006, do Governador do Estado, e 3.006/2006, do Tribunal de Contas, no 1º turno, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 23 de março de 2006.

Jayro Lessa, Presidente - Ermano Batista - José Henrique - Sebastião Helvécio.

## ORDEM DO DIA

Ordem do dia da 5ª reunião ordinária da comissão de Saúde Na 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, a realizar-se às 9h15min do dia 29/3/2006

### 1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

### 2ª Parte (Ordem do Dia)

Realização de debate sobre a atual política de prevenção e tratamento da anorexia e da bulimia, com os convidados mencionados na pauta.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

## EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Saúde

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Carlos Pimenta, Adalclever Lopes, Doutor Ronaldo e Fahim Sawan, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 28/3/2006, às 10 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar o Parecer para o 1º Turno do Projeto de Lei nº 2.663/2005, do Deputado Gilberto Abramo; a discutir e votar os Pareceres para o 2º Turno dos Projetos de Lei nºs 1.040/2003, do Deputado Célio Moreira; 1.221/2003, do Deputado Sebastião Helvécio; 1.738/2004, do Deputado Leonardo Moreira; 2.515/2005, do Deputado Miguel Martini; a discutir e votar, em turno único, os Projetos de Lei nºs 1.740/2004, do Deputado Neider Moreira; 2.020/2004, do Deputado André Quintão; 2.094 e 2.592/2005, do Deputado Luiz Humberto Carneiro; 2.653/2005, da Deputada Maria Olívia; a votar, em turno único, os Requerimentos nºs 5.969/2006, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; 5.972 e 5.973/2006, do Deputado Jayro Lessa; 5.975/2006, do Deputado Weliton Prado; 5.959/2006, do Deputado Doutor Ronaldo; 6.006, 6.007, 6.008, 6.009, 6.011 e 6.012/2006, do Deputado Dimas Fabiano; 6.044 e 6.082/2006, do Deputado Sebastião Helvécio; e 6.115/2006, do Deputado Doutor Viana, e discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 24 de março de 2006.

Adelmo Carneiro Leão, Presidente.

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Direitos Humanos

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Roberto Ramos, Irani Barbosa, Paulo Cesar e Zé Maia, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 29/3/2006, às 14 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de se obterem esclarecimentos acerca de supostas arbitrariedades e práticas violentas contra alunos de escola municipal de Belo Horizonte que teriam sido praticadas por policiais militares, com a presença de convidados, e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 24 de março de 2006.

Durval Ângelo, Presidente.

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Marlos Fernandes, Doutor Viana, Gil Pereira, Luiz Humberto Carneiro, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 29/3/2006, às 15 horas, no teatro desta Casa, com a finalidade de debater a atual crise do agronegócio mineiro, em audiência pública, e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 24 de março de 2006.

Padre João, Presidente.

## TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 2.844/2005

Relatório

De autoria do Deputado João Leite, o Projeto de Lei nº 2.844/2005 tem por objetivo dar a denominação de Orosimbo Gomes de Moraes à rodovia que liga o Município de São José do Mantimento à MG-111.

Examinada a matéria preliminarmente pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade, cabe agora a esta Comissão deliberar conclusivamente sobre ela, conforme preceitua o art. 103, I, "b", do Regimento Interno.

Fundamentação

Orosimbo Gomes de Moraes foi uma das mais proeminentes figuras do Município de São José do Mantimento. Destacou-se por sua reputação ilibada e pelos relevantes serviços prestados à sua terra natal. Doou à municipalidade terrenos para a construção do prédio da Escola São José, do cemitério público municipal e da primeira igreja católica da cidade, beneficiando, dessa maneira, a população local.

Em vista disso, entendemos justo e oportuno que lhe seja prestada a homenagem pretendida pela proposição em análise.

Conclusão

Pelas razões expostas, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.844/2005, em turno único.

Sala das Comissões, 23 de março de 2006.

Roberto Carvalho, relator.

Parecer para o 1º Turno do Projeto de Lei Nº 2.915/2006

Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária

Relatório

De autoria do Governador do Estado, o Projeto de Lei nº 2.915/2006 fixa o efetivo do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais - CBMMG - e dá outras providências.

Preliminarmente, foi a proposição apreciada pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade, com a Emenda nº 1, que apresentou.

Posteriormente, a proposição foi encaminhada à Comissão de Administração Pública para ser apreciada quanto ao mérito, recebendo, nessa oportunidade, parecer pela aprovação, com as Emendas nºs 2 e 3, que apresentou.

Cabe, agora, a esta Comissão analisar a proposição no âmbito de sua competência, nos termos regimentais.

Fundamentação

A proposição em análise fixa o efetivo do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais - CBMMG - em 7.994 oficiais e praças. Os cargos criados pelo projeto serão ativados após o cumprimento dos requisitos a serem estabelecidos no decreto que definirá o Quadro de Organização e Distribuição - QOD -, observando-se o crescimento real do efetivo ou as condições logísticas para a instalação de unidades do Corpo de Bombeiros Militar no Estado.

A proposição prevê, ainda, o percentual de até 5% do efetivo fixado para os militares do sexo feminino nos Quadros de Oficiais Bombeiros Militares e de Praças Bombeiros Militares, não havendo tal limitação para os demais quadros.

A Comissão de Constituição e Justiça concluiu pela constitucionalidade, legalidade e juridicidade da matéria, afirmando estar o projeto em plena sintonia com as diretrizes da Constituição do Estado quanto ao instrumento utilizado para disciplinar a matéria ou a autoridade competente para tanto.

A Emenda nº 1, apresentada pela Comissão de Constituição e Justiça, aumenta o percentual de 5%, previsto no "caput" do art. 4º da proposição, para 10%, de maneira a propiciar uma participação mais ampla, ainda que pequena, de militares do sexo feminino no Quadro de Oficiais Bombeiros Militares e de Praças Bombeiros Militares.

A Comissão de Administração Pública, a quem compete avaliar o mérito da proposição, afirma em seu parecer que o efetivo do Corpo de Bombeiros Militar é de 4.804 oficiais e praças, número que se tornou insuficiente para atender à demanda. Atualmente, existem unidades do CBMMG em apenas 35 Municípios mineiros, sobretudo pela falta de elementos humanos e pelo elevado custo dos equipamentos. A meta prevista é a instalação de unidades ou frações do Corpo de Bombeiros nas comunidades com população superior a 30 mil habitantes, o que abrange um total de 105 Municípios, conforme consta na exposição de motivos do Comandante-Geral da instituição, a qual está anexada ao projeto em exame.

A Emenda nº 2, oferecida pela comissão de mérito, propõe alteração do art. 1º, que trata da distribuição do efetivo do Corpo de Bombeiros Militar. O inciso II deste artigo prevê o Quadro de Oficiais de Administração Bombeiros Militares - QOABM -, composto de Oficiais de Administração e Músicos. A Comissão sugere mudar essa terminologia para Quadro de Oficiais Complementar Bombeiro Militar - QOCBM.

A Emenda nº 3 visa modificar a redação do art. 5º da Lei nº 14.445, de 2002, o qual prevê a cessão a esta Casa, por meio de convênio, de até quatro militares e três pilotos, que prestarão apoio às atividades institucionais de competência da Presidência do Poder Legislativo. A emenda sugere estender essa possibilidade ao Corpo de Bombeiros Militar, que poderá ceder até dois militares da Corporação ao Legislativo mineiro.

Sob a ótica financeiro-orçamentária, escopo desta Comissão, a proposição atende aos parâmetros da Lei Complementar nº 101, de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal -, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. A referida lei determina, no art. 16, que as medidas governamentais que acarretarem aumento de despesa deverão ser precedidas de estimativa do impacto orçamentário-financeiro e de declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira. Nesse pormenor, encontra-se anexado à proposição documento da Secretaria de Planejamento e Gestão - Seplag -, informando a esta Casa que o projeto acarretará um dispêndio aos cofres públicos estimado em R\$71.000.000,00 em um exercício. Informa, ainda, que tal acréscimo está em consonância com o limite de despesas com pessoal do Poder Executivo, correspondente a 49% da receita corrente líquida, conforme o disposto no art. 20, II, "c", da mencionada lei complementar.

A proposição se reveste da maior importância, pois visa garantir a efetividade da prestação do serviço ou da sua potencialidade, por se tratar de serviço público essencial de competência do Estado, que tem como fonte de recursos aqueles oriundos de impostos que o Estado arrecada e de taxas. A futura lei beneficia também o Tesouro Estadual, uma vez que, por consequência do aumento do número de Municípios atendidos, aumentar-se-á, na mesma proporção, a arrecadação das respectivas taxas de combate a incêndio.

#### Conclusão

Em face do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.915/2006, no primeiro turno, com a Emenda nº 1, apresentada pela Comissão de Constituição e Justiça, e as Emendas nºs 2 e 3, da Comissão de Administração Pública.

Sala das Comissões, 23 de março de 2006.

Jayro Lessa, Presidente - Ermano Batista, relator - José Henrique - Sebastião Helvécio.

Parecer para o 1º Turno do Projeto de Lei Nº 2.915/2006

Comissão de Administração Pública

#### Relatório

De autoria do Governador do Estado, o Projeto de Lei nº 2.915/2006 fixa o efetivo do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais - CBMMG - e dá outras providências.

Publicado, o projeto foi encaminhado à Comissão de Constituição e Justiça, que, em exame preliminar, concluiu pela juridicidade, pela constitucionalidade e pela legalidade da matéria com a Emenda nº 1.

Agora, vem a proposição a esta Comissão, para receber parecer quanto ao mérito, consoante dispõe o art. 102, I, "a", do Regimento Interno.

#### Fundamentação

O projeto em análise tem o objetivo de fixar o efetivo do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais - CBMMG - em 7.994 oficiais e praças, distribuídos da seguinte forma, conforme determina o art. 1º da proposição e seu anexo: 458 oficiais do Quadro de Oficiais Bombeiros Militares - QOBM; 64 oficiais do Quadro de Oficiais de Administração Bombeiros Militares - QOABM -, composto de Oficiais de Administração e Músicos; 60 oficiais do Quadro de Oficiais de Saúde Bombeiros Militares - COSBM -, composto de Oficiais Médicos, Dentistas e Psicólogos; 7.196 praças do Quadro de Praças Bombeiros Militares - QPBM -, composto de Praças Combatentes, Condutores e Operadores de Viatura e Corneteiros; e 216 praças do Quadro de Praças Especialistas Bombeiros Militares - QPEBM -, composto de Praças de Motomecanização, Músicos, Auxiliares de Saúde e de Comunicações.

O projeto estabelece que a ativação dos cargos ocorrerá apenas após o cumprimento dos requisitos a serem determinados no decreto que definirá o Quadro de Organização e Distribuição - QOD -, observando-se o crescimento real do efetivo ou as condições logísticas para a instalação de unidades no Corpo de Bombeiros Militar do Estado. Ademais, a promoção para os postos decorrentes do aumento do efetivo do CBMMG ficará condicionada à aprovação da Câmara de Coordenação Geral, Planejamento, Gestão e Finanças.

Desde a promulgação da Emenda à Constituição nº 39, de 1999, o Corpo de Bombeiros Militar desvinculou-se da Polícia Militar e passou à condição de órgão autônomo da administração direta do Executivo. Trata-se de um dos órgãos responsáveis pela segurança pública, que é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio. Enquadram-se no campo de atribuições da instituição sob comento, por força do art. 142, II, da Carta mineira, a "coordenação e a execução de ações de defesa civil, a prevenção e combate a incêndio, perícias de incêndio, busca e salvamento e estabelecimento de normas relativas à segurança das pessoas e de seus bens contra incêndio ou qualquer tipo de catástrofe".

A Lei Complementar nº 54, de 1999, que dispõe sobre a organização básica do Corpo de Bombeiros Militar, assegura, explicitamente, no art. 4º, a autonomia administrativa e financeira dessa instituição, a qual abrange a competência para elaborar a sua programação financeira, decidir sobre a situação de seu pessoal ativo e seu pessoal inativo, executar contabilidade própria e adquirir materiais, viaturas e equipamentos específicos. Além disso, o Comandante-Geral do CBMMG tem prerrogativas e responsabilidades de Secretário de Estado, conforme determina o § 3º do art. 12 da mencionada norma complementar.

De acordo com a Lei nº 13.400, de 1999, o efetivo do Corpo de Bombeiros Militar é de 4.804 oficiais e praças, número que se tornou insuficiente para atender à demanda. Atualmente, existem unidades do CBMMG apenas em 35 Municípios mineiros, sobretudo pela falta de elementos humanos e pelo elevado custo dos equipamentos. A meta prevista é a de instalar unidades ou frações do Corpo de Bombeiros nas comunas com população superior a 30 mil habitantes, o que abrange um total de 105 Municípios, conforme consta na exposição de motivos do Comandante-Geral da instituição, a qual está anexada ao projeto em exame.

Como o órgão em questão desfruta estrutura própria e exerce relevante missão no contexto da segurança pública, entendemos que a ampliação de seu quadro de efetivos é uma medida justa e necessária para o atendimento de seus objetivos institucionais. Além da estrutura orgânica adequada, que é o elemento estático, é fundamental dotá-lo de razoável contingente de pessoas físicas, que são o elemento dinâmico do órgão, pois esses integrantes da corporação é que utilizarão os equipamentos disponíveis para prevenir e combater incêndios, a par de outras atribuições. Portanto, sem o quantitativo humano adequado, dificilmente o Corpo de Bombeiros exercerá, na sua plenitude, as competências que lhe foram conferidas pela Constituição do Estado e pela legislação infraconstitucional. Por essa ótica, pois, não há como negar a conveniência e a oportunidade do projeto.

A Comissão de Constituição e Justiça, por meio da Emenda nº 1, ampliou de 5% para 10% do efetivo previsto a participação de militares do sexo feminino nos Quadros de Oficiais Bombeiros Militares e de Praças Bombeiros Militares. A nosso ver, trata-se de uma medida vantajosa para a corporação, que poderá contar com a força de trabalho mais expressiva do sexo feminino para atividades que não requeiram considerável desgaste físico.

Finalmente, reputamos oportuno introduzir algumas alterações na proposição original, a começar pela alteração do art. 1º, que trata da distribuição do efetivo do Corpo de Bombeiros Militar. O inciso II deste artigo prevê o Quadro de Oficiais de Administração Bombeiros Militares - QOABM -, composto de Oficiais de Administração e Músicos. Sugerimos mudar essa terminologia para Quadro de Oficiais Complementar Bombeiro Militar - QOCBM - pelas seguintes razões: em primeiro lugar, é necessário o tempo mínimo de 15 anos de efetivo exercício para concorrer ao Curso de Habilitação de Oficiais - CHO -, o que indica que o militar tem experiência profissional suficiente para o exercício da função de oficial, seja na área administrativa, seja na área operacional, não carecendo do período de arregimentação nem de outros estágios de adaptação. Saliente-se que vários oficiais deste Quadro já exerceram função de oficial quando ocupavam a Patente de Subtenente ou 1º-Sargento Bombeiro Militar. Ocorre que o aumento do quantitativo de oficiais do QOCBM provocaria um "efeito cascata", pois, ao preencher as vagas com Subtenente e 1º-Sargento no CHO, abriria oportunidades para os cursos de praças (CAS, CFS e CFSd) e novas promoções.

Ora, a implementação do CHO gera mais bônus do que ônus para o erário, uma vez que motiva tais militares a estudar para ter ascensão na carreira militar, o que implica profissionais mais bem-informados e atualizados. Conseqüentemente, a Corporação recebe um oficial subalterno devidamente preparado, em até seis meses de curso, em condições de assumir qualquer função de oficial subalterno ou intermediário, tendo em vista a experiência profissional de, no mínimo, 15 anos de efetivo serviço. Lembre-se, ainda, que a promoção do oficial do QOCBM da ativa ocorre até o posto de oficial intermediário. Para implementar tal alteração, que requer adequação do anexo, apresentamos a Emenda nº 2.

Finalmente, afigura-se-nos oportuno modificar a redação do art. 5º da Lei nº 14.445, de 2002, o qual prevê a cessão a esta Casa, por meio de convênio, de até quatro militares e três pilotos, que prestarão apoio às atividades institucionais de competência da Presidência do Poder Legislativo. Sugerimos estender essa possibilidade ao Corpo de Bombeiros Militar, que poderá ceder até 2 militares da Corporação ao Legislativo mineiro. Para concretizar tal alteração, apresentamos a Emenda nº 3.

#### Conclusão

Em face do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.915/2006 com a Emenda nº 1, apresentada pela Comissão de Constituição e Justiça, e as Emendas nºs 2 e 3, a seguir redigidas.

#### Emenda nº 2

Dê-se ao art. 1º a seguinte redação e substituam-se, no anexo do projeto, o Quadro de Oficiais Bombeiros Militares e o Quadro de Oficiais de Administração Bombeiros Militares pelos seguintes quadros:

"Art. 1º - O efetivo do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais - CBMMG - fica fixado em 7.994 (sete mil novecentos e noventa e quatro) oficiais e praças, assim dispostos:

I - Quadro de Oficiais Bombeiros Militares - QOBM;

II - Quadro de Oficiais Complementar Bombeiros Militares - QOCBM -, composto por Oficiais Combatentes e Músicos possuidores do Curso de Habilitação de Oficiais - CHO;

III - Quadro de Oficiais de Saúde Bombeiros Militares - QOSBM -, composto de Oficiais Médicos, Dentistas e Psicólogos;

IV - Quadro de Praças Bombeiros Militares- QPBM -, composto de Praças Combatentes, Condutores e Operadores de Viatura e Corneteiros;

V - Quadro de Praças Especialistas Bombeiros Militares - QPEBM -, composto de Praças de Motomecanização, Músicos, Auxiliares de Saúde e Comunicações.

§ 1º - O efetivo de que trata o "caput" deste artigo fica distribuído conforme os quadros, as categorias, os postos e as graduações constantes no anexo desta lei.

§ 2º - A ativação dos cargos, até o limite fixado no "caput" deste artigo, somente poderá ocorrer depois de cumpridos os requisitos constantes no decreto que definirá o Quadro de Organização e Distribuição - QOD -, observando-se o crescimento real do efetivo ou as condições logísticas para a instalação de unidades no Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais.

§ 3º - Os oficiais combatentes do QOCBM desempenharão cargos e encargos atribuídos aos do QOBM.

§ 4º - Os oficiais pertencentes ao QOABM passarão a integrar o QOCBM, obedecendo-se, para acesso ao primeiro posto deste Quadro, as disposições legais pertinentes.

§ 5º - A promoção para os postos decorrentes do acréscimo do efetivo do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais - CBMMG - de que trata esta lei somente poderá ocorrer após a aprovação da Câmara de Coordenação Geral, Planejamento, Gestão e Finanças.

(...)

#### Anexo

(a que se refere o art. 1º da Lei nº , de de de 2006)

QOBM	
------	--

Posto	Efetivo
Coronel	9
Tenente-Coronel	32
Major	46
Capitão	145
1º-Tenente	120
2º-Tenente	80
Total	432
QOCBM	
Posto	Efetivo
Capitão	22
1º-Tenente	28
2º-Tenente	40
Total	90"

Emenda nº 3

Acrescente-se onde convier:

"Art. ... - O art. 5º da Lei nº 14.445, de 26 de novembro de 2002, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 5º - Será admitida, mediante convênio, a cessão à Assembléia Legislativa de até quatro policiais militares, dois bombeiros militares e três pilotos, que prestarão apoio às atividades institucionais de competência da Presidência do Poder Legislativo, na forma de deliberação da Mesa da Assembléia Legislativa."."

Sala das Comissões, 22 de março de 2006.

Fahim Sawan, Presidente - Sargento Rodrigues, relator - Gustavo Valadares - Ricardo Duarte - Antônio Júlio.

Parecer para o 1º Turno do Projeto de Lei Nº 2.916/2006

Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária

Relatório

De autoria do Governador do Estado, o Projeto de Lei nº 2.916/2006 modifica a estrutura orgânica da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão e do Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais, cria cargos de provimento em comissão e funções gratificadas na administração direta do Poder Executivo e dá outras providências.

A Comissão de Constituição e Justiça concluiu pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade da matéria com as Emendas nºs 1 a 5, que apresentou.

Em seguida a proposição foi examinada pela Comissão de Administração Pública, que opinou pela sua aprovação com a Emenda nº 1 na forma da Subemenda nº 1, que apresentou, e com as Emendas nºs 2 a 5, da Comissão de Constituição e Justiça.

Vem agora a proposição a esta Comissão para receber parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, inciso VII, do Regimento Interno.

Fundamentação

O projeto em tela altera a estrutura administrativa da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag – e do Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais – Ipsemg –, com o intuito de centralizar naquele órgão as funções de perícia médica da administração pública estadual, por meio da criação da Superintendência Central de Perícia Médica e Saúde Ocupacional, vinculada à Seplag, e de determinados cargos, especificados nos seus Anexos I a III.

A transferência do serviço médico-pericial dos servidores estaduais para a Seplag é uma medida racional, integrando as ações do serviço de perícia médica, cujos resultados repercutem diretamente na concessão de benefícios como licença médica e aposentadoria, entre outros.

A perícia médica das Polícias Civil e Militar, do Corpo de Bombeiros Militar, da Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais – Fhemig – e do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais – DER-MG, que já possuem estrutura própria para a prestação desse serviço, continuará a ser desempenhada por eles, prevendo o projeto, para alguns desses órgãos, a observação de orientação normativa da Superintendência Central de Perícia Médica e de Saúde Ocupacional.

O projeto trata de uma ampla reforma estrutural no Ipsemg, justificada pela supressão de algumas de suas competências e pelo fortalecimento de outras, visando melhorar a qualidade na prestação de serviços essenciais da autarquia.

Além de propor a criação da Diretoria de Arrecadação e Finanças, para conferir mais rigor ao controle das despesas e das receitas do Instituto, o projeto determina a criação de cargos comissionados, a adequação dos valores de funções gratificadas à complexidade das unidades regionais do Ipsemg e a criação de cargos comissionados no quadro de pessoal do Grupo de Atividades de Tributação, Fiscalização e Arrecadação, destinados à Secretaria de Fazenda, buscando o fortalecimento da capacidade daquele órgão para cumprir de forma rígida o planejamento fiscal do Estado.

A Comissão de Constituição e Justiça concluiu pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade da matéria apresentando-lhe as Emendas nºs 1 a 5, que aprimoram o texto da futura lei, adequando o texto proposto a normas constitucionais e à melhor técnica legislativa.

A Comissão de Administração Pública ressaltou em seu parecer que o projeto propõe melhorias na organização da administração pública estadual, buscando mais racionalidade e eficiência na prestação de serviços públicos. Em seu parecer, essa Comissão alerta sobre as normas constitucionais referentes à matéria que devem ser observadas, sobre o prazo para a criação dos cargos e funções no final do mandato do Governador e sobre a forma de provimento de cargos em comissão. A Subemenda nº 1, apresentada pela Comissão de Administração Pública, aprimora o texto proposto pela Emenda nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça, concedendo-lhe maior clareza.

A Seplag, em atendimento ao disposto na Lei de Responsabilidade Fiscal, encaminhou ofício em que constam os valores correspondentes ao impacto da medida proposta nas contas públicas do Estado. Segundo o ofício em referência, o custo anual estimado da proposta em tela é de R\$2.348.397,82, sendo de R\$333.309,41 o custo anual para a Superintendência Central de Perícia Médica e Saúde Operacional na Seplag, de R\$1.456.442,25 o custo anual para o Ipsemg e de R\$558.646,16 o custo anual dos cargos criados na Secretaria de Estado de Fazenda.

O orçamento do Estado para 2006 contém a previsão de despesas com pessoal e encargos para o Ipsemg no valor de R\$103.417.274,00, para a Secretaria de Estado de Fazenda no valor de R\$434.208.870,00 e para a Seplag no valor de R\$35.917.391,00.

O impacto estimado do projeto é de 0,41% do total de despesas com pessoal e encargos dos órgãos que menciona. Considerando a potencial economia para os cofres públicos com a melhoria da eficiência dos serviços prestados, o valor é insignificante.

A Seplag informou ainda que o acréscimo desse valor aos gastos do Estado com pessoal não implica ultrapassar o limite de 49% da receita corrente líquida, estabelecido pela Lei de Responsabilidade Fiscal, para gastos com pessoal no âmbito do Executivo Estadual.

Visando a minorar o impacto financeiro decorrente do projeto, está-se propondo a extinção de dez funções gratificadas de Coordenador Regional, previstas no art. 8º da Lei Delegada nº 109, de 2003.

Os arts. 16 e 17 da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar Federal nº 101, de 4/5/2000) exigem que a criação, a expansão ou o aperfeiçoamento de ação governamental que acarretem aumento de despesa sejam acompanhados da estimativa do impacto financeiro-orçamentário da proposta e da demonstração da origem dos recursos.

O projeto em análise prevê aumento continuado de despesa, e, portanto, além da estimativa do impacto orçamentário-financeiro para o ano em que a lei entrar em vigor e para os dois anos subseqüentes, é exigida a comprovação de que a despesa criada ou aumentada não afetará as metas fiscais previstas no Anexo de Metas Fiscais integrante da Lei de Diretrizes Orçamentárias, conforme o disposto no art. 17, c/c o § 1º do art. 4º, da Lei de Responsabilidade Fiscal.

#### Conclusão

Em face do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.916/2006, no 1º turno, com as Emendas nºs 2 a 5, da Comissão de Constituição e Justiça, e com a Subemenda nº 1, da Comissão de Administração Pública, à Emenda nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Comissões, 23 de março de 2006.

Jayro Lessa, Presidente - Sebastião Helvécio, relator - José Henrique - Ermano Batista.

Parecer para o 1º Turno do Projeto de Lei Nº 2.916/2006

Comissão de Administração Pública

Relatório

De autoria do Governador do Estado, o Projeto de Lei nº 2.916/2006, encaminhado a esta Casa por meio da Mensagem nº 489/2006, modifica a estrutura orgânica da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão e do Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais, cria cargos de provimento em comissão e funções gratificadas na administração direta do Poder Executivo e dá outras providências.

Publicado no "Diário do Legislativo" de 17/2/2006, foi o projeto distribuído às Comissões de Constituição e Justiça, de Administração Pública e de Fiscalização Financeira e Orçamentária.

A Comissão de Constituição e Justiça concluiu pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade da matéria com as Emendas nºs 1 a 5, que apresentou.

Cabe, agora, a esta Comissão, nos termos regimentais, analisar a matéria quanto ao mérito.

#### Fundamentação

A proposição em análise insere-se no contexto da reforma administrativa iniciada pelo governo do Estado no ano de 2003, quando foram aprovadas por este Parlamento normas jurídicas que introduziram na gestão de pessoal da administração pública estadual instrumentos de estímulo negativo e positivo para o servidor público, como o Adicional de Desempenho em substituição ao adicional por tempo de serviço, o Afastamento Voluntário Incentivado, a Avaliação Periódica de Desempenho e a perda de cargo em virtude de insuficiência de desempenho. No ano de 2004, foram instituídos os planos de carreiras dos servidores públicos, visando a proporcionar mais estímulo ao servidor e a imprimir mais eficiência na prestação dos serviços públicos. Já em 2005, foram aprovadas leis instituindo as tabelas salariais para as carreiras do Poder Executivo.

Nesta oportunidade, o governo cuida de reorganizar administrativamente determinados órgãos do Estado, buscando, mais uma vez, a eficiência e a racionalidade na prestação de serviços públicos. Assim, o projeto em exame altera a estrutura administrativa da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag – e do Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais – Ipsemg –, com o intuito de centralizar naquele órgão as funções de perícia médica da administração pública estadual. Para viabilizar tal proposta, o projeto prevê a criação de uma Superintendência Central de Perícia Médica e Saúde Ocupacional, vinculada à Seplag, e de determinados cargos, especificados nos seus Anexos I a III.

É importante destacar que historicamente o serviço médico-pericial dos servidores estaduais sempre vinculou-se aos órgãos responsáveis pela administração de pessoal, tendo em vista que os seus resultados repercutem diretamente na concessão de benefícios como licença médica e aposentadoria, entre outros. Dessa forma, consideramos, como bem já ressaltou a Comissão de Constituição e Justiça, que a transferência de tal função para a Seplag, órgão responsável pela administração de pessoal, é medida de cunho integrativo e racionalizador na prestação do serviço de perícia médica.

Destaque-se que a perícia médica de determinados órgãos que já possuem estrutura própria para a prestação desse serviço continuará a ser desempenhada por eles. É o caso da Polícia Civil e Militar, do Corpo de Bombeiros Militar, da Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais – Fhemig – e do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais – DER-MG. No caso dos dois últimos órgãos, o projeto estabelece que deverão obedecer à orientação normativa da Superintendência Central de Perícia Médica e de Saúde Ocupacional.

O projeto prevê, ainda, uma ampla reforma estrutural no Ipsemg, uma vez que algumas de suas competências estão sendo suprimidas e objetiva-se que outras sejam fortalecidas para melhorar a qualidade na prestação de serviços essenciais da autarquia. Propõe-se, assim, a criação da Diretoria de Arrecadação e Finanças para conferir mais rigor no controle das despesas e das receitas do Instituto. O projeto determina, também, a criação dos cargos de Diretor, Superintendente e Chefe de Divisão e a adequação dos valores de funções gratificadas à complexidade das unidades regionais da entidade.

O projeto cria, além desses, cargos comissionados no quadro de pessoal do Grupo de Atividades de Tributação, Fiscalização e Arrecadação, destinados à Secretaria de Fazenda, buscando o fortalecimento da capacidade daquele órgão para cumprir de forma rígida o planejamento fiscal do Estado.

É imperioso destacar que o projeto propõe melhorias na organização da administração pública estadual, buscando, como demonstra na exposição de motivos que o acompanha, mais racionalidade e eficiência na prestação de serviços públicos. Coaduna-se, assim, o projeto com os princípios constitucionais norteadores da administração pública.

Vale, todavia, destacar que, ao criar cargos e funções na sua administração, o Poder Executivo deve observar as normas constitucionais referentes à matéria. A Comissão de Constituição e Justiça já aprofundou a matéria, com propriedade, e ressaltou pontos importantes a serem observados.

É importante que a criação dos cargos e das funções gratificadas ocorra nos 180 dias anteriores ao final do mandato do Governador do Estado, uma vez que o art. 21 da Lei de Responsabilidade Fiscal considera nulo de pleno direito o ato que resulte em aumento da despesa com pessoal e não atenda ao referido prazo.

Ademais, o projeto deve observar o art. 37, inciso V, da Constituição Federal, que determina que os cargos em comissão devem ser preenchidos por servidores de carreira nos casos, nas condições e nos percentuais mínimos previstos em lei e destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento.

A norma estadual que cuida de estabelecer a forma de recrutamento para provimento de cargo em comissão do quadro permanente do Poder Executivo é a Lei nº 9.530, de 1987. Ela estabelece que 30% do provimento dos cargos em comissão que especifica são de recrutamento amplo, sendo o restante de recrutamento limitado.

A Comissão de Constituição e Justiça apresentou a Emenda nº 1, determinando que a referida lei seja observada quanto à forma de recrutamento dos cargos em comissão previstos no projeto. Todavia, como os cargos que estão sendo criados não estão expressamente previstos na citada norma, que é anterior à Constituição, propomos a Subemenda nº 1, que deixa claro que o percentual previsto naquela lei aplica-se aos cargos criados no projeto. Consideramos que tal medida vai ao encontro dos princípios constitucionais, notadamente os da eficiência e da moralidade pública.

#### Conclusão

Em face do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.916/2006 com a Emenda nº 1, na forma da Subemenda nº 1, a seguir apresentada, e com as Emendas nºs 2 a 5, da Comissão de Constituição e Justiça.

Dê-se ao § 1º do art. 5º e ao parágrafo único do art. 14 a seguinte redação:

" Art. 5º - ( ...)

§ 1º - A identificação, a lotação e a forma de recrutamento dos cargos de que trata este artigo serão estabelecidas em decreto, observado o percentual previsto no art. 2º da Lei nº 9.530, de 29 de dezembro de 1987.

( ...)

Art. 14 - (...)

Parágrafo único - A identificação, a lotação e a forma de recrutamento dos cargos de que trata este artigo serão estabelecidas em decreto, observado o percentual previsto no art. 2º da Lei nº 9.530, de 29 de dezembro de 1987."

Sala das Comissões, 22 de março de 2006.

Fahim Sawan, Presidente e relator - Gustavo Valadares - Carlos Pimenta - Edson Resende - José Henrique.

Parecer para o 1º Turno do Projeto de Lei Nº 2.920/2006

Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária

Relatório

De autoria do Governador do Estado, o projeto de lei em epígrafe altera o art. 8º da Lei nº 9.266, de 18/9/86, e o Anexo XLII da Lei Delegada nº 39, de 3/4/98.

A proposição foi distribuída à Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade. Em seguida, a Comissão de Administração Pública opinou pela aprovação da matéria. Vem, agora, a proposição a esta Comissão para receber parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, inciso VII, do Regimento Interno.

Fundamentação

O projeto de lei em tela propõe o reajuste do valor da gratificação de horas-vôo devida aos ocupantes dos cargos de 1º-Oficial de Aeronave, Comandante de Avião, Piloto de Helicóptero e Comandante de Avião a Jato, assim como extingue o abono de que trata o § 2º do art. 8º da Lei nº 9.266, de 18/9/86, incorporando-o à referida gratificação.

O objetivo da proposta, segundo consta da mensagem enviada pelo Governador a esta Casa, é "adequar a remuneração destes profissionais de formação especializada aos valores praticados pelo mercado, dada a relevância de seus estratégicos serviços para o governo, sobretudo na área da segurança pública".

O art. 1º do projeto propõe adicionar ao mínimo de horas-vôo mensais utilizado como base para o valor da gratificação especial de que trata o § 1º do art. 8º da Lei nº 9.266, de 18/9/86, o abono correspondente a 40 horas-vôo, de que trata o § 2º do mesmo artigo. O referido § 2º, por sua vez, é revogado pela proposição em tela. Já o art. 3º do projeto autoriza o Poder Executivo a abrir crédito especial no valor de R\$1.131.917,23.

Com relação ao mérito que cabe a esta Comissão analisar, cabe ressaltar que o reajuste proposto constitui despesa de caráter continuado, razão pela qual se faz necessário o atendimento dos pressupostos definidos no art. 17 da Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF -, que estabelece que os atos que criarem ou aumentarem despesa dessa natureza deverão ser instruídos com a estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que devam entrar em vigor e nos dois subseqüentes; e com demonstrativo da origem dos recursos para seu custeio.

Em atendimento ao disposto na LRF, o governo do Estado enviou a esta Casa, por meio da Secretaria de Planejamento e Gestão - Seplag -, exposição de motivos em que consta o valor correspondente ao impacto da medida proposta nas contas públicas do Estado. O custo anual estimado da medida proposta, de acordo com o documento citado, é de R\$1.131.917,23. Para tanto, faz-se necessária a abertura de crédito especial nesse montante, uma vez que não há previsão na Lei Orçamentária Anual para a despesa que se pretende instituir.

A Seplag informou ainda que o acréscimo deste valor aos gastos do Estado com pessoal não implica a ultrapassagem do limite de 49% da receita corrente líquida, estabelecido pela LRF, para gastos com pessoal no âmbito do Executivo Estadual.

Por essa razão, esta Comissão entende que a proposta em tela é relevante e não encontra óbice na legislação pertinente à matéria financeira e orçamentária, razão pela qual deve ser aprovada por esta Casa.

Conclusão

Diante do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.920/2006 no 1º turno.

Sala das Comissões, 23 de março de 2006.

Jayro Lessa, Presidente e relator - Ermano Batista - José Henrique - Sebastião Helvécio.

Parecer para o 1º Turno do Projeto de Lei Nº 3.063/2006

Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária

## Relatório

De autoria do Governador do Estado, o projeto em tela autoriza o Poder Executivo a contratar com o Banco do Brasil S.A. operação de crédito destinada à execução do Programa de Melhoria de Ligações e Acessos Rodoviários no Vale do Rio Doce.

A proposição foi distribuída preliminarmente à Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade, com a Emenda nº 1, que apresentou.

Vem agora a matéria a esta Comissão para receber parecer, nos termos regimentais.

## Fundamentação

Visa a proposição a autorizar o Poder Executivo a contratar operação de crédito, no valor de até ¥ 6.250.000.000,00 (seis bilhões duzentos e cinquenta milhões de reais), com o Banco do Brasil S.A., destinada à execução do Programa de Melhoria de Ligações e Acessos Rodoviários no Vale do Rio Doce. Estabelece, ainda, a obrigatoriedade do depósito dos recursos resultantes da referida operação de crédito em instituições financeiras que centralizem a receita do Estado.

Como garantia do contrato, a proposição autoriza o Poder Executivo a oferecer, até o limite de 125% (cento e vinte e cinco por cento) do valor do financiamento, caução de ações preferenciais nominativas e de debêntures de emissão da Cemig. Vale ressaltar que as ações preferenciais não dão direito a voto, o que não compromete o controle acionário da Cemig pelo Estado.

O Projeto "Melhoria de Ligações e Acessos Rodoviários no Vale do Rio Doce" está inserido no programa estruturador Pró-Acesso, um dos projetos prioritários do Governo do Estado, que visa à pavimentação de ligações e acessos rodoviários nos Municípios mineiros. Na lei orçamentária para 2006, existe previsão para se investirem R\$60.000.000,00 (sessenta milhões de reais) no referido Projeto.

A efetivação da operação de crédito que se pretende autorizar deverá atender às normas gerais previstas nas Seções IV e V do Capítulo VII da Lei de Responsabilidade Fiscal, ao disposto na Resolução nº 40, de 20/12/2001, alterada pela Resolução nº 5, de 3/4/2002, e na Resolução nº 43, de 21/12/2001, alterada pela Resolução nº 3, de 2/4/2002, todas do Senado Federal.

Entre as exigências estabelecidas pela Lei de Responsabilidade Fiscal para a realização de operação de crédito, destacamos: a verificação pelo Ministério da Fazenda do cumprimento dos limites e das condições estabelecidos para cada ente da Federação; a existência de prévia e expressa autorização para a contratação, na lei orçamentária, em créditos adicionais ou em lei específica; a inclusão no orçamento ou em créditos adicionais dos recursos provenientes da operação; a observância dos limites fixados pelo Senado Federal; a autorização específica do Senado Federal quando se tratar de operação de crédito externo e o atendimento do disposto no inciso III do art. 167 da Constituição Federal, que veda a realização de operações de crédito que excedam o montante das despesas de capital, ressalvadas as autorizadas mediante créditos suplementares ou especiais com finalidade precisa, aprovados pelo Legislativo por maioria absoluta.

Quanto à capacidade de endividamento, cabe relatar que o Estado se encontra dentro dos limites estabelecidos pelo Senado Federal, de acordo com o Relatório de Gestão Fiscal referente ao exercício de 2005, publicado pela Secretaria de Estado de Fazenda em 28/1/2006. Conforme mencionado pela Comissão anterior, analisando o comportamento da dívida pública estadual (págs. 31 e 32 da Mensagem do Governador à Assembléia Legislativa que encaminhou o referido Relatório), verifica-se que, com a trajetória de ajuste atual, o Estado deverá alcançar o limite de endividamento previsto na Resolução nº 40 (200% para a Despesa Corrente Líquida em relação à Receita Corrente Líquida) até abril de 2015. "Em 31/12/2004, a relação DCL/RCL foi de 224,53% e em 31/12/2005 esse limite passou para 203,10%. A trajetória para esse ajuste ocorreu em função da revisão no saldo da dívida com a União, do crescimento das receitas próprias do Estado, do aumento nos haveres financeiros e dos pagamentos de dívidas que o estado tem realizado".

Vale informar ainda que, uma vez concluída a operação de crédito objeto dessa autorização, o orçamento será suplementado no valor correspondente, pois, conforme mencionado anteriormente, já existe dotação para o Programa Pró-Acesso no orçamento vigente.

A Emenda nº 1, apresentada pela Comissão de Constituição e Justiça, visa a aprimorar o projeto no que concerne à técnica legislativa, expressando o valor do empréstimo em reais, já que se trata de financiamento contraído junto a instituição financeira nacional.

Não há óbices, portanto, para a efetivação da operação de crédito em análise sob a ótica da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000, e sob o ponto de vista orçamentário.

## Conclusão

Em face do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.063/2006, no 1º turno, com a Emenda nº 1, apresentada pela Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Comissões, 23 de março de 2006.

Jayro Lessa, Presidente - José Henrique, relator - Ermano Batista - Sebastião Helvécio.

## PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

11ª Reunião ordinária da 4ª sessão Legislativa ordinária da 15ª legislatura

Discursos Proferidos em 15/3/2006

O Deputado Doutor Viana - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, imprensa, público das galerias, telespectadores da TV Assembléia, funcionários desta Casa, hoje, 15 de março, é um dia triste na história de Minas Gerais, pois, há 15 anos, foi determinado o fechamento da MinasCaixa. A MinasCaixa dos mineiros, uma instituição que vivia no coração de todos e que em relação a ela assim se pronunciavam carinhosamente e orgulhosamente: "a nossa MinasCaixa".

A MinasCaixa levava aos mineiros um compromisso de solidariedade e um compromisso social, promovendo, em nossos Municípios, o desenvolvimento e o bem-estar, financiando seus pequenos produtores, as pequenas indústrias e a construção da casa própria, realizando o

sonho de muitos mineiros.

O dia 15 de março de 1991 ficará marcado eternamente como um dia negro, no qual governantes e dirigentes conseguiram, com sua má administração, usando a MinasCaixa como se fosse uma instituição financeira própria de suas ambições, minar gradativamente o patrimônio, conduzindo-a a uma situação insustentável, até que houvesse a intervenção do Banco Central e, posteriormente, o decreto de fechamento.

Restou à MinasCaixa os seus abnegados funcionários de comprovada competência, de grande representatividade em nossas cidades, principalmente no interior de nosso Estado, pois, em quase todos os Municípios, existia uma agência da instituição.

Esses funcionários queridos, competentes, criaram e administraram a Prevcaixa, o seu instituto de previdência e assistência médica, conhecido por todos como uma instituição sólida e compromissada com o bem-estar social da família MinasCaixa. A Prevcaixa era o orgulho dos funcionários e fundadores. Com a extinção da MinasCaixa, foi transferida para um grupo gestor e passou a denominar-se Previminas.

Na Previminas, os funcionários da ex-MinasCaixa, e hoje servidores do Estado, perderam suas referências dentro da instituição, e pagam um preço muito alto para continuar como beneficiários de um plano de saúde construído por eles próprios e cujo patrimônio era sólido, mas que, no momento, possui grande parte de seus imóveis alugados. Os dedicados servidores, que deveriam ser beneficiários do plano, não usufruem dos aluguéis.

Também acho conveniente falar sobre a absorção dos funcionários da extinta MinasCaixa pelo Estado, por meio da Lei nº 10.470, de 1991. Essa lei determinou que os funcionários fossem absorvidos pelo Estado, recebendo o mesmo vencimento que recebiam na instituição financeira MinasCaixa.

No entanto, nobres colegas, a referida lei não determinou onde seriam lotados os servidores ex-MinasCaixa, e muitos foram conduzidos para cargos inferiores, principalmente funcionários que trabalhavam no interior, privando-os do exercício de sua capacidade e conhecimento na área bancária e econômica, o que causou descrédito social e perda de representatividade junto à comunidade.

Depois, com o passar do tempo, o próprio governo que determinou legalmente a absorção sem perdas de direitos e com vencimento integral retirou a vantagem pessoal, que representava para muitos o quinhão maior de sua remuneração. Esses servidores, já combatidos, sofreram com a humilhação de mais uma perda e muitos ficaram deprimidos, perdendo a dignidade e alguns até a própria vida. Essa situação perdurou de 1994 até o ano 2000, quando nesta Casa aprovamos uma lei de minha autoria, após anos de trabalho e esforço, que veio resgatar a vantagem pessoal e com ela a dignidade de uma classe de servidores, trabalhadores dedicados oriundos da extinta MinasCaixa, cuja instituição nunca deveria ter sido fechada.

Assim, nobres colegas, continuarei na luta em defesa dos ex-MinasCaixa e lembrando sempre esta data para que fatos como esse não mais aconteçam. Uma instituição financeira como a ex-MinasCaixa, a "ex-nossa Caixa" ou a "ex-Caixa de todos os mineiros" era de muitos e foi dilapidada por poucos. A MinasCaixa perdurará sempre no coração dos mineiros e, em especial, na alma dos servidores da ex-MinasCaixa, que constituem ainda a grande família MinasCaixa da qual eu hoje, por adoção, faço parte com muita honra e com compromisso.

Mais um assunto que considero de grande importância é o aniversário de 15 anos do Código de Defesa do Consumidor: um grande avanço para o nosso país, que proporcionou, indiscutivelmente, o resgate e a preservação de direitos dos consumidores mineiros e brasileiros, que antes poderiam ser considerados órfãos, pois não tinham praticamente nenhuma garantia após a aquisição de seus bens, que muitas vezes estragavam, e o consumidor não tinha como buscar a reconquista dos seus direitos. Essa fase do Brasil acabou com o Código de Defesa do Consumidor, um baluarte de respeito aos direitos dos consumidores brasileiros. Necessitamos ainda de aperfeiçoamentos, mas o primordial respeito aos direitos já foi concretizado. Parabenizamos a todos que, de uma maneira ou de outra, trabalham na preservação do Código de Defesa do Consumidor e na defesa dos direitos, principalmente, das pessoas mais humildes.

Outro código de extrema importância que gostaria de citar aqui é o Código de Defesa do Contribuinte do Estado de Minas Gerais, promulgado em 7/4/2000, por meio da Lei nº 13.515, que também trouxe avanços aos mineiros, especialmente por ter sido o pioneiro no País, o primeiro a cuidar das relações entre o Estado e o contribuinte, de modo regulador, e não regulamentador. Os laços entre o poder público e o contribuinte ficaram mais estreitos, mais firmes, com a promulgação do referido código, que contém as normas sobre a relação entre o contribuinte e o Fisco Estadual, abordando, entre outros itens, direitos, proteção, informação e orientação do contribuinte, e algumas proibições e práticas consideradas abusivas; prevê também a reparação de danos patrimoniais e morais decorrentes do abuso do poder de fiscalização, no lançamento e na cobrança de tributos estaduais. Isso é importante citar porque, para nossa estranheza, 80% do Código do Contribuinte estão regulamentados, principalmente no que diz respeito aos direitos do Fisco com relação ao seu trabalho de fiscalização. Mas há ainda 20% do Código do Contribuinte que não estão regulamentados e que é preciso regulamentar, pois grande parte está relacionada ao poder de polícia, ainda existindo abuso de autoridade da fiscalização para com o contribuinte. Precisamos regulamentá-lo na sua totalidade, pois o Código de Defesa do Contribuinte deve prevalecer globalmente, uma vez que protegerá um pouco aquele que produz e gera impostos e riquezas para o nosso Estado.

Trazemos esses três assuntos para a reflexão de todos os nossos pares, dada a sua importância.

Aproveito, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, para dizer que hoje é aniversário de um grande companheiro desta Casa. Refiro-me ao Deputado Jayro Lessa. Queremos parabenizá-lo e desejar-lhe cada vez mais sucesso pessoal, familiar, profissional e na missão de Deputado. Parabéns! Que Deus lhe dê muitos anos de vida, e que V. Exa. possa, com seu conhecimento, sua experiência e dedicação, trabalhar muito, em todos os setores, para melhorar a vida dos mineiros. Essas eram as minhas considerações.

O Deputado Ricardo Duarte\* - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, representantes da imprensa e telespectadores da TV Assembleia, inicialmente, quero saudar a todos e, nesse meu pronunciamento, refletir sobre os desafios e possibilidades que se apresentam para esta Casa Legislativa neste quarto ano da 15ª Legislatura.

Quero compartilhar com as Sras. e os Srs. Deputados a oficialização da nossa indicação para a Liderança do Bloco PT-PCdoB, fato que muito me honra, pois se trata de grande responsabilidade representar a maior Bancada do Legislativo mineiro e ocupar o lugar de dois companheiros que me antecederam com muita competência e brilho: os Deputados Rogério Correia e André Quintão, reconhecidos e respeitados por todos pelo espírito público e pela dignidade com que exerceram sua liderança nesta Casa.

Espero estar à altura da tarefa que me foi confiada pelo Bloco PT-PCdoB. Pretendo pautar-me pelo exercício coletivo das minhas tarefas, respeitando todos os partidos e seus representantes, socializando informações e responsabilidades.

Buscando sempre o diálogo e o entendimento com os demais partidos, procurarei conduzir nossa atuação segundo a tradição dos que defendem o Legislativo como o pilar da democracia e, portanto, local privilegiado para a manifestação e a busca de soluções para os inúmeros conflitos pelos quais atravessa nossa sociedade, marcada pela desigualdade e pela existência de um enorme contingente de excluídos da

cidadania.

Falando de outra forma, reafirmo o compromisso do PT e do PCdoB com a luta permanente pela cidadania para todos, o que significa lutar pela ampliação do espaço das lutas dos movimentos sociais, populares, sindicais, das minorias e maiorias que são capazes não apenas de garantir direitos, mas de criar novos direitos e, assim, arejar a vida política, tornando-a dinâmica e capaz de manter sempre atuais os princípios fundadores da liberdade e da igualdade.

Sabemos que grandes passos para diminuir a desigualdade têm sido dados nesses últimos anos no Brasil, governado pelo Presidente Lula. Dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - Pnad -, do IBGE, mostram que a miséria diminuiu 8% entre 2003 e 2004; o número de pessoas vivendo abaixo da linha da pobreza, que em 1992 correspondia a 39% da população, diminuiu para 25%, em 2004. Também houve melhora significativa nos indicadores de renda familiar, educação, crescimento econômico, controle da inflação, aumento real do salário mínimo, geração de postos de trabalho formais, melhoria geral das condições de vida.

Revertendo o afastamento do Estado da economia e das ações sociais preconizadas pelos governos anteriores, Lula conseguiu efetivamente distribuir renda, por meio de ações significativas nas áreas de educação, saúde, microcrédito, habitação, agricultura familiar, garantia de segurança alimentar e nutricional. O programa Bolsa-Família, principal instrumento do Fome Zero, alcança 9 milhões de famílias, aproximadamente, e já é referência internacional de política de transferência de renda bem-sucedida, como reconheceu o Banco Mundial.

Em relação à reforma agrária, podemos considerar um avanço importante o assentamento de mais de 120 mil famílias, em 2005, e a implementação de programas voltados para o acesso e a permanência na terra, o que inclui infra-estrutura social, eletrificação rural, melhoria das estradas e apoio à produção e à comercialização.

Outra reforma merece destaque: a que vem ocorrendo na educação do País, com diretrizes voltadas para a inclusão social e a democratização do acesso à escola. A criação do Fundeb pretende estender o efetivo financiamento para a educação infantil e o ensino médio, além do ensino fundamental, beneficiando 47 milhões de alunos, valorizando os profissionais da educação, garantindo recursos materiais e humanos para a educação de qualidade, necessária ao desenvolvimento. Também impressiona o potente crescimento do ensino superior público no País, com a ampliação de vagas em universidades federais, a partir da expansão das instituições existentes ou da criação de novas universidades.

Gostaria de aproveitar o momento para anunciar aos colegas da Assembléia uma nova expansão da universidade em Minas Gerais, após a criação de três novas universidades, a expansão da Universidade Federal de Uberlândia, com o "campus" Pontal atendendo Ituiutaba e região, o que deve ser anunciado pelo governo nos próximos dias.

Ainda este ano, serão implantados 11 novos cursos na Universidade Federal de Ituiutaba. O antigo sonho de uma universidade pública, gratuita e de qualidade, que tem alimentado as expectativas de gerações de estudantes e da população dos diversos Municípios do Pontal do Triângulo, está se tornando realidade.

A educação superior tem uma importância estratégica para o desenvolvimento de qualquer região, por sua contribuição na formação profissional e nas atividades de pesquisa científica e tecnológica. A qualificação profissional é um fator de desenvolvimento considerável, porque torna a região atraente aos investimentos que buscam esse requisito, na hora de se decidir onde implantar novas empresas e gerar empregos. A presença de uma universidade federal tem sido decisiva para o progresso das regiões onde são implantadas. Por isso, com todos que nos assistem, comemoramos a expansão da UFU para o Pontal do Triângulo.

Outro importante passo no avanço da educação superior foi garantir o acesso à universidade, o que ocorre por meio de programas como o ProUni.

O Programa Universidade para Todos facilita o acesso de estudantes carentes ao ensino superior, com base numa pré-seleção realizada a partir do ensino médio e da concessão de bolsas integrais e parciais, combinando critérios baseados em mérito e renda familiar. Em 2005 foram distribuídas cerca de 100 mil bolsas. Até o final de 2006, esse número deverá chegar a mais de 160 mil bolsas integrais ou parciais.

Podemos afirmar que todas essas realizações significam uma clara inversão de prioridades rumo à quitação da enorme dívida social que o País tem com seu povo, especialmente com os mais pobres. Esse é o resultado de um trabalho do governo para recuperar a capacidade de gerenciamento da economia, criando um ambiente favorável ao investimento e à produção, associados às medidas de inclusão social e distribuição de renda, e democratizando benefícios nesse novo ciclo de crescimento econômico.

A eliminação do risco da inflação, o ajuste nas contas externas, o aumento das exportações e a redução do endividamento público têm contribuído para aumentar a confiança no País e para atrair novos investimentos estrangeiros, que registraram no último ano o aumento de 65% em relação a 2002.

Ao quitar seus débitos com o FMI, o País passa a economizar U\$900.000.000,00 em juros, que serão revertidos para o crescimento da economia. É necessário, portanto, inserir a melhoria do crescimento da economia mineira como parte do processo favorável, no plano nacional e internacional, especialmente o crescimento das exportações, beneficiado com medidas adequadas, tomadas para alavancar o comércio exterior.

Por outro lado, enquanto o governo de Minas deliberadamente evita essa relação, tem omitido a importância das transferências do governo federal para Minas Gerais, numa atitude política questionável, cujas evidências estão em todo o Estado. Talvez nasça daí, da presença inquestionável da União no crescimento e desenvolvimento de Minas, a necessidade dos espantosos gastos para dar publicidade ao atual governo.

Enquanto os programas estruturadores aprovados por esta Casa têm um desempenho medíocre, em termos de execução orçamentária, e aquém da sua importância social, o governo exagera ao apostar no espetáculo da publicidade. Nesse governo do espetáculo e da mídia, o percentual da execução orçamentária no exercício de 2005 para comunicação e propaganda do governo demonstram essa afirmativa, pois foram gastos quase 93% dos recursos, ou cerca de R\$67.000.000,00. Esse alto valor aparece destoando, por exemplo, dos magros R\$32.000.000,00 liquidados para o programa estruturador do ensino médio ou para a Uemg.

Outro problema que apontamos em relação ao desempenho da economia mineira refere-se à promoção de um ajuste fiscal que tem resultado principalmente na penalização dos servidores públicos, verdadeiros alvos de um política restritiva de direitos e de baixos salários, como tivemos oportunidade de debater exaustivamente nas discussões das tabelas salariais que tramitaram nesta Casa.

Entretanto, nenhuma operação fiscal ou de mídia garantiu, na vida real, ao professor da educação básica, especialmente os das quatro primeiras séries, um salário-base superior ao mínimo. Isso sem falar dos problemas que começam a aparecer agora, na hora de enquadrar os servidores nos novos planos de cargos.

Os trabalhadores da educação e da saúde, bem como os demais servidores, estão em luta para regulamentar muitos pontos em aberto das tabelas, visando à melhoria dos pisos salariais e ao imediato reposicionamento, que deve levar em conta o tempo de serviço e a escolaridade. A valorização e a recomposição do salário dos servidores são condições essenciais para a qualidade do serviço público necessário ao povo mineiro.

Também não poderia deixar de mencionar o não-cumprimento da Emenda Constitucional nº 29 e a garantia de um mínimo de 12% estabelecidos na lei para o orçamento da saúde. O Governador incluiu no cômputo das despesas com saúde uma série de gastos que não figuram entre os parâmetros definidos pelo Conselho Nacional de Saúde como ações e serviços de saúde. Entre essas despesas, estão os gastos com pessoal inativo, ações de saneamento básico e tratamento de água realizados por companhias, autarquias e empresas de saneamento. Também foram incluídas ações de limpeza urbana e remoção de lixo, além dos serviços de saúde oriundos de institutos de previdência dos servidores civis e militares, entre outros.

Essa operação tem servido para criar um artifício contábil e forjar um aparente cumprimento dos gastos previstos para a saúde enquanto se multiplicam os problemas de atendimento à população, como foi discutida na Casa hoje a grave epidemia de dengue no Triângulo Mineiro.

Queremos que Minas entre nos trilhos do verdadeiro desenvolvimento, com justiça social e dignidade para todos. Esse é o compromisso dos Deputados do Bloco PT-PCdoB para Minas, pois muito ainda é preciso ser feito em nosso Estado para garantir uma verdadeira inclusão social.

Acreditamos que o Brasil está vivendo uma oportunidade histórica com o governo do Presidente Lula. Por isso, precisamos avançar ainda mais nas conquistas sociais e políticas direcionadas para a maioria do povo.

Precisamos ampliar as conquistas da reforma agrária, da melhoria das condições de vida da população urbana e rural, do crescimento econômico com sustentabilidade ambiental, da melhoria de qualidade da educação, da saúde e demais serviços prestados à população. Por isso, defendo a candidatura à reeleição do Presidente Lula.

Também defendo a elaboração de um programa de governo para Minas com a presença de todas as forças políticas que querem o lançamento de uma candidatura ao governo do Estado.

Essa candidatura deve ser capaz de representar os interesses dos que têm compromisso com as prioridades sociais, os movimentos populares do campo e da cidade, a desprivatização do Estado, com a ética na política para o governo de Minas. Muito obrigado.

\* - Sem revisão do orador.

O Deputado Rogério Correia\* - Sr. Presidente, Deputado Rêmoló Aloise, colegas Deputados e Deputadas, em primeiro lugar, quero parabenizar o Deputado Ricardo Duarte, que, neste ano, passa a assumir a Liderança do PT na Casa. Desejamos ao Deputado que possa ter, como Líder do nosso Bloco PT-PCdoB, uma liderança profícua e que possamos, unidos, como sempre foi a nossa Bancada, permanecer na luta pela melhoria das condições de vida do povo mineiro, dos nossos trabalhadores e da sociedade de maneira geral.

O Deputado Ricardo Duarte foi também nosso Presidente na Comissão de Saúde da Assembléia Legislativa, nos dois primeiros anos, desponsando-se, já no seu primeiro mandato, como uma liderança importante do Triângulo Mineiro e, depois, também do conjunto de Minas Gerais.

Agora, após a Liderança do nosso Bloco PT-PCdoB, que tive a honra de ocupar nos dois primeiros anos desta legislatura, seguido depois também pela grande liderança do Deputado André Quintão, temos a honra de ter como Líder o Deputado Ricardo Duarte, o qual parabenizo pela sua liderança e pelo pronunciamento no dia de hoje.

Temos muito orgulho de tê-lo como um Líder que ajudará a Bancada, o Bloco e o conjunto da Assembléia Legislativa. Meus parabéns.

A Deputada Maria Tereza Lara (em aparte)\* - Nobre Deputado Rogério Correia, quero unir-me à fala de V. Exa. para cumprimentar o Deputado Ricardo Duarte, nosso amigo e companheiro, que, neste momento, assume a Liderança do nosso Bloco. Desejamos ao Deputado todo o sucesso por sua dedicação, competência e compromisso com os princípios do projeto democrático e popular.

Cumprimento também o Deputado Jésus Lima, que assume a Liderança da Minoria, a Deputada Elisa Costa e o Deputado Edson Rezende, Vice-Líderes. Não poderia deixar de haver a presença feminina, representada pela Deputada Elisa Costa, que assumiu recentemente, ao lado dos grandes companheiros, mostrando a que veio.

Um abraço ao Deputado Ricardo Duarte e a toda a equipe de Lideranças. Mais uma vez, cumprimentamos o Deputado Rogério Correia, que também foi Líder; o Deputado André Quintão; e os Vice-Líderes desses dois períodos. Desejamos-lhes sucesso e registramos nosso apoio e solidariedade.

O Deputado Rogério Correia\* - Agradeço à Deputada Maria Tereza Lara e saúdo as lideranças sindicais que nos visitam hoje.

A Escola do Legislativo está proporcionando um curso de formação e interação entre os sindicalistas e a Assembléia Legislativa, visando a uma melhor compreensão do sindicato e a uma melhor relação com o Parlamento mineiro e brasileiro de maneira geral. Saúdo os sindicalistas, que ajudam na construção de um País mais justo e mais igualitário e que lutam não apenas pela melhoria das condições salariais de trabalho de sua categoria, como também por um País melhor.

Agradeço a presença dos sindicalistas e espero que a Escola do Legislativo continue contribuindo com a formação de lideranças no Estado de Minas Gerais. Parabéns a vocês.

O Deputado Fahim Sawan (em aparte)\* - Não poderia deixar de exaltar o Deputado Ricardo Duarte, Líder da Bancada PT-PCdoB, que tem se destacado nesta Casa. Como Vice-Presidente da Comissão de Saúde, tive a oportunidade de conviver com ele, como Presidente dessa Comissão. Dentro de todas as regras democráticas, tivemos o melhor convívio possível. Deputado Ricardo Duarte, apesar de sermos adversários e de militarmos em partidos diferentes, tenho profundo respeito por seu trabalho, por sua postura e desejo-lhe sucesso e sorte à frente da nova missão.

Tenho certeza de que o Bloco estará muito bem representado. O Triângulo Mineiro, Ituiutaba e todos nós estamos muito orgulhosos. Parabéns, sucesso e que Deus o proteja.

O Deputado Gustavo Valadares (em aparte)\* - Como Líder do PFL, dou boas-vindas ao Deputado Ricardo Duarte, novo Líder do PT, pessoa querida por todos. Assim como eu, ele está em seu primeiro mandato, mas o vem exercendo e representando o povo do Triângulo Mineiro de forma brilhante.

Em nome dos pares do PFL, parabeno o PT por ter escolhido o Deputado Ricardo Duarte como o novo Líder. O PFL sempre tratou essa relação de forma muito responsável. Essa relação com o PT, que faz oposição ao governo estadual nesta Casa, sempre foi transparente. Tenho certeza de que com o novo Líder, Deputado Ricardo Duarte, manteremos a mesma cordialidade, o mesmo respeito e a mesma transparência no discurso que foram utilizados nas últimas negociações.

Foram brilhantes os Líderes Rogério Correia e André Quintão. Deixo o meu abraço e as minhas homenagens ao PT pela escolha do novo Líder.

O Deputado Marlos Fernandes (em aparte) - Cumprimento o Deputado Ricardo Duarte, que também representa a Liderança do PT e do PCdoB. Por ser filho da cidade de Araguari, tenho convívio com o Deputado Ricardo Duarte, com seus irmãos e com seus pais. Portanto, conhecemos bastante o Deputado Ricardo Duarte, que pode representar bem a Liderança nesta Casa, defendendo o PT e o PCdoB.

Desejamos a V. Exa. muito sucesso. Neste curto espaço de tempo na Assembléia, tenho convivido e aprendido com V. Exa., que também teve presença marcante na Comissão de Saúde, quando aqui cheguei. Portanto parabeno-o neste momento. Com certeza, Araguari fica também reconhecida por sua presença na Liderança do PT. Muito obrigado.

O Deputado Weliton Prado (em aparte) - Gostaria de desejar sucesso ao nosso Líder, Deputado Ricardo Duarte, que fez um trabalho belíssimo na Comissão de Saúde, denunciando permanentemente os desmandos do governo em relação ao setor. O Governador Aécio Neves não cumpre a Emenda nº 29, não aplica o que manda a Constituição, não destina os 12% para a saúde, onde o déficit anual é de quase R\$1.000.000.000,00, sendo que, nos quatro anos, totalizarão R\$4.000.000.000,00. O Deputado Ricardo Duarte atuou muito bem, sempre presente nas reuniões com o Ministério Público e com entidades e associações organizadas. Isso é fundamental. Tenho a certeza de que, como Líder capacitado e articulado, V. Exa. contribuirá muito para as mudanças de que o nosso Estado tanto precisa.

Gostaria também de cumprimentar e desejar sucesso ao Líder da Minoria, Deputado Jésus Lima, ex-Prefeito de Betim. A sua presença também será fundamental, assim como serão importantes as presenças do Deputado Edson Rezende e da Deputada Elisa Costa, nossos dois novos Vice-Líderes. Aproveito o momento para parabenizar a Escola do Legislativo e todos os companheiros presentes. Como o Deputado Rogério Correia muito bem disse, a formação e a organização são muito importantes. Apesar de ser jovem, consegui êxito em todas as experiências que envolveram mobilização e união na minha vida. Por isso, esse processo de formação é muito importante. Parabéns a todos vocês.

O Deputado Luiz Humberto Carneiro (em aparte)\* - Nesta oportunidade, gostaria de parabenizar esse grande companheiro que é o Deputado Ricardo Duarte e cumprimentar o PT por essa escolha. O Ricardo é uma liderança nossa no Triângulo Mineiro. Mais que isso, é um Deputado que, nesta Casa, durante esses três anos, soube conduzir as questões mais importantes, principalmente as das áreas da saúde e da educação que tanto lhe interessam. Ricardo, cumprimento-o por seu equilíbrio e por sua postura. V. Exa. substituirá o grande Líder que foi o Deputado André Quintão, que, com muita tranquilidade e respeito, soube conduzir os trabalhos. É essa a postura que os Líderes têm tido aqui. Desejo-lhe não apenas sucesso nessa nova empreitada, mas também novamente parabeno o PT pela escolha.

O Deputado Rogério Correia\* - Obrigado, Deputado Luiz Humberto. Faço coro com V. Exa. e parabeno o Deputado Jésus Lima, que assume hoje a Liderança da Minoria. Tenho a certeza de que o Ricardo e o Jésus desenvolverão um trabalho de unidade na nossa Bancada e no nosso Bloco, assim como fizeram os Deputados André Quintão, Weliton Prado, Chico Simões e eu. Sempre respeitamos a tese do PT de fazer rodízio na Liderança, o que é salutar para a bancada e para a própria Assembléia Legislativa.

Antes de passar a palavra ao Deputado André Quintão, não poderia deixar de aproveitar a presença de sindicalistas para pedir-lhes que reflitam e tenham idéia do que acontecerá no mês que vem no Estado de Minas Gerais, que nos deixa muito tristes. Tenho certeza de que vocês podem ajudar-nos. Durante quase todo o período do governo Aécio Neves, uma professora de 1ª à 4ª séries ganhou R\$212,00, ou seja, menos que o salário mínimo. Com muito custo, há três meses, esse salário foi elevado a R\$326,00, que é o piso da categoria. No próximo mês, o salário mínimo passará para R\$350,00, e uma professora mineira receberá menos que um salário de piso salarial. É realmente muito vexatório para o Estado saber que uma professora ganha menos que um salário mínimo. Portanto contamos com a solidariedade dos sindicalistas para pressionarmos o governo Aécio Neves a colocar a mão na consciência e tratar melhor as professoras e a educação no Estado de Minas Gerais.

O Deputado André Quintão (em aparte) - Companheiras e companheiros sindicalistas e Deputado Rogério Correia, serei breve para que V. Exa. conclua o seu pronunciamento. Evidentemente, tratando-se dessa oficialização e do nosso rodízio de Lideranças, agradeço, mais uma vez, a todos os companheiros e a todas as companheiras do Bloco do PT-PCdoB, que nos ajudaram muito nesses 14 meses de Liderança; esse processo democrático de rodízio adotado pelo PT; e essa escolha, por unanimidade, muito acertada de todos nós como foi não somente a de V. Exa., a minha e a dos Deputados Ricardo Duarte e Jésus Lima, como também a dos Vice-Líderes Edson Rezende e Elisa Costa. Isso demonstra que atuamos de maneira unida nesta Casa, com uma Oposição responsável, diferente do que ocorre no Congresso Nacional. Aqui aperfeiçoamos projetos que podem e merecem ser aprimorados, buscando derrotar os que não condizem com o interesse público.

Agradeço a V. Exa. o apoio nesse exercício da Liderança. Deputados Ricardo Duarte, Jésus Lima e Edson Rezende e Deputada Elisa Costa, desejo que Deus ilumine a caminhada de V. Exas. Continuem contando conosco nessa árdua tarefa de promover, agora e sempre, um choque social em Minas Gerais, que precisa muito de investimento estadual na área social, como o governo federal vem fazendo em nosso Estado. Muito obrigado.

O Deputado Rogério Correia\* - Deputado André Quintão, obrigado. Deputados Ricardo Duarte e Jésus Lima, mais uma vez desejo que, no último ano desta legislatura, mantenhamos a nossa coesão política e trabalhemos para que Minas Gerais seja um Estado cada vez mais justo, onde os trabalhadores vivam com mais dignidade, e que a Assembléia Legislativa aperfeiçoe projetos e leis e a sua atuação como um todo nesse sentido.

Agradeço aos membros da Comissão de Meio Ambiente, Deputados Laudelino Augusto e João Leite, aqui presentes, a aprovação de uma área de proteção ambiental nos Municípios de Betim e Contagem, em Vargem das Flores. Como o tempo é curto, fica aqui apenas o meu agradecimento. Certamente terei oportunidade de explicar a importância da preservação dessa lagoa de Vargem das Flores, nesses dois Municípios e na RMBH, por ser um manancial de água que abastece milhares de famílias e de lares por meio da Copasa. Podemos ter a aprovação, por unanimidade, na Comissão de Meio Ambiente. Espero que, nesta Casa, tenhamos a aprovação, também por unanimidade, desse projeto. Já solicito o apoio do conjunto dos Deputados. Muito obrigado.

\* - Sem revisão do orador.

O Deputado Weliton Prado - Boa-tarde a todos e a todas. Hoje tive a oportunidade de participar de uma audiência pública na Comissão de Saúde com a finalidade de tratar a epidemia de dengue no Estado, com ênfase no Triângulo Mineiro. O requerimento foi do Deputado Fahim Sawan, de Uberaba. Gostaria de parabenizá-lo pela iniciativa.

Realmente há um grave problema de dengue em Uberlândia e um sério problema de epidemia em todo o Triângulo Mineiro, como Uberaba, Uberlândia, Ituiutaba e Frutal. Há reportagens de alguns jornais da região que mostram claramente a falta de preparo das autoridades no combate ao mosquito da dengue. Sabemos que as questões da saúde precisam ficar bem acima das questões partidárias e das divergências políticas e pessoais. Sentimos que há vários equívocos por parte das administrações. Um desses erros é a contratação indevida dos agentes de saúde.

Às vezes o agente de saúde ou o agente de zoonoses ou de vigilância sanitária é o cabo eleitoral do Vereador. Então, se o Vereador faz parte da base de apoio ao Prefeito, é ele quem indica o agente de saúde, sem nenhuma preparação, sem habilitação para fazer esse trabalho muito importante. Quando esse agente está preparado, muda-se a administração, e às vezes entra um grupo de oposição, que indicará os agentes. Esse é um grave problema que tem de ser resolvido. É necessário haver concurso público.

Uma outra questão diz respeito às atividades dos agentes. Muitos Prefeitos pegam esses agentes de saúde, que deveriam estar visitando as casas para combater os mosquitos, para desenvolver atividades das Prefeituras. Darei um exemplo ocorrido na cidade de Uberlândia. Tenho, inclusive, fotografias, que mostrarei para provar o descaso nessa questão.

No dia 4/9/2005, o Governador Aécio Neves visitou a cidade de Uberlândia e a Prefeitura, num evento partidário do PSDB. Vários agentes nos procuraram para denunciar que foram obrigados a participar do evento. Não se tratava de uma atividade pertinente a sua atividade-fim. Isso não pode ocorrer. Daí a necessidade de se fazer concurso público para essa área. Essa é uma denúncia dos próprios agentes, e esperamos que irregularidades como essas sejam sanadas.

Um outro problema sério refere-se à presença do trabalho de campo desses agentes tanto em Uberaba como em Ituiutaba, assim como nas demais cidades. Esses agentes de saúde têm de visitar residências e fazer um trabalho de campo. Na audiência pública, foi comprovado que a epidemia no Triângulo Mineiro é justamente em função desses problemas. Há várias outras causas para a epidemia. O Deputado Fahim Sawan, médico, que conhece muito essa área, pode falar-nos com mais propriedade. Uma dessas causas pode ser o saneamento, mas não é o caso de Uberlândia nem de Uberaba nem de Ituiutaba nem tampouco de outras cidades da região.

A dengue é uma doença muito séria, e pode até matar. Estou aqui com uma reportagem do jornal "O Correio", de Uberlândia, em que se relatam esses fatos. Farei a leitura: "Dengue pode ter causado três mortes. Pelo menos três pessoas morreram nas últimas semanas com suspeita de dengue, sendo dois casos indicando dengue hemorrágica, porém nenhum laudo ainda confirmou a causa. Nos dois primeiros meses do ano, índices de dengue clássica - que não causa morte - apontam para aproximadamente 500 casos confirmados. No final do mês de fevereiro, dia 27, o detento Orlandino José Máximo Neto, 22 anos, que cumpria pena no Presídio Jacy de Assis, morreu depois de ser atendido no Hospital das Clínicas da Universidade Federal de Uberlândia. A mãe do detento, a diarista Helenice Maria Máximo, 43 anos, disse que o filho teve febre durante toda a semana e suspeitava que o filho tenha morrido de dengue. No mesmo período, Cristina Aparecida dos Santos Pereira, 35 anos, morreu depois de dar entrada na UAI do Bairro Tibery, também com suspeita de dengue. Ela havia comparecido na unidade no dia anterior, mas, quando retornou no dia seguinte em estado grave, não resistiu e morreu. No último dia 4, Heloísa Fernanda Silva Oliveira, de 24 anos, morreu depois de ser atendida na UAI do Bairro Roosevelt. A mãe de Heloísa, Vera Lúcia, disse, em entrevista à Rede Integração, que a filha pode ter morrido de dengue. Em nenhum dos casos foi confirmado se a morte foi por dengue hemorrágica, de acordo com Marcos Túlio, coordenador das UAIs".

Conversei hoje com o Coordenador Nacional do Programa de Dengue do Ministério da Saúde, Sr. Giovani Evelin Coelho, que reafirmou ser o problema em Uberlândia, Uberaba e nas demais cidades muito sério. O trabalho de campo tem que ser melhorado.

Conversei também com o Dr. Francisco Leopoldo Lemes, Coordenador da Coordenadoria de Controle de Zoonoses do Estado de Minas Gerais, representante do Secretário Estadual. Perguntei a ele sobre o fumacê, se há diferença entre o veneno diluído em água e o diluído em óleo, se quando é diluído em óleo fixa mais nas plantas. Ele me respondeu que, se o remédio for à base de água, tem que ser diluído em água; mas se for à base de óleo, tem que ser diluído em óleo. O veneno não precisa fixar-se nas plantas ou nas paredes, mas ficar no ar para matar o mosquito. Com isso, tiramos qualquer dúvida da fala do Prefeito de Uberlândia, que disse que o grande problema da dengue naquela cidade é o remédio, o fumacê. Esse caso ficou bem esclarecido.

Concedo aparte ao Deputado Fahim Sawan, de Uberaba, parabenizando-o, mais uma vez, pela iniciativa de ter apresentado um requerimento na Comissão de Saúde, para discutirmos a epidemia de dengue no Triângulo Mineiro.

O Deputado Fahim Sawan (em aparte)\* - Gostaria de agradecer-lhe, Deputado Weliton Prado, pela referência ao requerimento e pelo aparte concedido. Realmente hoje tivemos uma reunião bastante proveitosa, em que ouvimos diferentes experiências. Acredito que todos nós aprendemos um pouco. Conhecemos a experiência da Cidade de Belo Horizonte no combate à dengue, conhecemos a experiência de Congonhas, onde existe um método alternativo, ouvimos as denúncias sobre o que acontece em Uberaba, em Uberlândia e em outras cidades do Triângulo e vimos que o Triângulo Mineiro, neste momento, diferencia-se do restante do Estado, apresentando várias cidades onde realmente existe epidemia.

Deputado Weliton Prado, V. Exa. começou seu discurso dizendo que, neste momento, temos que ser suprapartidários. Eu, V. Exa. e outros Deputados que compareceram à Comissão estamos preocupados com o que está acontecendo em nossa comunidade. Pessoas ficam doentes, sentem muita dor no corpo, muita febre, perdem serviço, perdem capacidade de trabalho; crianças deixam de ir à escola; mães ficam preocupadas; enfim há um grande terror na cabeça das pessoas, que têm medo de se reinfectarem por causa das mortes ocorridas. Várias pessoas pensam que, devido ao alto número de pessoas infectadas, estamos travando uma guerra contra o mosquito da dengue e, infelizmente, estamos perdendo, por causa do número de óbitos.

Essa é a nossa preocupação. Tenho certeza de que também é a de V. Exa. Por isso, V. Exa., como representante legítimo do povo de Uberlândia, assim como tantos outros Deputados desta Casa, está preocupado com o contingenciamento imediato. Essa situação não pode continuar. Suprapartidariamente, o que todos queremos, neste momento, é conter esse problema. Não é mais possível que tantas pessoas continuem sofrendo com a dengue em nossos Municípios, principalmente sabendo que a situação é diferente do restante do Estado, porque, devido a experiências bem-sucedidas, algumas cidades têm a dengue completamente controlada. Nesse momento, a nossa grande preocupação é que haja um contingenciamento imediato, para que consigamos métodos efetivos que estanquem essa epidemia. Devem acontecer ações continuadas para que isso nunca mais se repita. Essa é uma responsabilidade de todas as autoridades, em todos os níveis, independentemente de partido.

Parabenizo a V. Exa. e agradeço o aparte. Precisamos fazer algo, como V. Exa. propôs, em prol do Triângulo, e esquecer o passado. Vamos pensar daqui para frente e trabalhar juntos, pois existem pessoas sofrendo com essa epidemia em nossas cidades.

O Deputado Weliton Prado - Parabenizo o Deputado Fahim Sawan. O que ele disse é verdade: precisamos fazer um trabalho acima das diferenças políticas e partidárias. Não citarei aqui a Prefeitura da cidade A nem da cidade B. Já aprendemos muito. Procuraremos todos os Prefeitos da região. Poderemos até enviar-lhes uma cópia da fita da audiência pública, que foi muito esclarecedora.

Muitos Prefeitos não agem com maldade. Como exemplo, citarei o programa de uma Prefeitura, o qual admiro: Cidade Limpa. Os agentes e

voluntários vão para um determinado bairro, limpam as casas e retiram latas, garrafas, etc. É um programa bonito.

Hoje ficou claro que um dos grandes problemas da proliferação do mosquito da dengue é o fato de, ao se fazer mutirão em determinada região, descobrirem-se outras regiões com maior foco. Assim a epidemia cresce ainda mais.

Esse trabalho é muito bom para prevenir outras doenças, como a hantavirose, transmitida por ratos, e combater escorpiões. Mas os agentes têm de ficar por conta do trabalho de campo e das visitas às residências. Além disso, deve haver um trabalho educativo nas escolas, conscientizando os estudantes de que a dengue é uma doença séria, que pode matar.

Existem três tipos: V1, V2 e V3. A incidência de dengue na região do Triângulo começou em 1986, com o vírus tipo 1. De lá para cá, surgiram outros vírus. Hoje, a epidemia em Uberlândia é justamente com o vírus tipo 3. E as crianças que nasceram depois 1986 não são imunes ao V1, podendo contrair, além desse vírus, o tipo mais sério, a dengue hemorrágica, e falecer. Já há um grande número de óbitos no Triângulo, o que é assustador.

A audiência pública foi providencial. Já apresentamos requerimento para realizarmos outras: em Uberlândia, em Ituiutaba e em Uberaba. Queremos envolver todos os Prefeitos, Vereadores e autoridades ligadas à área social, da saúde e da educação na região.

Mudando de assunto, gostaria, aproveitando a presença de alguns membros da Comissão de Educação, de cobrar a aprovação do nosso projeto. Este tramita há quase três anos e garante aos estudantes o direito de pagar metade do valor do ingresso em teatros, eventos culturais, "shows", estádios, etc.

A Lei nº 11.052 concede esse direito aos estudantes, mas infelizmente é descumprida por promotores de "shows", que utilizam mil e um artifícios para burlá-la; por isso, apresentamos um substitutivo a essa lei, estabelecendo uma punição pesada para as empresas que desrespeitarem os direitos do estudante.

Se o estudante chegar a um evento e apresentar sua carteira, ele terá direito a pagar a metade do preço do ingresso pretendido, com desconto ou em promoção. Muitas empresas, para burlar a lei, colocam um preço para o ingresso e vendem-no pela metade para todo o mundo, como se fosse uma promoção. Essa é uma conversa para boi dormir, é preço único para todo o mundo.

Portanto é muito importante a aprovação da lei, pois, na primeira vez que a empresa desrespeitar o direito do estudante, receberá uma multa; na segunda vez, receberá uma multa mais pesada; e, na terceira vez, será suspenso o seu alvará de funcionamento.

É fundamental que o projeto seja apreciado pela Comissão de Educação e venha para o Plenário, a fim de o votarmos e o aprovarmos, para que o Governador sancione a lei, e o direito do estudante seja garantido, uma vez que a lei de meia-entrada é mais que um incentivo à cultura e ao lazer, é uma complementação da educação. Muito obrigado.

\* - Sem revisão do orador.

O Deputado João Leite - Sr. Presidente, Deputados, público presente, sindicalistas que honram as galerias do Plenário, telespectador da TV Assembléia; o Sr. José tem medo. O Sr. José tem medo da Prefeitura de Belo Horizonte. Sr. José, muitos cidadãos de Belo Horizonte também têm medo da Prefeitura. Sr. José, entendo seu medo e acho, sinceramente, que o senhor deve tê-lo. O Sr. José tem medo de ser perseguido, e ele está certo.

Os servidores municipais que representam os trabalhadores da Prefeitura de Belo Horizonte não foram colocados à disposição do sindicato. Eles foram colocados no ostracismo, que é uma forma de punição política criada pelos atenienses 500 a.C. Significava a expulsão política e o exílio por um período de 10 anos. Seus bens ficavam à disposição do Estado e se tornava um estrangeiro.

Isso tem ocorrido com os sindicalistas que representam os servidores públicos municipais de Belo Horizonte. Eles podem perder os anos que trabalharam. Foram colocados no ostracismo. Seus bens estão confiscados. O Sr. José tem medo. A Prefeitura tenta amordaçar os sindicalistas; tenta retirar os líderes dos servidores; desarticular os sindicalistas que representam os servidores para a luta cotidiana e o legítimo exercício da representatividade do funcionalismo municipal, que todos nós pensávamos ser uma instituição respeitada e incentivada pelo PT.

O Sr. José tem medo. Ele quer protestar. Ele quer protestar contra a quantidade de placas em Belo Horizonte referindo-se ao recapeamento da Av. Amazonas para a reunião do BID que acontecerá na Gameleira. O Sr. José contou. Do início da Amazonas, na Praça da Estação, até a Praça Raul Soares, aproximadamente 1km, há 12 placas. O Sr. José não aceita que o dinheiro suado com que paga o IPTU de Belo Horizonte seja usado dessa maneira; 12 placas em 1km. Gastar o dinheiro de Belo Horizonte dessa maneira. Está sendo recapeada, vamos mudar a Amazonas.

Queriam mudar toda a Amazonas para a reunião do BID: a fachada dos prédios, que está totalmente degradada - a Av. Amazonas que conheci perdeu seu vigor -, e o recapeamento; porém parece que a opção será a de deslocar as pessoas pelo metrô, escondendo a avenida. O trajeto é pensado para que os visitantes não conheçam nossa cidade.

Lembro-me de um relato de minha esposa, capitã da Seleção Brasileira de Vôlei, nas Olimpíadas de Moscou em 1980. Ela viajou na expectativa de conhecer Moscou, os russos, de ter contato com os soviéticos. Isso não ocorreu. Passavam por lugares que impediam o contato com as pessoas. Eles só podiam passar por determinada via. Ela ficou muito tempo em Moscou e foi impedida de conversar com as pessoas.

O Sr. José tem medo. Sr. José, entendo o seu medo. Dois assessores meus, servidores municipais, até hoje não foram colocados à disposição da Assembléia Legislativa e deverão perder os anos que trabalharam na Prefeitura de Belo Horizonte. É dessa maneira, com perseguição. Após anos na escola trabalhando, perderão esse tempo e ficarão no ostracismo, serão exilados, perderão seus direitos, assim como os sindicalistas representantes dos servidores públicos da Prefeitura de Belo Horizonte.

O Sr. José tem medo. Tem que ter medo. Outro dia a Prefeitura de Belo Horizonte disse que, a despeito de autorização dos órgãos ambientais, o aterro sanitário da BR-040 será ampliado. Não interessa parecer nem determinação da Feam nem a dos órgãos ambientais, eles farão de qualquer maneira. O Sr. José tem medo. Se não atendem às determinações dos marcos legais, dos órgãos ambientais, o Sr. José deve ter medo mesmo. O Sr. José tem muitos medos, mas teve coragem de se indignar e vir ao meu gabinete para reclamar das placas excessivas de propaganda e protestar contra essa campanha publicitária de cunho pessoal, paga com dinheiro público, que tem como tema "O Melhor Prefeito do Brasil". Esse título não foi concedido por meio de uma análise técnica e científica, ou baseada em indicadores formais e oficiais, com a devida comparação entre as ações políticas e administrativas de todos os Prefeitos brasileiros. Trata-se de uma iniciativa de autopromoção engendrada nos bastidores da Prodabel e que teve, como pré-requisito, o mesmo das eleições do "Big Brother Brasil" - votar pela internet -, mas em um "site" destituído de qualquer credibilidade.

O Sr. José tem medo. Correndo pela Avenida Otacílio Negrão de Lima, na Pampulha, vi os entroncamentos e as rotatórias, e lá está desenhado o símbolo de um partido, de uma administração. O Sr. José tem medo, tem muitos medos.

Sr. José, eu não tenho medo, por isso estamos encaminhando ao Ministério Público. Queremos saber qual o gasto com as placas de propaganda de recapeamento da Av. Amazonas; que o Ministério Público informe sobre a utilização de símbolos partidários na Av. Otacílio Negrão de Lima, na Pampulha; e que apure o uso da Prodabel para promoção pessoal.

O Sr. José tem medo da perseguição. Quando Jesus Cristo caminhava rumo ao Calvário, virou-se para as mulheres que o seguiam chorando e afirmou: "Dias virão em que se dirá: bem-aventuradas as estéreis que não geraram nem amamentaram. Nesses dias, dirão aos montes: cai sobre nós! E aos outeiros: cobri-nos! Porque, se no lenho verde fazem isto, que será no lenho seco?".

Essa passagem bíblica está descrita no Capítulo 23 do livro de Lucas. Se os órgãos ambientais não podem determinar o que a Prefeitura deve fazer; se os sindicalistas que representam os servidores não são colocados à disposição, pois não reconhecem o tempo de serviço deles; se assessores de parlamentares perdem o seu tempo e não são colocados à disposição; o que dirá o Sr. José, se se levantar contra essa máquina!

O Sr. José tem medo do que foi montado em Belo Horizonte. Sr. José, lutamos para que um dia a justiça vença. Creio que as armas são essas. Elas não podem ser as ameaças, tem de ser o Parlamento mostrando às pessoas tantas propagandas. Sr. José, quantas propagandas de parlamentares de um único partido estão nos "outdoors" espalhados pela cidade. O Sr. José tem medo. Eu não tenho medo. Estamos com o senhor. Obrigado.

O Deputado Domingos Sávio\* - Sr. Presidente, inicialmente agradeço a generosidade de V. Exa., Deputados e Deputadas, cidadãos e cidadãs que nos acompanham das galerias e por meio da TV Assembléia, quero falar ao povo mineiro e, em particular, aos nossos pares desta Casa, na condição de Deputado e de Secretário-Geral do PSDB, sobre o momento em que vivemos no Brasil, especialmente, o momento de absoluta responsabilidade que cerca todos nós, do PSDB, diante do quadro nacional.

Não é novidade a nossa condição de oposição responsável ao atual governo. É bom que se frise a condição de oposição responsável, e relembremos rapidamente que, talvez, na história deste País, em especial na contemporaneidade em que vivemos, nunca se tenha visto uma transição de governo feita com tanta transparência, boa-vontade e desejo de que desse certo. Na época, o Presidente Fernando Henrique criou todas as condições adequadas, facilitou em tudo que pôde as condições para o governo que chegava e que trazia consigo o voto do povo brasileiro. É fundamental que sempre se diga isso: chegou democraticamente ao poder. Mas chegou trazendo uma esperança que foi decantada como aquela que venceu o medo, aquele medo de que o Deputado João Leite lembrava que ainda ronda milhões de brasileiros. A esperança que dizia vencer todos os obstáculos tomou conta do País, de todos nós, inclusive do PSDB, que se curvou ao resultado das urnas e disse: "Ora, queremos um País melhor para todos".

Se tudo o que se está prometendo é possível, que o façam. Podemos ajudar. Mais do que a transição, observamos que se tratam de fatos consumados, documentados não só pela imprensa, mas também nos anais do Congresso Nacional e na própria legislação deste país.

No início do governo, o PSDB votou favoravelmente, encaminhou e apoiou uma série de medidas. Fez isso no primeiro momento, quando o governo contava com o apoio do País e tinha condições para cumprir o que havia prometido. Portanto, questionando, divergindo, porém de maneira responsável, o PSDB apoiou o que se propunha de bom ao País.

Todavia, as coisas não saíram do terreno das intenções. Sr. Presidente, não vou estender minha fala para discorrer sobre os rumos que o País tomou. O Brasil inteiro, e não só o PSDB e outros partidos de Oposição, e o próprio Presidente da República reconhecem isso. No início, ele já dizia: "Bravata, só no palanque". Quer dizer, nos primeiros momentos, ele já admitia que havia feito bravata. No entanto, o povo acreditou tratar-se de um compromisso sério. Estas não são palavras deste Deputado, mas do Presidente: "Depois que assumimos, não há mais lugar para bravatas". Ou seja, antes, existia esse lugar, talvez para enganar o povo.

O tempo passou, e veio o pior. Trata-se, Deputado João Leite, do medo do Sr. José, que andava pela Avenida Amazonas, a que V. Exa. fazia referência. Esse medo está estampado na cara dos brasileiros, que percebem o aumento da criminalidade, o desespero de ver seus filhos sem empregos, embora tenha-se decantado que os jovens teriam a oportunidade do primeiro emprego. Anunciava-se isso de maneira mirabolante, já que não se dizia como fazê-lo. Esse brasileiro vê, estupefato, alguém se vangloriar, dizer que oferecerá um salário mínimo de R\$350,00, como se fosse um valor digno, que garantirá uma vida digna ao ser humano. Esse mesmo brasileiro já não consegue suportar tantas denúncias de corrupção, que surgem todos os dias. Trata-se de uma corrupção escandalosa, pois o dinheiro do povo está indo pelo ralo.

Essa situação requer uma atitude responsável. Dentro do processo democrático, isso se responde com organização e proposta clara para o País. Sr. Presidente, Srs. Deputados, houve um momento em que o PSDB entendeu a necessidade de se analisar mais os fatos, até porque temos clareza de uma situação pluripartidária. O partidarismo ainda carece de reforma político-eleitoral. Aliás, essa reforma também foi prometida, mas não foi realizada.

Precisaríamos conversar com outros partidos, pois a Oposição não é só o PSDB. Entretanto, o Presidente da República começou a fazer campanha todos os dias. Sempre tenho - e mantereirei - o respeito pela figura, pelo cargo de Presidente da República, pois isso é fundamental em uma democracia.

No entanto, chegamos a uma situação ridícula. Em 2004, às vésperas das eleições, o Presidente foi a determinado aeroporto internacional e disse: "Com essa visita, está inaugurado o aeroporto. Não precisarei voltar aqui para inaugurá-lo". O Brasil inteiro filmou esse fato. Há poucos dias, o Presidente voltou ao aeroporto, em clima de campanha, e reiniciou-o. Fatos desse tipo banalizam algo tão sério: a instituição da Presidência da República. Ou seja, isso compromete a seriedade da Nação, o respeito ao povo brasileiro e ao processo democrático, em que se dá a eleição livre.

Essa situação chamou a atenção de todos nós, que temos compromisso com o País. Concluímos: "Temos de nos organizar, pois temos responsabilidades perante o País. Temos de definir uma candidatura, a fim de oferecer um rumo, e não apenas uma alternativa.

A situação a que assistimos é de calamidade nacional. Não quero dramatizar, mas os números mostram isso. O Brasil só cresceu mais do que o Haiti. É duro, mas nos faz enxergar que talvez o poeta Caetano Veloso estivesse profetizando ao brincar com as palavras na música "Haiti", afirmando que "o Haiti é aqui". Isso é triste para nós, referência na América Latina e reconhecidos, a partir do Plano Real, pela estabilidade financeira implantada há mais de uma década, e por sermos uma Nação não apenas emergente, mas uma Nação que lidera a América Latina.

Com todo o respeito aos paraguaios, crescemos menos do que o Paraguai, apesar de a nossa história ser bem diferente à desse País. Temos muitos recursos naturais, e a história da nossa gente, do nosso povo é muito diferente. Crescemos menos do que o Equador, o Chile e a Colômbia, apesar do caos de suas guerrilhas. Só conseguimos competir com o Haiti.

O que significam esses números? Alguém poderá pensar que o Brasil está batendo recorde de exportação e de superávit. Todo dia há propaganda do governo falando nisso, como se fosse ação do governo. No entanto, o Brasil continua exportando matéria-prima, Deputado João Leite; está exportando a nossa agricultura às custas da miséria do agricultor; está exportando o nosso minério, dilapidando as nossas reservas; e está importando matéria acabada.

O pior de tudo é que, se o País não cresceu, significa que não houve aumento de emprego para quem está desempregado ou tem um filho, um parente, desempregado. Por quê? Porque, se o Brasil cresceu 2%, e a nossa população cresce aproximadamente isso, não houve sequer crescimento populacional, Deputado João Leite.

Dizer que o desemprego está diminuindo é balela. Não está diminuindo. Percebemos que era hora, sim, de agilizar as coisas. Sr. Presidente, o Governador Aécio Neves teve um papel preponderante, pois, com equilíbrio, levou a presença mineira para que o PSDB colaborasse, consciente da responsabilidade pelo nosso País.

O momento que vivemos é grave. É preciso que essa situação seja discutida e se reflita sobre ela agora, porque a campanha eleitoral no Brasil ainda tem muito oba-oba. A eleição passada e o não-cumprimento das promessas mostram isso. A campanha, infelizmente, ainda é tratada como um depositário de promessas por alguns, Deputado João Leite.

Vemos que o Governador Aécio Neves conduz essa questão de maneira diferente. Cada item daquilo que S. Exa. chamou de programa de governo está sendo cumprido à risca. O que vimos em um passado recente na eleição para a Presidência da República não foi isso. A reflexão deve ser feita agora.

Nesse aspecto, entro de forma objetiva, Sr. Presidente, nas minhas considerações sobre o momento do PSDB e da responsabilidade do meu partido para com o Brasil. O PSDB goza de um privilégio, sim, construído por histórias de luta de alguns homens, perseguidos pela ditadura militar, e por outros, que nasceram na luta pela democracia, como o Governador Aécio Neves, que nasceu politicamente em cima dos palanques, ao lado de Tancredo Neves, lutando pela anistia e pelas Diretas Já.

O PSDB, ainda jovem, tem história e figuras que já se eternizaram na história recente de democracia, como Mário Covas. Por isso o PSDB goza do privilégio de ter mais de um nome com real possibilidade de se eleger Presidente da República, e com legítimas condições, como todo brasileiro, mas com legítimas condições de viabilidade eleitoral de colocar o seu nome. Aí, surgem nomes como José Serra, Prefeito de São Paulo; Aécio Neves, nosso Governador; Geraldo Alckmin, Governador de São Paulo; e Tasso Jereissati, Presidente do partido; e tantos outros.

O PSDB compreende o momento que o País está vivendo. Compreende que não pode ser de uma disputa pelo poder. Compreende que tem uma responsabilidade para com o País e que não há de haver divisões. Não há que se falar em divisões internas. De maneira madura, com as nossas lideranças, com o seu papel moderador, com equilíbrio, com desprendimento, com certeza seria um homem aclamado pelo País, como o é por Minas.

O Governador Aécio Neves se antecipa e diz: "Eu posso esperar. O meu nome sempre esteve à disposição do partido e do País, mas devemos discutir alternativas". E assumiu papel preponderante, até que houvesse, como houve nesta terça-feira, de maneira unânime e tranqüila, o nome de um grande brasileiro, o Governador Geraldo Alckmin, que traz os traços da simplicidade brasileira do povo do interior, que agrega experiência, competência, responsabilidade e compostura ética.

Sempre digo que seria muito bom que alguém, para chegar a cargos mais elevados, conhecesse a vida do interior. Fiquei impressionado e extremamente feliz ao ver a biografia do Governador Alckmin, um jovem médico, nascido em Pindamonhangaba, interior de São Paulo, que se dispõe a enfrentar os problemas de sua cidade natal. Corremos até mesmo o risco de tropeçar nas palavras, nas sílabas. É uma cidade do interior, como tantas outras do interior das Minas Gerais. Nos idos da década de 70, ele estudava medicina, candidatou-se a Vereador e foi eleito o Vereador mais votado. Também fui Vereador, assim como tantos outros que passaram por esta Casa. Posteriormente, foi Presidente da Câmara e começou a experimentar a responsabilidade executiva. Em seguida, foi Prefeito, outra responsabilidade fundamental.

Vivemos a esdrúxula situação do Município abandonado. O Município tem de cuidar da saúde, da educação e, algumas vezes, até da segurança. Todavia, todo o orçamento está nas mãos da União. Você tem um Presidente que foi Prefeito e, posteriormente, Deputado Estadual. Sabemos o que passamos como Deputado Estadual. Conhecemos a diversidade de Minas Gerais, as mais diversas situações do interior, do Norte, do Sul, do Centro-Oeste, do Triângulo Mineiro, cada um com seus problemas. Isso nos ensina e nos educa para a vida pública.

Posteriormente, foi Deputado Federal. E não apenas Deputado Federal, mas Deputado Federal constituinte. Deputado Federal com uma história de quem criou a Lei da Previdência Social, a Lei do Código de Defesa do Consumidor, algumas das leis que embasaram a Lei Orgânica da Assistência Social - o Deputado João Leite, ex-Secretário de Defesa Social, é um batalhador dessa área.

Enfim, um homem com uma experiência parlamentar é chamado por aquele que a história já guarda como um dos maiores nomes da política do séc. XX, da política que combateu a ditadura, que conseguiu recuperar a democracia para o País, mostrando que não bastam a liberdade e a democracia.

Talvez seja isso que tenha faltado ao atual governo, ou seja, compreender que não bastam bandeiras de liberdade. Caso contrário, começam as invasões, como está havendo. É preciso liberdade com competência. É preciso democracia com competência.

Mário Covas, que representa essa bandeira da democracia, aliada à competência, chamou Geraldo Alckmin para ser seu Vice-Governador.

Ele escreveu seu nome com sangue e suor na história do Brasil. Lembro-me de que, na sua despedida, desfilaram o PT, o PSDB, o PFL e o PP, ex-adversários políticos, para darem seu testemunho. Aqui está o exemplo da compostura, da ética, da dedicação e da moralidade. Mário Covas buscou Geraldo Alckmin para ser seu Vice-Governador. Fizeram um trabalho brilhante e foram reeleitos. O destino, a providência divina, com seus desígnios, levou Mário Covas. Isso ocorreu muito cedo, mas ficou uma forte missão, um saldo extremamente positivo para todos nós. Geraldo Alckmin continuou a caminhada, concluiu o seu mandato e foi reeleito com mais de 12 milhões de votos, com uma vitória esmagadora. O povo de São Paulo reconhecia que havia ali alguém com a simplicidade do interior. Deputados João, Dinis e Laudelino, pessoa que respeito profundamente, embora tenhamos nossas divergências no campo partidário, mas ideologicamente comungamos em praticamente tudo, alguns chegavam a brincar dizendo sabem o quê? Que o Governador era como um suco de chuchu, quando, na verdade, queriam dizer que ele era muito simples, sem extravagâncias. Talvez estejamos um pouco mal-acostumados com esse tipo de político que, para chamar holofotes, adora uma extravagância, um arroubo, uma bravata, não é Deputado João Leite? Depois, podem chegar e dizer: "Olha, bravata só antes das eleições".

Geraldo Alckmin não tem história de bravatas. Acho que ele prefere ser chamado de suco de chuchu. É preferível que seja algo bem popular como o chuchu, um dos legumes mais baratos. Aprendi, Deputado João Leite, no interior, com as dificuldades em que fui criado, a satisfazer-me com arroz, feijão, angu e chuchu. E isso não ocorreu uma nem duas vezes. Sei do que estou falando. V. Exa. também sabe. Não carregamos

isso para o populismo, porque precisamos estar vacinados contra essa idéia também. Não é por que foi pobre, andou descalça, por isto ou aquilo, que uma pessoa será a mais indicada para trabalhar e representar todos os brasileiros. É preciso reunir as virtudes éticas e morais com competência. Sem competência, fica pior do que chuchu: é um suco de limão destemperado, que não dá para ser transformado em limonada; é algo que pode ser pior do que o azedo; pode ser vencido.

Portanto o PSDB, consciente da realidade em que vivemos, foi buscar esse homem simples, que tem uma trajetória difícil de ser encontrada. O Brasil se assustará um pouquinho, porque, com sua simplicidade, ele governou São Paulo, o maior Estado da Federação, há praticamente três mandatos, sem um caso de corrupção, sem uma mancha no seu currículo. Ele manteve a simplicidade do homem do interior fazendo a verdadeira revolução que o Brasil inteiro soube respeitar, transformou São Paulo nos últimos anos. Exemplos como esse e como o do Deputado Mário Covas foram citados pelo Governador Aécio Neves no início do seu mandato, quando citou choque de gestão e austeridade. E foi essa austeridade que deu ao Governador a autoridade, que é diferente e melhor do que poder.

Com o poder, às vezes se dá a possibilidade de mandar prender e soltar. Poder está mais associado à força; e autoridade, ao exemplo, à competência e à capacidade. É com essa autoridade que homens como Alckmin e Aécio Neves se uniram para dizer ao Brasil: o PSDB está unido. O PSDB tem a compreensão e a humildade de reconhecer que precisamos de mais. É preciso que o Brasil esteja unido. Além disso, que os outros partidos compreendam que é o momento de mudarmos o que está aí e que devem unir-se conosco, para que, de fato, haja uma transformação neste país.

O Deputado Dinis Pinheiro\* - Deputado Domingos Sávio, sua manifestação é bonita e inteligente. Aliás, é muito peculiar a trajetória de V. Exa. no exercício da vida pública. Realmente o PSDB pode comemorar e compartilhar com o povo mineiro e brasileiro este momento de intensa alegria. Diversos nomes, como V. Exa. assinalou, poderiam ser escolhidos para a construção de um novo caminho que verdadeiramente possa transformar a vida dos brasileiros. Entre eles, com muita ênfase, registro o nome do Governador Aécio Neves, que possui uma trajetória maravilhosa e que se pôs em nosso país como referência político-administrativa. Numa atitude de desprendimento, achou por bem aquietar-se e aguardar uma outra oportunidade, que certamente o povo brasileiro lhe concederá.

Geraldo Alckmin tem uma trajetória bonita, merecedora de nosso aplauso e reconhecimento e de nossa admiração. Foi Vereador, Prefeito, Deputado Estadual e Deputado Federal, Vice-Governador e Governador de São Paulo. Ele é afilhado do saudoso Governador Mário Covas, um dos maiores estadistas da vida política brasileira.

O momento é de união, de desprendimento e de equilíbrio. Aliás, isso é o que foi apresentado pelo PSDB nacional. Minas agora terá a oportunidade de cerrar fileiras em torno desse notável candidato. Conforme muito bem disse V. Exa., trata-se de um homem simples, como o povo mineiro e do interior, e extremamente preparado. Provas já foram registradas no decorrer dessa sua trajetória. Ele é inteligente, muito bem-estruturado e dotado de humildade franciscana. Tenho certeza absoluta de que, conforme a entrevista de ontem, o Brasil agora terá um novo rumo e caminho, ou seja, um novo peregrinar. Minas estará junto e solidária, porque já tem um governo admirável. Certamente, com a ascensão de Geraldo Alckmin à condição de Presidente da República, o povo brasileiro vencerá e avançará. Com mais rapidez e eficiência, atingiremos a tão sonhada distribuição de renda, escolas para as nossas crianças, receita mais equilibrada e justa para os Municípios mais pobres.

Deputado Domingos Sávio, tenho certeza absoluta de que ontem o Brasil realmente deu um grande passo rumo a esse novo caminho da construção de uma Nação mais fraterna, feliz, próspera e muito mais humana com a escolha de Geraldo Alckmin. Sem dúvida alguma, o Governador Aécio Neves, depois de participar dessas articulações de maneira bastante tenaz, com muita inteligência e sabedoria, terá um papel imensurável na condução de Geraldo Alckmin à Presidência da República. Em razão do seu prestígio, da sua administração talentosa e respeitada e do seu espírito conciliador, já por todos conhecido e reconhecido, o Governador Aécio Neves certamente utilizará seus mecanismos, sua inteligência e força e todo esse prestígio e essa referência, que, aliás, hoje é aplaudida por todos os brasileiros, para que, no próximo ano, Geraldo Alckmin possa conduzir da mesma maneira que ele os destinos do povo brasileiro: com inteligência, capacidade e, acima de tudo, honestidade e sentimento de brasilidade.

Deputado Domingos Sávio, parabéns pela manifestação sábia que ora nos transmite aqui, na Casa do povo.

O Deputado Domingos Sávio\* - Já caminho para concluir, Sr. Presidente, ressaltando que este momento remete-nos a uma conclusão, até pela experiência que vivemos em Minas. Se por um lado não nos podemos abdicar dos nossos ideais para fazer política, nós, que somos afeitos à liberdade - Tancredo já dizia que "Liberdade é o outro nome de Minas" -, não podemos, definitivamente, acreditar que só com propostas, que podem transformar-se em vãs promessas, faça-se a transformação de um Estado e de um país. O exemplo está aqui, em Minas. Tivemos - e temos - o compromisso com a liberdade desde o primeiro momento. Temos, na condução do nosso Estado, um democrata, por sua origem, por sua formação e por sua maneira de agir, mas, aliado a isso, temos também a competência, a seriedade, a capacidade e a coragem de tomar as decisões necessárias. Isso fez com que o Governador Aécio Neves, ao assumir um governo em situação das mais desfavoráveis - o País inteiro reconhecia que tínhamos um dos Estados da Federação em situação a mais deplorável do ponto de vista financeiro, com déficit, moratória declarada, enfim, uma situação de caos econômico -, pudesse organizar as finanças.

Hoje mesmo estivemos no Palácio presenciando o maior investimento da história de Minas Gerais em saúde pública feito de uma única vez, talvez um dos maiores investimentos do País, num programa que é decantado como do governo federal: o Saúde da Família. O governo Aécio Neves assume isso por compreender que precisa de investimento, e não só de discurso. Coloca dinheiro para se fazer 578 unidades de saúde da família, 860 veículos para todos os Municípios mineiros, totalizando cerca de R\$100.000.000,00 em investimentos, fora o custeio que o Estado já ajuda a manter, mês a mês, em cada equipe. Entrega esse investimento para que o Prefeito mesmo faça, num gesto que estamos cobrando: descentralizar o dinheiro público, a fim de que este chegue ao Município. Isso é idealismo aliado à competência. É essa a receita. É isso que acredito que o eleitor pretenderá ver nessa eleição, Deputado João Leite. Ele não quer ver bravatas nem promessas que não serão cumpridas; quer ver idealismo aliado à competência. Geraldo Alckmin traz essa receita, com história de vida, escrita e comprovada.

O Deputado João Leite (em aparte) - Sei que o Deputado Arlen Santiago também deseja apartear-lo. Todos acompanham com muito interesse esse brilhante pronunciamento que V. Exa. faz da tribuna da Assembléia Legislativa, nesta tarde.

Farei um aparte rápido, pois estou sendo convocado para participar de uma comissão neste momento. No entanto, não poderia deixar, também, de concordar com esse discurso de V. Exa.

O Governador Geraldo Alckmin, herdeiro de Mário Covas, de tudo que esperamos nos homens públicos brasileiros, sem dúvida traz, para essa sucessão presidencial, um atrativo muito grande e enriquece o debate que acontecerá daqui para a frente.

Eu e V. Exa. tivemos a oportunidade de entrar em contato com ele e podemos atestar o que V. Exa. falou. Trata-se de um homem muito simples, de trato fácil, apesar da trajetória relatada por V. Exa. Médico, como nosso Presidente Rêmolo Aloise, ele começou como Vereador, não lhe faltando algo que sempre cobrava nosso ex-companheiro aqui, na Assembléia Legislativa, o ex-Deputado Geraldo Santana, muito amigo do nosso Presidente Rêmolo Aloise, que dizia que político tem de ter "sargenteação". Isso não falta ao nosso candidato Geraldo Alckmin. Começou como Vereador, foi Prefeito, Deputado Estadual, Deputado Federal Constituinte, como V. Exa. ressaltou aqui; Vice-Governador, Governador, e agora irá para o debate nacional num momento importante da nossa nação.

Quero parabenizá-lo, Deputado Domingos Sávio, pois V. Exa. trouxe para a reflexão do povo mineiro esse momento histórico que estamos vivendo. Sem dúvida, a presença do PSDB com um representante desse nível na disputa traz uma grande contribuição, com todos os valores do PSDB, com o reconhecimento da importância do Parlamento, já que é um partido parlamentarista. Vemos isso na relação que o Governador Aécio Neves tem com esta Casa, uma relação permanente de respeito total às Lideranças e à Oposição. Sou testemunha de como foi o início desse governo em Minas Gerais, quando o Governador, a princípio, determinou o corte de 30%, dado o nível de dificuldades que o Estado vivia e essa transformação que vivemos, especialmente com esse relato que V. Exa. traz na manhã de hoje, no Palácio da Liberdade, com o governo todo voltado para essa área tão importante, a saúde. Muitas coisas devem ser ditas. Várias delas V. Exa., com competência, falou da tribuna da Assembléia Legislativa e, nesta tarde, abre um debate. Sem dúvida que a presença do Governador Geraldo Alckmin é algo muito importante para o momento que iremos viver. As idéias e o exemplo que ele traz do governo que realizou em São Paulo, sem dúvida, serão grandes atrações para o povo brasileiro, que aguarda uma grande mudança.

Fico por aqui, parabenizando V. Exa. por esse brilhante discurso, pelo tema escolhido e pelo relato da trajetória do candidato do PSDB, o Governador Geraldo Alckmin. Muito obrigado e parabéns, Deputado Domingos Sávio.

O Deputado Arlen Santiago (em aparte)\* - Deputado Domingos Sávio, como sempre, o senhor aborda temas relevantes para a Nação, para Minas Gerais, para o nosso povo mineiro. Queremos chamar uma atenção especial para a questão da competência e do gerenciamento adequado dos recursos públicos, a questão da gestão, que foi implementada brilhantemente pelo nosso Governador Aécio Neves. Ele recebeu o Estado com um déficit de quase R\$3.000.000.000,00 e conseguiu encontrar formas de zerar esse déficit. Sabemos que Minas Gerais tem uma dívida enorme, constituída por muitos governos, organizada e repassada para o governo federal no valor de R\$7.000.000.000,00. Temos pagado em torno de R\$1.500.000.000,00 a R\$2.000.000.000,00 por ano, e a nossa dívida é de mais de R\$15.000.000.000,00 com o governo federal. Isso prova que essa questão de juro alto tem sido uma política equivocada, uma política que tem trazido muito lucro para bancos e banqueiros e um empobrecimento para o nosso povo, já que esse recurso que tem ido para os bancos sai da sociedade.

Quanto à questão da competência e boa gestão do Governador Aécio Neves em Minas Gerais, queremos referir-nos a uma reportagem de hoje na "Folha de S. Paulo". Segundo ela, os alunos de Montes Claros e de outras cidades - quase 50 - da região do Norte de Minas que fizeram provas para o Enem, diferentemente do que acontecia antes do mandato do Governador Aécio Neves, tiveram um sucesso muito grande, superando em notas as das cidades de São Paulo e do Rio de Janeiro. Precisamos, então, cumprimentar o Governador Aécio Neves e o pessoal da Secretaria de Educação.

Ressalto aqui a distribuição pioneira do livro didático, em Minas Gerais, para os alunos do Ensino Médio e a distribuição do Ensino Fundamental em nove anos. Em especial, queremos dar um abraço nos professores que participam da 17ª Superintendência Regional de Ensino. Apesar de receberem seus salários e o 13º salário em dia, ainda não ganham bem, mas, mesmo assim, merecem destaque.

Sabemos que, nesse segundo mandato do Governador Aécio Neves - que é o que Minas Gerais, o PTB, os mineiros e eu queremos -, poderá haver a recomposição do que foi perdido há muito tempo. O Governador já está começando a recompor os salários.

Esses professores estão fazendo a diferença. Estão ensinando bem, mesmo numa região carente como a 17ª Superintendência Regional de Ensino.

Inicialmente, queremos cumprimentar todos os professores, alunos, que estão dedicando-se um pouco mais, Supervisores, Inspetores, secretários e serviços das escolas. Também cumprimentamos o pessoal da 17ª Superintendência: a Superintendente Salete Nether, que vem fazendo um grande trabalho; Luzia Beatriz, sua Diretora Educacional; e vários outros funcionários, que parabeno nas pessoas da Marlene Porto, do Adair, da Viviane e do Roberto.

Deputado Domingos Sávio, aqui fica comprovado que a competência gerencial e a decisão firme que têm faltado muito no governo federal e que têm sido aqui esbanjadas pela equipe do nosso Governador têm feito a diferença, e os resultados práticos estão sendo alcançados agora. As notas das provas do Enem da região de Montes Claros já estão melhores que as do Rio de Janeiro e as de São Paulo. Muito obrigado.

O Deputado Domingos Sávio\* - Sr. Presidente, quero registrar - e novamente me permito falar como Secretário-Geral do PSDB, como seu companheiro - que esse é o sentimento do nosso partido. Queremos, acima de tudo, que, num momento em que o partido, de maneira unânime, consensual, unido, define por um pré-candidato, que passa a ser o único do PSDB para um projeto de tamanha envergadura, tenhamos conosco - e haveremos de ter - o compromisso de uma campanha ética, propositiva, na qual não nos furtaremos a dizer que não concordamos com o governo que está aí e, justamente por isso, iremos combatê-lo. Queremos uma campanha em que tenhamos a capacidade de reunir o que o PSDB já fez de certo no passado; de repudiar o que temos a obrigação de reconhecer como erro; e de somar o que o governo do Presidente Lula tenha feito de bom, pois, com certeza, se estamos dispostos a fazer uma campanha ética - e estamos -, temos de reconhecer todo e qualquer acerto havido. O que foi feito com o dinheiro do povo tem de ser respeitado, e devemos estar firmes para combater o que há de errado e negativo.

É preciso estabelecer uma proposta nova. Não estamos falando de passado. Geraldo Alckmin representa uma perspectiva nova. O PSDB vem com uma proposta nova para o Brasil e também com o compromisso de um debate propositivo. Ele falou desta tribuna, numa convenção do PSDB, em setembro do ano passado, que se sentia mineiro por suas raízes familiares em Minas e por sua identidade com o povo mineiro. Mas não é só isso. Ele guarda em si um jeito mineiro de ser e demonstrou isso em vários momentos, talvez até pelas semelhanças que demonstra com o grande estadista mineiro que foi JK.

Médico, como também é médico V. Exa., Sr. Presidente. Homem dedicado à vida pública e sempre cauteloso em suas palavras. Prudente e respeitoso com os adversários, paciente e tolerante com as críticas, haverá de conduzir nosso partido para uma campanha ética, limpa, propositiva, apresentando alternativas para o nosso país, o que, certamente, é desejo do nosso povo. Portanto, companheiros de partido, João Leite, demais Deputados, festejo a unidade do nosso PSDB e a convicção de que apresentaremos a melhor proposta para o País. Muito obrigado, Sr. Presidente.

\* - Sem revisão do orador.

O Deputado Laudelino Augusto\* - Mineiros, mineiras, Deputadas, Deputados, público presente nas galerias e telespectadores da TV Assembléia. Não vim falar de medo, como fizeram os dois que me antecederam. Até porque, neste momento, o medo real dos brasileiros é o da volta do governo neoliberal. Meu tema são as águas minerais. Antes, porém, farei alguns comentários para que alguns itens não fiquem sem respostas.

Hoje, durante a exibição do "Bom Dia Brasil", fiquei surpreso. Comentava-se que, com a escolha do Governador Alckmin, a campanha para as eleições presidenciais terá um bom nível de discussão, dada a sua maneira de ser. Fizeram, ainda, um paralelo entre 2002 e 2006. Gostei muito. Em 2002, o risco-Brasil era de 2.800 pontos, agora é pouco mais de 200; o dólar estava em R\$4,00, agora em R\$2,11; os juros, tão criticados, a taxa Selic estava em 26%, agora está em 15% e vai cair mais; e o movimento da bolsa de valores quintuplicou.

Uma pesquisa nacional por amostra domiciliar mostrou que, em dois anos, houve uma queda de 8% na linha de pobreza, ou seja, há 8% a menos de famílias abaixo da linha de pobreza. O Programa Nacional de Apoio e Fortalecimento da Agricultura Familiar - Pronaf - quintuplicou sua verba. Há distribuição de renda no País. É interessante ver que as condições objetivas em 2002 eram bem diferentes, bem mais difíceis. Claro, era o término de oito anos de um governo neoliberal.

Alguns políticos falaram que o PT desejará fazer um paralelo entre os oito anos do governo Fernando Henrique e os quatro anos de Lula e José Alencar. Em 100 itens básicos, a vida dos brasileiros está melhor. Outros políticos diziam que, com Alckmin, eles tentarão polarizar os quatro anos do governo de São Paulo com os quatro do Brasil.

Fiquei refletindo como se pode comparar um país com um Estado, principalmente São Paulo, que é a locomotiva, ou Minas Gerais. Se o País vai bem, com a política séria dando certo, se o governo federal está dando certo, é sério e comprometido com o social e o desenvolvimento, se há Estados com potencial maior e mais riqueza acumulada - às custas de muito suor e sangue de trabalhadores - como São Paulo, obviamente tinham que estar na frente. E também Minas Gerais, que não faz nenhum investimento, mas só arrecada, e que agora está lançando esses programas no ano eleitoral. Que bom que está devolvendo o dinheiro ao povo, mas o povo não cai mais nessa, está consciente e sabendo o que realmente está acontecendo.

A maior diferença entre os quatro anos dos governos de Lula e de Alckmin está no início. Lula entrou depois de oito anos de desmanche do social, de desgoverno e de privatizações. O Brasil estava bem desarrumado. Alckmin entrou depois de Covas, que reconhecemos como um grande político. Dizem: "Ah, se Covas tivesse sido Presidente por oito anos..." Deram uma rasteira nele, pois poderia ter sido candidato. Se tivesse sido Presidente, o Brasil teria sido socialdemocrata por oito anos. Se a socialdemocracia tivesse sido colocada em prática no Brasil em oito anos, agora com Lula e José Alencar, estaríamos dando passos mais decisivos para um Brasil que sonhamos construir. O problema é que o Brasil de Fernando Henrique foi neoliberal e privatizador. Ele entregou o nosso país.

Está nos jornais a questão da Vale do Rio Doce, e fortaleceremos a campanha para rever as privatizações, principalmente da Vale do Rio Doce, que tem bilhões de lucros anuais. Por que foi privatizada e de que maneira? A CPI das Privatizações deverá ser aberta. A grande diferença está no início do governo. Lula pegou oito anos de desgoverno, e Alckmin pegou um governo de Covas, pessoa séria e comprometida, socialdemocrata, um caminho para o socialismo, para um país justo, livre e soberano.

O Deputado Rogério Correia (em aparte)\* - Em primeiro lugar, gostaria de elogiá-lo por ter dado uma resposta simples a tantas acusações e análises políticas equivocadas. V. Exa., em pouco tempo, pode desmontar essas análises com argumentos lógicos e dados que comprovam a diferença entre os governos. Os governos que devem ser comparados são os de Lula - em três anos e poucos meses - e os oito anos do malfadado governo de Fernando Henrique, que entregou o Brasil ao FMI, endividou o País e permitiu que, privatizando-se as principais empresas brasileiras, o País fosse jogado no descabro em que se encontra. O patrimônio da Vale do Rio Doce é avaliado em R\$3.300.000.000,00, e foi vendida por alguns bilhões em moeda podre. A Justiça já está retomando a discussão de devolver ao Brasil a Vale do Rio Doce, que foi entregue pelo governo FHC, que, por sua vez, avaliou, por baixo, o seu valor. Repito, hoje ela é avaliada em R\$3.300.000.000,00 e gera bilhões e bilhões de lucros anuais, mas foi entregue, praticamente de graça, ao capital estrangeiro com dinheiro do próprio BNDS, que, naquela época, servia apenas para as privatizações serem feitas com dinheiro público.

Quero chamar a atenção para outro fato que aqui não foi comentado, mas é pura verdade. Quem decidiu a candidatura Alckmin? Um triunvirato, como foi chamado: o ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso, que vendeu o Brasil, entregando-o ao FMI; o Governador Aécio Neves, que vive viajando - se me permitir, falarei disso daqui a pouco -; e o Presidente do partido Tasso Jereissati, que substitui o tucano Azeredo, que está "sub judice" no Congresso Nacional por ter sido pai do "valerioduto".

Foi esse triunvirato, essas três pessoas, que decidiram de fato quem seria o candidato tucano. Para mostrar quem tem medo do povo e quem não tem, outro dia, em pleno processo de crise, o PT submeteu à eleição sua direção nacional. Compareceram quase 350 mil filiados que decidiram quem participaria da direção do partido. Hoje, esses 350 mil filiados são unânimes na aprovação do nome de Lula. Não há ninguém no interior do PT apresentando outro nome. Trata-se do respaldo de 350 mil filiados: sindicalistas, trabalhadores, membros dos diretórios, das bases das Capitais e do interior, que, durante um período, mobilizaram-se, discutiram política, leram teses e escolheram a direção nacional do partido, respaldando o Presidente Lula.

O triunvirato tucano decidiu em cúpula quem seria o candidato. Tanto é que o próprio José Serra, o Ministro da dengue, não foi sequer respaldar a escolha do triunvirato. O Ministro da dengue, soltou uma notinha chocha, dizendo que apoiará a escolha, pois é um bom candidato, mas, por trás, a luta foi fratricida, o "pau comeu", e os tucanos mantiveram aquela pompa, coisas da elite. Fingem que estão unificados, mas, por trás, o "pau come". Assim foi a escolha do Governador Alckmin, completamente elitizada, como elitizado é o PSDB. É assim que as elites atuam e agem.

O Governador Aécio Neves participou desse triunvirato. Num outro dia, ele teve coragem de criticar - não sei onde estava com a cabeça - o Presidente Lula por viajar demais. Li isso no jornal e não acreditei. Será que o Governador teve a cara de pau de fazer esse pronunciamento na imprensa? Ele disse que a sua mesa estava cheia de papéis, que governa um Estado muito menor que o Brasil, e não estava dando conta do recado. Perguntava: como o Lula consegue? E ironizava: ele deve ter uma equipe muito boa para conseguir viajar, viajar e inaugurar obras. Estou aqui em Minas Gerais trabalhando e não consigo esvaziar a minha mesa. Estou com compromissos a serem cumpridos e não consigo sair daqui.

Ele disse isso depois que foi ao "show" dos Rolling Stones, ao do U2. Pensamos que ele voltaria, mas foi para o carnaval da Bahia. Após o carnaval, cheguei a comemorar a sua volta a Minas Gerais, mas nada. Ele foi ao Canadá, passar férias com a filha. Férias que já havia passado com a mesma filha no mês de janeiro. Ou seja, desde janeiro, o Governador não governa Minas Gerais. Aliás, isso ele não faz desde que tomou posse. A verdade é que ele não vem aqui em Minas Gerais cumprir com o seu dever há muito tempo, pelo menos desde o "show" dos Rolling Stones.

Recentemente, o Governador Aécio Neves anunciou que a maior obra do seu governo seria o "show" do Roberto Carlos e do Pavarotti em Santa Luzia. Ainda anunciou que estava tirando a hegemonia de São Paulo e do Rio de Janeiro, que realizaram os "shows" dos Rolling Stones e do U2. Ele esteve em ambos, conhece bem o assunto. Traria o Pavarotti. Tivemos azar de o Pavarotti apresentar problemas na coluna, e o "show", por isso, foi adiado. Estou apresentando um requerimento para saber quem estava pagando o "show" do Pavarotti, dizem que custou R\$20.000.000,00. Não é possível que ele cobre tão caro para apresentar-se em Minas Gerais. Falaram que quem estaria pagando seriam os empresários.

Se os empresários não gastaram esse tanto, ficarão ou devolverão o restante do dinheiro? Se não forem devolver, o que será feito com o dinheiro arrecadado para a realização do "show" do Pavarotti? É uma boa pergunta que fica no ar e dá oportunidade ao telespectador da TV Assembléia de descobrir o destino do dinheiro doado por esses empresários, que beneficiariam Minas Gerais com a maior obra do Governador Aécio Neves.

Esse é o Governador Aécio Neves, que fazia parte do triunvirato; outro, o Presidente Fernando Henrique Cardoso. Finalizo dizendo que conhecemos os oito anos de desgoverno do Governo Fernando Henrique, de entrega do Brasil ao FMI, da não-realização da reforma agrária ou

da política social. Enfim, o Presidente deixou o Brasil em maus lençóis. Estamos custando a nos recuperar por causa daquele que deixou o risco-País nas alturas, fez subir o dólar e a inflação e, conforme disse o Deputado Laudelino, entregou o governo em péssimas condições ao Presidente Lula. Esse era o outro do triunvirato.

O terceiro deles é o Tasso Jereissati, que parece estar lá para fazer o papel de "bobo da corte", aceitando ser o Presidente no lugar do Senador Eduardo Azeredo, que está "sub judice" no Congresso Nacional, por ser o pai do "valerioduto". No passado, foi atropelado pelo José Serra e agora se presta a participar da escolha, com apenas três pessoas, de quem será o candidato do PSDB à Presidência da República.

Deputado Laudelino, a escolha do Alckmin acabou sendo a mais conservadora, como não poderia deixar de ser em um partido como o PSDB. Escolheram o que perderá menos. Já que qualquer um dos dois seria derrotado pelo Presidente Lula, melhor o Alckmin, que terá mesmo de sair do governo de São Paulo. Assim, não perderiam a Prefeitura de São Paulo. Foi essa a escolha. Como os nomes de ambos constavam na pesquisa que apontava Lula como vencedor, perder com o Alckmin será melhor para eles, pois perder com o José Serra significará perder também a Prefeitura de São Paulo. wAliás, o povo de São Paulo já está arrependido de ter entregue a Prefeitura ao José Serra.

Quero parabenizar V. Exa. por ter resumido rapidamente a polêmica dessas candidaturas e por fazer um trabalho muito bom na Comissão de Meio Ambiente, no que diz respeito às águas. Aliás, é um sinal de que o Governador quer interferir na questão, fazendo concessão das águas para a iniciativa privada, e não mais responsabilizando o Estado por uma coisa natural, nossa, estratégica.

O Deputado Laudelino Augusto\* - Gostaria de fazer um histórico e algumas considerações sobre as águas minerais do Sul de Minas. A comunidade sul-mineira, das estâncias hidrominerais, está apreensiva, preocupada e, claro, tomando suas providências, participando, organizando-se. Aliás, grande fruto das organizações, nos últimos anos, tem sido o crescimento da consciência de cidadania, da participação de várias organizações não governamentais e do poder público. Vereadores e Vereadoras têm participado com bastante empenho; pelo menos têm começado a acompanhar as novas administrações, os Prefeitos.

Hoje há uma integração no Circuito das Águas. No meu tempo de criança - sou natural de Caxambu -, havia uma rixa entre as cidades. Graças a Deus, agora há uma unidade, devido - diria até - à Associação dos Municípios do Circuito das Águas, que tem envidado esforços em prol do bem comum. Lembro muito bem, quando pequeno, que, no Circuito das Águas, se dizia preferir os empresários às empresas. Não entendia muito isso, mas se explicava assim: "É melhor que venham bastantes turistas, ao invés de empresas". Até por uma questão ambiental, pois naquela época se dizia que empresas trariam poluição, muita fumaça. E muita fumaça significava maior desenvolvimento da cidade. Havia um pensamento assim, e se dizia isso, lembro muito bem, pequeno ainda, adolescente, e até em minha juventude. Hoje, com o crescimento da consciência, da participação, diz-se algo bem melhor, bem mais amplo, com conteúdo bem mais ético.

Mais que levar nossas águas para os quatro cantos do mundo, queremos que as pessoas venham às nossas águas. Pretendemos implementar o turismo, no caso o de cura, que prevê o tratamento com águas minerais. É o que acontece com outras cidades do País, da Europa e de outros continentes. Então, precisamos levar água, sim. Há fundamento nisso, e vou falar aqui. Todavia, mais que isso, é preciso trazer pessoas de todo o mundo para nossas fontes.

Cientificamente, está provado que o valor curativo das águas é maior quando elas são consumidas e utilizadas na fonte. Há um balneário maravilhoso nas estâncias. Aliás, cada cidade possui seu balneário. A água envasada, engarrafada e levada aos quatro cantos do mundo também tem seu valor curativo, porém em menor escala, já que fica exposta ao calor, ao sol e à luminosidade. A preservação depende também da cor da garrafa. Então, o sol, a luminosidade retiram um pouco o valor curativo das águas. Ademais, durante o transporte, a água chocalha, podendo perder o gás natural.

O fato é esse: o esforço, o trabalho que tem sido feito. Nos últimos dias, esse trabalho ganhou mais força. Espero conseguirmos fazer uma política de divulgação das estâncias hidrominerais, uma política de "marketing", a fim de estimular a vinda das pessoas para nossas fontes maravilhosas.

Outro dia, telefonaram-me para perguntar o que era envasamento. É termo utilizado para denominar o engarrafamento da água. Então, o envasamento ou engarrafamento é importante, tendo em vista a razão social e econômica. Esse ato garante emprego e renda a muitas famílias. Só nas estâncias do Sul de Minas, essa atividade garante empregos diretos a mais de 200 famílias, sem contar os indiretos. Portanto esse fator social é importantíssimo. Criar emprego e gerar renda, hoje em dia, é garantir qualidade de vida às pessoas. Esse é um motivo que justifica o envasamento de água.

Em segundo lugar, há o aspecto promocional. Quando se coloca a água na garrafa, que contém um rótulo, e a envia a outro país ou cidade do mundo, na verdade a nossa cidade está indo junto. O rótulo tem sido melhorado, a partir de uma reivindicação da comunidade de São Lourenço. Solicitaram a modificação do rótulo, de forma a conter uma propaganda da cidade, uma divulgação turística. Aliás, muitos são os pontos turísticos da região, entre os históricos, os de valor terapêutico e os de beleza natural, paisagística e religiosa. Junto ao Circuito das Águas, há o circuito histórico. Podemos citar também a Estrada Real.

A Família Real freqüentava Caxambu, Lambari, Cambuquira e São Lourenço. Existem histórias gravadas a respeito da família real. As fontes de águas minerais da nossa região recebem nomes oriundos da família real. Podemos citar alguns: Em Caxambu, D. Leopoldina, Conde D'Eu, Princesa Isabel, Duque de Saxe, D. Pedro, que é uma fonte de água tão importante, conhecida e apreciada. Então, esse caráter promocional é fundamental também, por isso justifica o envasamento.

Outro item é a tradição. São tradicionais as águas de Caxambu, Lambari, Cambuquira, Araxá. Cito essas quatro primeiro, porque são as que estão em licitação no momento e eram exploradas pela Superágua. Cito também a tradição da água São Lourenço, conhecida no mundo todo, da água de Contendas, em Conceição do Rio Verde, da água de Passa-Quatro, que é maravilhosa e corre da montanha da Mantiqueira, da água de Pouso Alto, da água de Baependi, onde há muita água mineral. Esse é outro item que justifica o envasamento.

Esses três itens mostram que não há necessidade de haver lucro. Garantindo-se o emprego e a renda para as pessoas que trabalham no envasamento colocando água nas garrafinhas, o emprego e a renda de quem está trabalhando nos balneários, a promoção, a divulgação no rótulo, a tradição e a história da nossa região centenária, não haveria necessidade de lucro. Esse é o primeiro ponto a se questionar na licitação, porque entrará a empresa que vai querer mais lucros. Um dos itens é o lucro. Temos a certeza que não há necessidade.

Outro item é com relação à quantidade de água. Trata-se de um dos pontos mais polêmicos e questionáveis. A proposta é que seja de vazão espontânea, natural. Há uma fonte de onde sai a água. É uma bênção, uma dádiva, um patrimônio, que é chamado de recurso hídrico, mas é um patrimônio mesmo o que temos ali. Que fosse parte da vazão natural, que se pudesse engarrafar e vender. Não poderia ser o que houve em São Lourenço, em que a água foi sugada. Foi feita a tubulação, o bombeamento e depois houve a desmineralização. A água foi colocada em uma garrafinha e vendida para se obter lucro. Não queremos seguir esse exemplo de São Lourenço nas outras estâncias. A comunidade dessa estância ainda pena por causa das conseqüências e nos tem ajudado e a outras estâncias na sua organização, estando sempre presente e fazendo questionamentos. Em São Lourenço, há um geólogo, Gabriel Junqueira, um dos maiores conhecedores da situação, que tem feito vários questionamentos nesse sentido.

Parte da vazão natural poderia, sim, vaziar. Eu, leigo no assunto, cheguei um dia a dizer: "por que não envasar toda a água que sai?". Sobre a água que vai para o ribeirão, para o Rio Verde em São Lourenço, para Passa-Quatro, para o Rio Baependi, em Caxambu, em Cambuquira, para o Rio Lambari e vai embora, eu dizia: "por que não se poderia engarrafar tudo, desde que saísse espontaneamente?". Um técnico da área me disse: "Deputado, não é possível, porque parte dessa água tem de ir mesmo para a natureza, tem de se misturar com a água da chuva, com as outras fontes e minas, porque toda a vegetação e a ictiofauna dos nossos rios e ribeirões dependem dessa qualidade e quantidade de água. Se retirássemos toda essa água, mudaríamos a ictiofauna, e outros peixes viriam, ou aqueles que ali estão desapareceriam. Bactérias presentes para a manutenção da vida e da biodiversidade precisam existir ali". Aprendi a lição de que parte da água precisa ir para a natureza. Não é uma perda.

Em nossas fontes de Cambuquira, Lambari, Caxambu, Araxá e São Lourenço, a água vaza a noite toda e vai para a natureza. É preciso ir, porque a natureza necessita dessa água misturada para manter aquela biodiversidade.

O Comitê da Bacia do Rio Verde foi acionado para que exista uma câmara que pense, discuta e aprofunde a questão da água mineral na Bacia do Rio Verde. Se Deus quiser, logo teremos isso aí!

Em 2001, foi feita uma licitação para a exploração das águas de lá. O termo que se usa é "exploração". Essa licitação foi anulada porque estava viciada, por sinal com pessoas da antiga Comig. Aliás, é bom lembrar que a Companhia de Mineração de Minas Gerais - Comig - era a companhia responsável e dona do direito minerário. Hoje é a Codemig. Mas, na época, foi a Comig que abandonou as nossas estâncias e os nossos parques, deixando-os em situação deplorável.

Em 2001 foi anulada a licitação devido à luta, ao esforço do Ministério Público local, acionado pelas ONGs. Ali surgiram as ONGs das cidades das estâncias, que posteriormente se organizaram e realizaram o Fórum das ONGs do Circuito das Águas - Focas. De 2001 para cá, começaram a organização, a luta, o acompanhamento, o desejo, a proposta concreta, o amor pelas estâncias. Desde então vem sendo realizadas diversas audiências públicas.

Quando fui Vereador em Itajubá, onde nasci, participei de algumas das atividades. Como Deputado, participei de todas as atividades realizadas ali. Então, tanto no Circuito quanto em Belo Horizonte, na Assembléia, temos acompanhado e agora, como Presidente da Comissão de Meio Ambiente e Recursos Naturais, mais ainda. Como fundador e Presidente da Frente Parlamentar Mineira de Defesa e Preservação das Águas, estamos sempre presentes, acompanhando todos os trabalhos. Como membro permanente, efetivo da Comissão Especial das Estâncias Hidrominerais, também estivemos presentes em todas as atividades. Em parceria com o Focas, dando apoio à sociedade organizada e realizando dois encontros das águas minerais, o primeiro em 2004, em Caxambu, e o segundo em 2005, em Cambuquira. No final de abril, realizaremos o Terceiro Encontro das Águas Minerais. Por meio das audiências públicas realizadas em São Lourenço, Caxambu e Cambuquira e das audiências realizadas nesta Casa, participamos da elaboração do edital de licitações.

Em 27 de junho, houve o fechamento da Superágua, que perdeu uma luta judicial com o governo de Minas. Posteriormente ficamos sabendo que ela fez uma reunião com a Codemig. Inicialmente os Prefeitos alegaram que não sabiam, mas o Secretário de Planejamento e Gestão afirmou que os Prefeitos foram informados de que haveria o fechamento. Ficamos surpresos, pois constava que os Prefeitos não sabiam que a Superágua seria fechada, mas infelizmente foi.

Estivemos presentes desde o primeiro dia, fazendo com que os direitos dos trabalhadores e trabalhadoras fossem respeitados e com que fossem readmitidos numa próxima licitação. Aliás, pedimos que a Codemig os recontrate imediatamente. Para nós seria possível, porque há contrato precário no Estado. Os professores, por exemplo, são designados para uma coisa importante e necessária: manter as marcas no mercado, como a água de Araxá, Caxambu, Cambuquira e Lambari, bem como manter os mecanismos, os instrumentos e as máquinas em funcionamento.

Segundo orientação jurídica, a Codemig poderia ter contratado precariamente, mas não o fez, com a promessa de fazer o lançamento do edital. Nos meses de maio, junho e julho funcionou a Comissão Especial das Estâncias Hidrominerais na Assembléia Legislativa, a pedido do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, com a presença do Deputado Dilzon Melo e a minha participação. O maior argumento para essa comissão especial foi o estado de abandono, de precariedade das estâncias hidrominerais. A principal culpada, a principal responsável pelo abandono é a antiga Comig. Faça questão de dizer Comig, porque é a Codemig do passado.

Por enquanto, estamos dialogando com a atual Codemig, que nos está atendendo bem e cumprindo a sua função. Todavia, quando é para questionar, falo Comig. Aliás, há um pedido de CPI, com 41 assinaturas de Deputados. Ainda não tivemos respostas, mas precisaríamos dessa CPI da Comig.

Descobrimos depois que, ao invés de colocarem dinheiro nas estâncias hidrominerais - os "royalties" recebidos em todos esses anos pela exploração das águas minerais -, investiam na construção de estradas, como a Maria da Fé-Cristina, que está intransitável. Com menos de um ano e meio de inauguração, ela já estava intransitável. Agora está pior e completará cinco anos! Começamos a receber "e-mails", em que se dizia: "Também foi dinheiro da Comig para a Serra do Cipó, para Monte Verde, para Ouro Fino, para o aeroporto de Ouro Preto, para o Grande Hotel de Araxá". O que foi gasto, desviado e superfaturado com o dinheiro da Comig...

Precisamos fazer essa CPI. Mais uma vez, apelamos à Mesa para que essa comissão seja instalada o quanto antes. A Comissão Especial das Estâncias Hidrominerais fez um trabalho muito bom, interessante e profundo. Na época, disse que talvez essa seria a Comissão para fazer exatamente a convergência das ações e de tudo o que estava sendo feito. De certo modo, segundo o relatório final, conseguimos aprovar várias emendas, o programa de revitalização das estâncias foi uma das propostas aprovadas. O Deputado Paulo Piau também foi membro dessa Comissão e conseguiu que realizássemos uma audiência em Araxá. Faça justiça, porque havia omitido essa informação. O relatório final ficou muito bom e contou com a participação da sociedade local, dos Prefeitos, dos Vereadores e das ONGs, o que é mais importante.

No dia 16 de dezembro, foi lançado o edital de licitação. Fui o primeiro a pegá-lo. Depois, 81 pessoas, grupos e empresas nacionais e multinacionais adquiriram-no. Cerca de nove empresas foram fazer visita, conhecer aquela realidade. Mas, no dia, não houve nenhuma proposta. Disseram: "Ah, Laudelino, por que você não verificou isso? Quem sabe o edital não estava bom?". Nós o analisamos, sim; procuramos o Focas e um consultor bem capacitado que acompanha o assunto há muitos anos. Também ouvimos, informalmente, o Ministério Público. Os três foram unânimes: "Não entraremos com nada para atrapalhar a licitação neste momento e para segurá-la. Vamos esperar e fazer um acompanhamento crítico. Quando os envelopes forem abertos e uma empresa habilitar-se a explorar as águas, acompanharemos de perto o que está faltando no edital". E assim foi feito. Lamentavelmente, no dia 16 de fevereiro - amanhã completará um mês -, os envelopes não foram abertos porque não apareceu nenhum interessado. Ficamos surpresos com duas ausências: a de propostas e a de pessoas para acompanhar o processo. Parece que ninguém estava interessado em saber da licitação; não havia nenhum Prefeito ou Vereador da região das estâncias. Fazendo justiça, quem estava lá eram dois ex-funcionários da Superágua, que foram representar os demais. Eles estão desempregados, pararam de receber o seguro-desemprego e enfrentam problemas financeiros. Conseguiram fazer uma vaquinha e vieram. Tenho em mão a ata da reunião, que registrou o seguinte: "Até às 10 horas da presente data, não houve protocolo de envelope de documentos de habilitação e proposta comercial para participação na licitação. Sendo assim, a Comissão Especial de Licitação julga deserto o certame.". O documento foi assinado pelos quatro membros da Comissão Especial; por outras pessoas presentes, que eram do nosso gabinete; e também pelos Srs. Renilson José de Oliveira e Gabriel Vicente Horácio, ex-funcionários da Superágua.

O que fizemos? A Comissão, que acompanhou o processo desde o início, tem a responsabilidade social de estar presente e de disponibilizar a estrutura da Assembléia para se efetivarem os trabalhos.

Realizamos uma audiência no dia 9 e convidamos a Codemig, as empresas que pegaram o envelope e não apresentaram propostas, o DNPM, Prefeitos, Vereadores e ONGs, a participarem. Essa audiência foi bastante interessante. Lamentavelmente a Codemig não apareceu. Já disse, nesta tribuna, que recebemos uma carta de desculpas, porque o principal responsável, ou seja, a pessoa que está realmente envolvida, estava viajando. Isso é verdade, ela está sempre presente. Sabemos que foi uma viagem muito importante para participar de um encontro no Canadá sobre mineração no Planeta Terra. Como não poderia participar, solicitamos que a Presidente da Comissão de Licitação ou o Vice-Presidente, o Presidente ou o Diretor da Codemig viessem para ouvir e dialogar. Tenho quase certeza de que foi um mal-entendido. As pessoas acreditam que realizamos audiência aqui para cobrar e questionar. Estava tão claro que a audiência é para dialogar e descobriremos outros motivos pelos quais nenhuma empresa trouxe propostas, dizendo que devemos conversar e nos reunirmos. Há um equívoco. Hoje há políticos que não acreditam que possa haver político sério que queira somar esforços. Somente porque estamos convocando e chamando, deixam de vir para participar. Aliás, aqui não veio ninguém do governo estadual. Como a principal responsável, a Codemig deveria estar presente. Com a maior boa-vontade, queríamos discutir os motivos pelos quais não houve proposta e os encaminhamos a serem feitos. Com isso, o movimento do povo ganhou força. Estamos dando força para se fazer a licitação por cidade; para se criar uma fundação, uma cooperativa, uma entidade civil ou pública local, de cada Prefeitura, a fim de gerir e promover a exploração das águas. Como disse, não é necessário lucro. A própria comunidade pode fazer isso muito bem e garantir emprego e renda para algumas famílias, fazer a divulgação das nossas estâncias e manter a tradição. Aliás, com aquele maquinário, não é necessário modernização. Numa reunião realizada aqui, os trabalhadores de lá nos disseram que são capazes de pôr água engarrafada. Eles são capazes, sim, e já provaram durante mais de 30, 40, 50 anos, fazendo envasamento. Então, eles são capazes. Esse movimento ganhou força. Lutamos para isso.

No dia da audiência, estiveram presentes, por exemplo, o grupo Cidade Cidadã, uma ONG de Caxambu. No seu discurso, entre outras coisas, a Nádia Gonçalves disse o que eu já disse aqui: tomaram decisão ao verificar que o edital não era o que queríamos totalmente, mas contemplava o principal. Então, disse que estudamos item por item, e optamos por não tomar medida alguma que atrapalhasse a licitação, pois o principal estava ali abrangido. Quanto aos tópicos que faltavam, esperavam poder negociar com a empresa que viesse a explorar as nossas águas. Isso tudo, pela preocupação com os que estavam sem emprego. E ainda estamos preocupados. Aliás, solicitamos à Codemig que faça gestão ao governo estadual para enviar alguma ajuda financeira, como cestas básicas para os funcionários da Superágua. Eles já não mais recebem o seguro-desemprego. Alguns até conseguiram emprego temporário no Carnaval, na estação das águas e no período de férias; porém estão novamente desempregados. Outros têm família para criar.

O Focas também esteve presente, participando ativamente. No documento, há a assinatura da ONG Nova Cambuquira, cuja Presidente é Marília Noronha; da ONG Nova Baden, de Lambari, assinado pela Presidente Maria do Carmo Santos Pinto.

Contou, também, com a presença da Dóris Oliveira, do Grupo Cidade Cidadã - GCC -, cujo Presidente é Reinaldo do Guedes Neto, grande lutador e conhecedor da questão das águas minerais. Houve também a presença da Nádia Gonçalves, representando a Sociedade Amigos dos Parques das Águas - Ampara -, de Caxambu, cuja Presidente é Maria Antônia Muniz Barreto, e do representante da Associação para Preservação do Patrimônio Ambiental e Social de São Lourenço - Appas. Fez-se um histórico, apresentaram-se considerações muito importantes. É um documento que estamos enviando ao Governador, ao Secretário de Estado de Planejamento, Gestão e Desenvolvimento Econômico. Nossa consultoria está fazendo um estudo para averiguar o que podemos encaminhar e requerer.

No texto apresentado pelo Focas, pede-se ao Governador a concretização da mudança de rumo em nossa história, por meio da criação de um grupo de trabalho, do qual participem ONGs e sociedade, para estudar a viabilidade de se transformar os parques das águas de nossas estâncias em entidades de interesse público. Solicitam, ainda, que contemple a participação paritária da sociedade civil, que seja capaz de gerir as mesmas, bem como as atividades de engarrafamento das águas minerais, de forma integrada e harmoniosa, com objetivos na preservação e na sustentabilidade. Eles participaram e conquistaram, durante a Comissão Especial das Estâncias Hidrominerais, essa reivindicação, que foi aprovada e está no relatório final.

Na seqüência, o texto mostra a preocupação com os ex-funcionários da Superágua. Estamos fazendo de tudo para que a empresa que ganhar possa recontratá-los. Trata-se de uma mão-de-obra bem treinada, que tem amor e carinho muito grande com as águas minerais. Nada melhor do que trabalhar com amor.

Trazem aqui, então, as suas propostas, reconhecendo, humildemente, que se trata de uma idéia, de uma proposta inicial que merece ser debatida. Tivemos, aliás, a presença de três Vereadores de Cambuquira, de três de Caxambu, da Comissão Permanente das Águas Minerais da Câmara Municipal de Caxambu, de seis Vereadores de Lambari nessa união de esforços. Parabêniz-os pela presença.

Agradeço os elogios, quando se falou da audiência de Belo Horizonte. O que fizemos é nossa obrigação, pois recebemos para isso. Somos representantes, e não substitutos. Insistimos nas audiências, na participação da sociedade, a fim de fazermos uma representação autêntica. Não podemos fazer coisas das nossas cabeças, mas sim aquilo que realmente o povo quer.

Fiquei surpreso com uma notícia da Câmara Municipal de Caxambu, da reunião ordinária do dia 13; segunda-feira. O Vereador Líder do Governo fez uma consideração sobre a qual queremos fazer uma observação. Ele teve uma participação muito boa, representou o Prefeito na audiência, e é lamentável que não tenha comparecido nenhum Prefeito, mas o Vereador Clóvis fez uma boa representação. Houve uma idéia dele que foi incentivada e repetida por outras pessoas aqui.

Em Caxambu ele disse que, enquanto estávamos na audiência pública procurando respostas da Codemig, que não se fez representar, o Prefeito de Caxambu, usando de toda a sua influência, deu-nos a volta e reuniu-se com o Sr. Vice-Presidente da Codemig, Arlindo Porto. Ele, sim, obteve a resposta que não conseguimos em audiência. Em breve, talvez no final de semana, trará a público essas boas notícias para a nossa cidade.

Assustamo-nos porque soubemos que, enquanto havia uma audiência aqui, uma reunião democrática e participativa, para a qual foi convidada a Codemig, que tinha obrigação institucional de vir - estamos pensando em convocá-la, pois o nosso Regimento permite isso -, o Prefeito estaria nesse órgão, na mesma hora, conversando e obtendo informações. Segundo o Vereador, foram dadas as notícias, que eram ótimas.

Não acreditamos, em um primeiro momento. Fomos até a Codemig. Fui lá ontem, conversar. Levei-lhes a nossa preocupação, e o Vice-Presidente, Sr. Arlindo Porto, ex-Senador, atendeu-nos muito bem, como sempre. Não havia marcado hora, mas ele foi muito solícito e garantiu que não há novidade alguma. Se tiver, afirmou que nos informará, pois sabe que estamos organizados e respeita a organização da sociedade.

Levei-lhe, por escrito, os resultados de nossa audiência. Foi formado um grupo de trabalho, com representação do Focas, de todas as ONGs, das Câmaras Municipais de Lambari, Caxambu e Cambuquira e da Associação Comercial e Industrial de Lambari. Serão convidadas as associações comerciais e industriais das cidades ausentes.

Solicitamos à Codemig que qualquer notícia seja dada a esse grupo de trabalho e com ele discutida, em nome da democracia, já que não há

nada que os obrigue a isso. Dissemos-lhe que não seria um gesto democrático se, enquanto ele ou outra pessoa da Codemig deveria estar na audiência, estivesse conversando com o Prefeito, propondo as soluções e dando as boas notícias. Ele me garantiu que não tem nenhuma notícia ainda, mas que se estão esforçando.

O "Jornal do Brasil", Sr. Presidente, no Rio de Janeiro, noticiou que a Copasa assumiria as águas minerais. Solicitei uma consultoria imediatamente para tomar uma posição como Deputado da região. Segundo a consultoria e as ONGs, seria interessante, pois o empreendimento ficaria nas mãos de um órgão do Estado, e, assim, teríamos garantias de que não estaria nas mãos das multinacionais, que exploram as nossas fontes e acabam com elas. Assim teríamos participação mais efetiva. Entretanto, o ex-Senador Arlindo Porto nos disse que isso não é verdade, pois a Copasa não pode assumir. Seria necessário mudar o seu estatuto aqui na Assembléia. Ele nos garantiu que não há boas notícias, conforme nos foi dito na Câmara de Caxambu.

Estamos verificando. Quem sabe não houve um equívoco? Quem sabe não tenha sido isso o que ele quis dizer? Quem sabe ele tenha alguma notícia? A população precisa conhecê-la para acompanhar e ajudar. Já disse, e repito, que a política é a soma de esforços em vista do bem comum, independentemente de partidos e eleição.

Temos que nos unir por amor a Caxambu, Cambuquira, Lambari e Araxá. O melhor, neste momento, é unirmo-nos com as associações de moradores, com as ONGs, com as associações comerciais, com as empresas, com as lojas, com as CDLs das cidades, que estão precisando de um incremento no turismo da região.

Por falar em turismo da região, é lamentável que a licitação ainda não tenha sido terminada. Foi feito um novo aditivo da Codemig com as Prefeituras para que 80% dos "royalties" passem para os Municípios. Entretanto, a cada dia que passa, esse dinheiro não vem. Com isso, 80% do dinheiro que entra com a exploração das águas vai ficar no próprio Município. Isso é muito bom, é uma conquista. Esse foi um dos requerimentos que fizemos no I Encontro das Águas Minerais.

Há também uma proposta muito boa de o SUS pagar o tratamento com águas minerais. Em Brasília, no dia 27 de outubro, foi feito o I Encontro Nacional das Águas Minerais, promovido pelo Conselho Nacional de Saúde, com o objetivo de o SUS começar a pagar tratamentos com águas minerais. Uma conquista da região, do povo organizado, das novas administrações que tiveram uma participação importante na Comissão Nacional de Crenologia, ciência que estuda a cura pelas águas. A crenoterapia é a terapia com águas mineiras, por meio de banhos e da ingestão. Estiveram presentes o Prefeito de Caxambu; o Secretário Municipal de Saúde, Dr. Paulo César; o representante de cada uma das ONGs, Marília Noronha, Maria do Carmo, Dóris - desculpem-me se me esqueci de citar algum nome. Todos estiveram lá lutando, organizando-se para conseguir que o SUS pague o tratamento com águas minerais.

Finalmente, há o programa de revitalização, que foi também uma conquista. Às vezes querem considerar como se fosse um presente do Governador, mas foi uma conquista do povo organizado. É direito do povo, é dinheiro público. E o que está sendo colocado lá não é nem dinheiro público especial, mas dinheiro de lá mesmo; são os "royalties" que, durante mais de 25 ou 30 anos, foram acumulados pela Comig - agora pela Codemig - e que não eram repassados. O programa de revitalização vai destinar para Cambuquira R\$1.330.000,00; para Caxambu, R\$2.940.000,00 e, para Lambari, R\$1.400.000,00 para serem aplicados agora.

Farei uma observação para depois conceder um aparte ao Deputado Weliton Prado. Estamos preocupados com o seguinte: Vou dar o exemplo de Caxambu, que vai receber R\$2.940.000,00, destinados à reforma completa do balneário, um prédio histórico muito importante, com restauração das fontes de água mineral. As fontes já estão prontas. O governo passado, o Ministério do Turismo e outros Ministérios já estavam fazendo essa restauração com verbas federais. Já está quase pronto. Esses R\$2.940.000,00 darão para fazer outra coisa. Perguntei ontem para o Dr. Arlindo Porto quanto já foi depositado. E ele me respondeu que nada até agora, que não há nenhum tostão desse programa de revitalização.

Estou aqui com uma foto do lançamento, com todos os Prefeitos, o Secretário Brumer, os Deputados da Comissão. Nenhum tostão foi depositado ainda porque os Prefeitos ainda não apresentaram os projetos. Aproveite para dizer para a comunidade participar da elaboração dos projetos, dar sua sugestão. O dinheiro dos "royalties" será devolvido à comunidade por meio de obras, com a participação da sociedade organizada na priorização das obras. A sociedade quer, precisa, merece, tem o direito de participar.

Queria chamar atenção para esse item.

O Deputado Weliton Prado (em aparte) - Deputado Laudelino Augusto, quero parabenizá-lo por seu pronunciamento e fazer aqui, mais uma vez, um reconhecimento pelo seu brilhante trabalho à frente da Presidência da Comissão de Meio Ambiente e Recursos Naturais e da Frente Parlamentar em Defesa das Águas no nosso Estado. É fundamental fazer esse debate, o que você faz com muita propriedade e muito conhecimento.

Gostaria inclusive de pedir o seu apoio para que possamos realizar uma grande audiência pública para discutir um sério problema em relação à nascente do Rio Uberabinha, que nasce em Uberaba e abastece a cidade de Uberlândia. São poucas as nascentes naturais aptas à exploração da argila refratária. Justamente na nascente do Rio Uberabinha, a argila refratária, utilizada por siderúrgicas, para fornos da mineração, está sendo extraída por uma empresa que está poluindo e degradando aquela nascente. Essa é uma grande preocupação de toda a população de Uberlândia e cidades vizinhas. Por isso é importante fazermos uma audiência pública o mais rápido possível com todos os representantes da Universidade Federal de Uberlândia, de Uberaba e de outras cidades do Triângulo Mineiro.

Gostaria de fazer outra observação, já terminando, em relação ao preço da água da Copasa. Costumo dizer que é água a preço de vinho. O preço é muito alto. Essa é uma das grandes reivindicações da população de todo o Estado de Minas Gerais. Muitas pessoas têm sua água cortada devido aos valores altíssimos cobrados pela Copasa. Se compararmos com outros Municípios e outros Estados, veremos que o valor da água cobrado pela Copasa está totalmente fora.

É importante aprofundar esse debate em outro momento. Obrigado e parabéns pela brilhante explanação.

O Deputado Laudelino Augusto\* - Para jogar limpo, informo que ganhou força essa reivindicação da sociedade local para que cada Município explore suas águas, enfatizando o turismo de cura. Que as pessoas venham dos quatro cantos para nossas fontes hidrominerais.

Fizemos um requerimento ao Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM - solicitando vistoria para caracterizar o atual estado das fontes e dos parques das águas. Por quê? Porque, no próximo dia 27, se completarão nove meses que as águas pararam de ser exploradas. Há dois meses, a Codemig contratou uma equipe para fazer a manutenção do maquinário. Poderia ter contratado todos para manter a água no mercado, mas não o fez. Contratou uma equipe para a manutenção. O maquinário é obsoleto, mas pode ser usado. Assim, pedimos a vistoria.

A lei minerária diz que, constatado o abandono, poderá ser declarada a caducidade. Aí, quem sabe, elas retornem para o Ministério de Minas e Energia, e a comunidade tenha o direito mineral de explorá-las. Estamos cumprindo o nosso dever. A sociedade está conquistando seus

direitos. Parabéns, cidadãos e cidadãs!

\* - Sem revisão do orador.

O Deputado Paulo Piau - Sr. Presidente, Deputados, telespectadores da TV Assembléia, boa tarde. Cumprimento o Deputado Laudelino Augusto, que realiza um brilhante trabalho na Comissão de Meio Ambiente, defensor intransigente das estâncias hidrominerais do Sul de Minas, muito importantes para o Estado.

Antes de entrar no assunto, quero dizer que ouvi defesa de candidato à Presidência da República, de partidos, e poderia até fazer a defesa do meu candidato à Presidência da República pelo PPS, Roberto Freire, mas prefiro não defender partidos nem pessoas. O Roberto Freire é uma pessoa extremamente ética e preparada, mas prefiro trabalhar com o perfil. Como forma de passar uma mensagem, pois estamos mais experientes na vida política, quero dizer para os telespectadores da TV Assembléia que doravante ouviremos muito o perfil dos candidatos e suas propostas. Quando falo do perfil, ressalto algo que jamais foi discutido nas campanhas eleitorais, a ética. Dizem que na última campanha para Presidente da República foi exaustivamente debatida a questão ética. Mas outro dia ouvi o Presidente da Transparência Brasil provar que isso nunca foi debatido. Quem sabe, se, com esse imbróglio em Brasília e a decepção do povo brasileiro com tudo o que está acontecendo no Congresso Nacional, colocaremos a ética na pauta das conversas políticas e eleitorais deste ano. Não podemos mais entrar na onda do "rouba, mas faz". Esse tempo já passou. Nem de que os fins justificam os meios. Não podemos ser antiéticos nos meios para atingir o fim que, evidentemente, é uma eleição.

Pensando no perfil, queria alguém que pense na educação, e não apenas tenha gogó para dizer que prioriza a educação no nosso país. Até hoje pouca gente realmente colocou a educação como prioridade, mas no discurso todos dizem que é prioridade. Quero ver alguém que se candidate à Presidência da República dizendo que educação é um grande eixo de desenvolvimento. Mas também queria alguém defendendo a democracia, pois, neste país, democracia é apenas votar; porém, o povo ainda não tem o poder de decidir os destinos de um Município, Estado ou país.

Queria alguém com perfil para assumir que o pacto federativo é algo extremamente importante para o Brasil. Pacto federativo entendido não apenas no aspecto financeiro, pois 70% de toda a arrecadação do País concentram-se em Brasília, o que é um verdadeiro absurdo. Recursos devem estar, sobretudo, nos Municípios, que é onde a população está e o dinheiro é mais bem aplicado.

Mas não quero dizer apenas do aspecto financeiro, pois Brasília tem um poder de decisão muito grande sobre todo o território brasileiro. Toda decisão se concentra em Brasília, mas precisamos ter nossa decisão também dividida com os Estados e Municípios. Nossas assembleias legislativas devem ter um poder maior para legislar. Dos 27 Estados brasileiros, mesmo as Câmaras de Vereadores, com suas especificidades municipais, deverão ter mais liberdade para legislar sobre suas situações específicas e não ficar amarradas a uma legislação complexa e superdetalhada, que é o que vemos hoje em Brasília com a Constituição Federal, que deveria ter sofrido uma revisão em 1993. Trata-se de uma legislação que talvez mais atrapalhe que ajude o desenvolvimento nacional.

Mas também alguém com o perfil de buscar a simplificação da vida dos brasileiros. A vida do brasileiro está muito sofrida, muito complexa, e está muito difícil viver honestamente neste país. Quando chegamos a esta situação, é porque a vida está complexa.

Quero ver alguém que tenha coragem de falar da reforma política e realizá-la, não apenas nessa época em que ocorrem esses problemas em Brasília, quando todo o mundo começa a dizer que a reforma política e partidária é importante, mas em momentos normais, sem grande problemas. Quero que uma grande reforma política e partidária seja feita, para que tenhamos maior segurança. Na verdade, vivemos uma anarquia política e partidária neste país.

Quero alguém que tenha coragem de falar da reforma tributária e realizá-la, o que já vem sendo tentado há tanto tempo. Na verdade, a guerra fiscal é ainda uma bandeira dos Estados que usam a ilegalidade para atrair investimentos. E isso não pode continuar.

Quero alguém que apresente uma boa proposta de desenvolvimento sustentável, que reforme o nosso país. Como disse o Procurador da República, Dr. Pedro Taques, a corrupção não é de origem, não é genética, é cultural; portanto a educação é a única forma que temos para melhorar esse quadro.

Ao fazer uma avaliação dos Poderes, o Procurador Pedro Taques se referiu ao Judiciário. Ele disse que causas de pessoas sem influência não chegam a Brasília. Não temos um Judiciário justo. Há de gastar-se dinheiro, e muito, para se chegar aos tribunais em Brasília.

Quanto ao Ministério Público, hoje ele faz espetacular trabalho, cumprindo a legislação. Mas, com uma lei tão complexa, os nossos Promotores estão totalmente confusos, porque há lei ambiental, lei trabalhista, lei tributária e fiscal e até uma Lei de Responsabilidade Fiscal, que não pode ser cumprida. Vivemos um conflito entre a lei e a realidade brasileira.

Segundo o Procurador Pedro Taques, o Legislativo também possui as suas imperfeições. Ele disse que transformaram os nossos legisladores, os parlamentares - Vereadores, Deputados Estaduais e Federais e Senadores -, em meros despachantes do orçamento. Isso é muito pequeno. Por isso o nosso parlamento brasileiro está com tão pouca moral, diria até numa decadência: não cumpre sua missão de fiscalizar, deixando-a ao Ministério Público e à imprensa. Os parlamentares estão apenas preocupados em levar verbas e obras, por meio do orçamento, às suas bases. Isso é importante, mas não basta. Temos de cuidar das outras coisas.

Com relação ao Executivo, o Procurador diz muito bem que precisamos de pessoas com visão para planejar e definir prioridades, para que obras tenham início e fim. Há políticas públicas, mas mudam-nas. Falo, com base na tese de que, na verdade, precisamos de um estadista para planejar e definir estratégias e políticas públicas, não cometendo os erros de sempre, num grande ciclo vicioso.

Sr. Presidente, fiz essa introdução para registrar o meu ponto de vista. As discussões sobre quem deve ser o Presidente da República neste país devem estar norteadas muito mais pelo perfil, pela proposta e pelo projeto de governo do que pela defesa de um partido ou de uma pessoa. Deixo aqui o meu ponto de vista. Espero ter colaborado.

Sr. Presidente, subo a esta tribuna como Presidente da Frente Parlamentar da Silvicultura. Para quem não sabe o que é silvicultura, esclareço que se trata da produção de madeira.

Quero mostrar a minha indignação pela invasão da Aracruz Celulose no Rio Grande do Sul. Aproveitarei a oportunidade para passar aos telespectadores da TV Assembléia e aos Deputados o que significa essa invasão feita por um movimento chamado Via Campesina, que é internacional, interferindo nas coisas do Brasil, o que já é um absurdo. Direi o que penso sobre a questão.

Temos aqui a Frente Parlamentar da Silvicultura, de que faço parte.

Constituímos a comissão especial da produção de madeira em Minas Gerais, que envolveu todos os órgãos do governo e a iniciativa privada. Nosso Estado já produziu 2.000.000ha de madeira, sobretudo eucalipto; hoje produz apenas 1.200.000ha. Um dos fatores é a pressão ambiental. Há o mito de que o eucalipto e o pinus estragam a terra. Os ambientalistas dizem deserto verde. Ou há inocentes úteis nessa jogada ou, na verdade, maus brasileiros fazendo o jogo de organismos internacionais, de outros países. Sou engenheiro agrônomo. Tecnicamente busco a competência da Universidade Federal de Viçosa e da Universidade Federal de Lavras, que atestam, com toda a certeza científica, que não há problema de o eucalipto ou o pinus estragarem a terra. Mas há pressão ambiental, criando-se esse mito por inocência, por maldade ou por fazer o jogo de outros países, de outros interesses. A verdade é que Minas possuía 2.000.000ha de madeira plantada e, hoje, 1.200.000ha. Além disso, criado pela pressão, temos excesso de burocracia, de tributos.

Hoje o Brasil importa madeira do Uruguai, da Argentina e - pasmem - dos Estados Unidos. Outro dia vi, em uma fábrica de móveis, um "container" dos Estados Unidos. Disseram-me que continha madeira para fabricar móveis. Vejam o absurdo: um Brasil, com essa quantidade de terra, com essa potencialidade, importando madeira do Uruguai, da Argentina e até dos Estados Unidos! Em resumo, gerando emprego lá e deixando desempregada a nossa população.

A frente parlamentar da silvicultura, da produção de madeira, foi criada para coibir o Projeto de Lei nº 1.071/2003, que praticamente proibia a produção de madeira em nosso Estado ou limitava em 250ha a produção de pessoa física ou jurídica. Isso equivale a dizer que praticamente se acabariam as grandes plantações de madeira e se diminuiriam mais ainda as áreas plantadas em Minas Gerais.

Com a associação mineira dos plantadores de madeira, pudemos, nessa comissão especial, rastrear os motivos pelos quais o Projeto de Lei nº 1.071/2003 apareceu nesta Casa. Surgiu primeiramente na Assembléia Legislativa do Estado do Espírito Santo, onde se transformou em lei. As empresas que trabalham com papel, celulose, madeira, painéis e móveis no Espírito Santo estão deixando aquele Estado e investindo no Sul da Bahia e Norte de Minas. Para nós, isso é bom, mas evidentemente não é bom para o Espírito Santo. Esse projeto também chegou à Assembléia de São Paulo. Constatamos que uma ONG da Finlândia se acoplou a uma ONG do Espírito Santo, querendo a diminuição da produção de madeira no Brasil. Na Finlândia, o pinus demora 40 anos para atingir bitola de corte; no Brasil, 13 anos. Isso significa que, se não tivermos inocentes úteis ou maus brasileiros, e juízo para produzir, seremos um gigante na produção de papel, celulose, painéis e outros, concorrendo com o mercado mundial.

Sempre pensamos na influência de outros países. Isso é fato concreto, descoberto em trabalho conjunto da iniciativa privada e desta Assembléia. Trata-se de ações que devemos coibir, porque nos causa prejuízo.

O Deputado Célio Moreira (em aparte) - Quero parabenizá-lo pela fala e aproveitar para registrar também posição em relação ao vandalismo na Aracruz Celulose.

Vimos o depoimento dos responsáveis pela empresa. Vimos também a pesquisadora em lágrimas, dizendo que parte de sua vida, 40 anos de estudo, foram embora. As pessoas entraram lá, sabiam o que queriam. Pegaram os computadores, retiraram todas as informações. As sementes selecionadas foram espalhadas e misturadas.

Deputado Paulo Piau, ficamos abismados com as freqüentes intervenções desses movimentos. Ontem, assistimos a outro movimento, cujos componentes entraram em fazendas, saquearam jóias. O pessoal que invadiu a Aracruz ameaçou de morte os porteiros e fiscais da empresa. Ficamos assustados com ações dessa natureza.

Enquanto isso, sentimos que o governo federal está um pouco omissivo. Como membro da Frente Parlamentar da Silvicultura, acompanharemos em Brasília o desenrolar desse fato, o trabalho da Polícia Federal e do Ministério Público Federal, a fim de que essas pessoas sejam punidas, de modo que os cidadãos tenham mais liberdade para trabalhar em nosso país.

A Aracruz anunciou que estava programada para fazer um grande investimento; todavia, diante do vandalismo, vai repensar essa questão. Quer dizer, o Brasil vai perder a chance de gerar emprego e renda. Deputado Paulo Piau, V. Exa. sempre trabalhou nessa área. Sem dúvida, há ONGs internacionais por trás dessas atitudes. Nas audiências públicas e nas visitas técnicas da Comissão de Silvicultura em nosso e em outros Estados, verificamos indícios de que ONGs internacionais desejam que o Brasil, de qualquer maneira, deixe de produzir.

Dizem que o eucalipto seca rios e nascentes; no entanto, em seminários e debates realizados nesta Casa, com engenheiros, técnicos, representantes de várias empresas e de universidades, a exemplo da de Viçosa, mostrou-se que isso é um mito, não tem razão de ser. As pessoas fazem comparações com a época em que se queria reflorestar sem preservar. Hoje, o Brasil dispõe de tecnologia de ponta e pode produzir preservando o meio ambiente.

Parabenizo V. Exa. Estarei a seu lado para cobrarmos do governo federal uma punição exemplar para os envolvidos no vandalismo que ocorre nos campos do Brasil.

O Deputado Paulo Piau - Agradeço-lhe a intervenção. V. Exa. também é um defensor do setor produtivo. Falei do perfil do próximo Presidente da República. Precisamos de alguém que estimule o Brasil a ter disciplina. Onde não há disciplina, não existe ordem nem progresso. Estamos caminhando para uma balbúrdia perigosa, que ameaça até mesmo a democracia deste país.

Sr. Presidente, farei uma leitura acerca do fato ocorrido no Horto Florestal Barba Negra, no Rio Grande do Sul. Tenho 15 anos de experiência como pesquisador da Epamig. A pesquisadora, em depoimento, disse que se sentia como se lhe tivessem arrancado um pedaço. Penso que se sentiu assim mesmo, tendo em vista o trabalho de pesquisa que realizou na área florestal. Sabemos que uma árvore demora 7, 10, 15 anos para completar o ciclo; portanto se trata de um trabalho de longa duração, visto que são necessários 10, 15 ou 20 anos para se obter um resultado. Esse vandalismo causou grandes prejuízos.

As instalações do Horto Florestal da Fazenda Barba Negra, em Barra do Ribeiro, no Rio Grande do Sul, pertencente à Aracruz Celulose, foram invadidas, na última madrugada, por cerca de duas mil mulheres da Via Campesina. Trata-se de movimento internacional; já disse isso aqui e volto a dizer: com certeza, há interesses outros - não brasileiros -, por trás de um movimento dessa natureza. Essas forças externas coordenam organizações camponesas atuantes em diversos continentes.

Os seguranças do local foram rendidos, e os manifestantes, ameaçando os empregados, destruíram parte do viveiro e o laboratório de pesquisas da empresa.

Os prejuízos causados pela invasão incluem a perda de, aproximadamente, um milhão de mudas prontas para o plantio. O laboratório teve suas instalações totalmente destruídas, especialmente sementes e pesquisas, além dos computadores.

A destruição do laboratório representa um prejuízo, ainda não determinado, em produtividade florestal, na ordem de milhões de dólares, decorrente da perda de materiais genéticos que levam em torno de 15 a 20 anos para serem produzidos e outros que não podem ser

recuperados.

A Aracruz entende que esse ato não representa a vontade da sociedade gaúcha, que vem demonstrando aceitação social e receptividade aos empreendimentos do setor; acredita que não se trata de um ataque específico à empresa, mas à atividade de silvicultura em todo o território do Estado e ao agronegócio.

Sr. Presidente, falando em agronegócio, faça uma ressalva. Tentam hoje separar a agricultura familiar do agronegócio. Trata-se de uma divisão extremamente perigosa, porque o agronegócio é tudo, é a cadeia produtiva.

A Aracruz já iniciou os trabalhos de recuperação do viveiro e está dialogando com os órgãos competentes do governo para tomar as medidas necessárias em defesa dos seus direitos. E lamenta os atos de vandalismo, de intimidação e de invasão de propriedade privada, o que considera uma afronta aos princípios democráticos e ao Estado de Direito. Engraçado é que esse pessoal fala muito em Estado Democrático de Direito, mas é só no discurso.

É importante ressaltar que a Aracruz Celulose é uma empresa brasileira, líder mundial na produção de celulose branqueada de eucalipto, responde por cerca de 30% da oferta global do produto, destinado à fabricação de papéis para imprimir e escrever, papéis sanitários e papéis especiais de alto valor agregado.

Suas operações florestais alcançam aproximadamente 261.000ha de plantios renováveis de eucalipto, intercalados com cerca de 139.000ha de reservas nativas, que são fundamentais para assegurar o equilíbrio do ecossistema.

É responsável por aproximadamente dez mil empregos diretos, entre empregados próprios e prestadores de serviços. Em caráter permanente, a empresa é uma das maiores exportadoras do País, gerando divisas da ordem de US\$1.000.000.000,00 por ano.

O compromisso com o desenvolvimento sustentável orienta as práticas de manejo dos plantios de eucalipto e a preservação dos ecossistemas. As práticas ambientais adotadas nas fábricas são também objeto de contínuos processos de aprimoramento. A responsabilidade social se reflete, entre outros aspectos, no significativo programa de ação social desenvolvido com as comunidades nas áreas de atuação da companhia.

Sr. Presidente, li isso aqui para que as pessoas tenham uma noção do que significa o prejuízo dessa invasão. Pior, o pessoal da Via Campesina, que, volto a dizer, é uma entidade internacional - não é brasileira -, invadiu o campo de sementes recentemente também no Paraná.

Centenas de militantes de movimentos vinculados à Via Campesina invadiram os "campi" experimentais de uma multinacional de sementes no Paraná. Segundo a Via Campesina, há pesquisas ilegais com transgênicos na área. Qual o direito que eles têm, a não ser denunciar essa questão à polícia florestal ou ao Ministério Público para uma verificação? Que poder de polícia tem essa Via Campesina, que nem é brasileira?

Na mesma semana, militantes dessa organização, destruíram instalações e um laboratório de pesquisas na Aracruz Celulose, conforme acabamos de dizer. Em Itapetinga, São Paulo, o MST invadiu a Fazenda Suzano, também de papel e celulose. É um movimento coordenado pelos movimentos de invasão de terra.

Quero lamentar o que disse Pedro Stédile, que, aliás, esteve aqui na Casa, há uns cinco ou seis anos, conversando sobre reforma agrária, achando bom e aprovando a atitude dessa Via Campesina.

O Brasil está perdendo o controle sobre os traficantes, sobre o crime organizado, conforme estamos vendo; e agora estamos perdendo o controle do aparato público, com esse pessoal que quer fazer uma revolução a qualquer preço no País.

Já vimos esse filme no I Fórum Social Mundial de Porto Alegre. O francês Bové, cujo pai é um cientista, uma pessoa extremamente renomada na Europa, é um ditador. Ele é o principal defensor dos subsídios agrícolas na Europa. Bové esteve no Brasil e foi cortar soja transgênica da Monsanto, no Rio Grande do Sul, trazendo prejuízo ao nosso país e ao desenvolvimento científico. Os brasileiros bateram palmas para o francês Bové, sem saber que estavam batendo palmas contra o Brasil.

Portanto, repudio a atitude do Sr. João Pedro Stédile, que promove, a cada dia, a cada instante, a balbúrdia, a desordem. Somos obrigados a cobrar uma atitude do governo estadual, e principalmente do governo federal, que tem a obrigação de oferecer a disciplina e a ordem ao nosso país.

Há aproximadamente dois, três anos, uma ONG canadense e uma ONG dos Estados Unidos estiveram no Brasil, procurando os produtores de soja e tentando pagá-los para não plantarem, para que eles pudessem dominar o mercado. Não podemos acreditar que tudo é certo. Temos de ter consciência para defender as nossas atividades, o nosso emprego, a produção do nosso país.

O Deputado Rogério Correia (em aparte)\* - Deputado Paulo Piau, ouvi com atenção o pronunciamento de V. Exa. e tenho pontos de divergências com ele, embora respeite sua opinião.

Não podemos julgar um movimento por um fato, muito menos julgar uma pessoa, como o Sr. João Pedro Stédile, que conta com uma importante liderança para organizar aqueles que são mais despossuídos no Brasil.

O MST é um movimento pacífico, que possui atos de resistência, e João Pedro organiza esse movimento no interior de nosso país. Muitas vezes são atos de resistências contra a pobreza. Não posso dizer que todas as ações praticadas por integrantes do MST sejam corretas. Podem existir ações incorretas? Sim. Podem existir ações políticas, com as quais não concordamos? Sim. Mas, em geral, trata-se de um movimento que trabalha um setor muito sofrido em nosso país e que foi fundamental na luta pela reforma agrária.

Acompanho o MST da juventude e o MST daqueles trabalhadores que, há muito tempo, reivindicam um pedaço de terra e não conseguem. Temos de enxergar o MST pelo seu lado positivo, pois a grande maioria dos atos realizados tem esse caráter positivo de organização dos despossuídos, dos mais pobres; daqueles setores desesperançados, que não têm terra, que às vezes não têm o que comer, que não querem viver apenas de esmola ou da dádiva do governo, dos programas de renda mínima, que são justos, mas que não devem ser eternos.

O movimento organiza-se para ter direito ao trabalho, principalmente à renda. É isso que move o MST. Acompanhei a ocupação na fazenda do Presidente Fernando Henrique Cardoso, como ato político do MST. Não estava presente, mas acompanhei o movimento na região de Buritis. Havia uma fazenda improdutiva, que já havia sido ocupada. O laudo do Incra constatava que a fazenda era improdutiva.

Por 10 longos anos, eles lutaram para que essa fazenda virasse assentamento. Havia laudo de improdutividade, mas a coisa não andava. Visitei essa fazenda antes de ela virar assentamento, ou seja, quando ainda era acampamento. Vi os trabalhadores tomando água no riacho, em Buritis, uma região no Noroeste mineiro. V. Exa. conhece bem essa região, pois tem um trabalho político lá. Vi também, Deputado Rêmoló, camponeses que trabalhavam na terra naquele momento pegando água completamente verde, com um balde branco. Era a água que eles precisavam tomar para que sua lavoura fosse feita. Presenciei ainda crianças andando 5km com a mãe para ir à escola, porque não tinham apoio da Prefeitura nem havia condições nas estradas. Enfim, presenciei coisas do arco da velha. Eles fizeram uma ocupação ou um ato político no interior da fazenda do então Presidente Fernando Henrique Cardoso. Na época, foi noticiado que eram vândalos e agitadores porque deitaram na cama do Presidente e tomaram o seu vinho, que custava R\$5.000,00. Não concordo com essas últimas atitudes, mas compreendo a indignação dos que nem sequer tinham água potável para beber, em contraposição à fazenda do Presidente da República, responsável pela reforma agrária, que não fazia, que não dava uso devido à terra e que tinha R\$25.000,00 e água em abundância na sua propriedade. Por mais absurdo que possa parecer aos olhos de pessoas como nós, que têm outro nível de vida, ou dos que confortavelmente possuem trabalho, emprego, renda ou propriedade e que não conseguem compreender a angústia que sentem os despossuídos em momentos de raiva... Na ocasião, cheguei a homenagear, aqui na Assembléia legislativa, uma menina chamada Alessandra, de 14 anos - hoje, ela tem 18. Fiz questão de lhe dar uma medalha pelo seu gesto de protesto naquele dia na fazenda do ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso. Repito que não afirmo que o MST estivesse certo ou que os que fizeram a ocupação estivessem politicamente corretos. Até porque aquele era um ano eleitoral, e os conservadores usaram essa situação para dizer que aquilo foi coisa do PT, dos vândalos, dos agitadores, que, se o Lula ganhasse as eleições, seria um inferno no Brasil, e que aquilo era um absurdo. É claro que eu não podia achar que aquele ato político do MST fosse politicamente correto naquele momento. Mas compreendo a indignação daqueles trabalhadores. Embora não concorde com esse ato, gostaria que fosse visto como indignação daqueles que são despossuídos e que, às vezes, não têm um copo de água tratada para tomar. Portanto não julgo esse ato do MST, de nenhum trabalhador ou despossuído, como vandalismo ou simplesmente um movimento inconseqüente, mas como um ato de desespero daqueles que, num movimento politicamente correto, buscaram organizar-se para fazer com que o Brasil fosse melhor, que as pessoas pudessem ter terra para trabalhar.

Sei que é isso o que V. Exa. sempre defendeu aqui. Tenho uma visão distinta. Quando ouvi V. Exa. falar do João Pedro Stédile, parecia que ele era alguém que pregava a desordem, a desorganização. Não é assim. Ele prega a organização de um setor importante da sociedade, que, se não tivesse se organizado em movimentos como o MST, talvez aí, sim, estivesse praticando atos de vandalismo, assaltando ou matando, o que seria muito pior. Muito obrigado.

O Deputado Paulo Piau - Toda discussão é válida, até para que os telespectadores e os Deputados possam refletir sobre o problema. Deputado Rogério Correia, acho que devemos preservar sempre a lei e a ordem no nosso país, que é recente em termos de democracia e de participação popular, que tem 485 anos de ditadura e apenas 20 de democracia. Talvez não pudéssemos exigir que as coisas fossem muito diferentes. Como cidadão brasileiro, sempre preservarei o cumprimento da lei. Se ela estiver errada - e há muita coisa errada -, que seja refeita. Para mim, a ordem é imprescindível. Quando cito o João Pedro Stédile, é porque, há tempos, ele incentivou a invasão não apenas de terras, mas de supermercados, o que é uma exacerbação muito grande quanto à competência do líder do MST. Mas há o ponto de vista de V. Exa. Preocupo-me apenas com os inocentes úteis e com os maus brasileiros. Enquanto estamos no Brasil brigando por nossos interesses, por melhor distribuição de renda e por um Brasil mais justo, está perfeito. Não temos como condenar atitudes. Mas, enquanto formos inocentes úteis ou maus brasileiros, dando cobertura a interesses internacionais, esse será o limite, a razão da nossa fala. Nesse aspecto da Aracruz Celulose existem interesses internacionais em detrimento do interesse dos brasileiros.

Obrigado pela paciência, Sr. Presidente.

\* - Sem revisão do orador.

## MATÉRIA ADMINISTRATIVA

### ATOS DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na data de 7/3/2006, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/2002, c/c as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão e de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

#### Gabinete do Deputado André Quintão

exonerando Hila Bernadete Silva Rodrigues do cargo de Assistente de Gabinete, padrão AL-23, 8 horas;

nomeando Marcelo de Freitas Assis Rocha para o cargo de Assistente de Gabinete, padrão AL-23, 8 horas.

#### Gabinete da Deputada Cecília Ferramenta

exonerando, a partir de 27/3/2006, Eliane Marisa Caldeira do cargo de Assistente Técnico de Gabinete, padrão AL-29, 8 horas;

exonerando, a partir de 27/3/2006, Lorena Casas Tavares Dias do cargo de Secretário de Gabinete I, padrão AL-19, 8 horas;

exonerando, a partir de 27/3/2006, Vicente de Paulo Costa do cargo de Técnico Executivo de Gabinete II, padrão AL-41, 8 horas;

nomeando Elma Lopes Souza Guidine de Oliveira para o cargo de Secretário de Gabinete I, padrão AL-19, 8 horas;

nomeando Maria da Conceição Moreira Vieira Santos para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 8 horas;

nomeando Mércia Oliveira Silva Pereira para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 8 horas;

nomeando Rosa Cristina da Costa para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 8 horas;

nomeando Sandra Oliveira Silva para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 8 horas;

nomeando Sônia Neves de Lima Santos para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 8 horas;

nomeando Sônia Resende Maciel de Assis para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 8 horas;

nomeando Vicente de Paulo Costa para o cargo de Auxiliar Técnico Executivo, padrão AL-34, 8 horas.

#### TERMO DE CONTRATO

Cedente: Município de Uberaba. Cessionária: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Objeto: cessão de uso da estação repetidora da TVA, de propriedade do Município. Dotação orçamentária: 33903900. Vigência: 12 meses a partir da assinatura. Licitação: inexigível, conforme o art. 25 da Lei Federal nº 8.666, de 1993.

#### TERMO DE ADITAMENTO

Contratante: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Compex Sistemas e Consultoria Ltda. Objeto: prestação de serviços técnicos de manutenção e de identificação de defeitos em equipamentos de informática com fornecimento e reposição de peças e de componentes defeituosos e substituição de componentes ou equipamentos. Objeto deste aditamento: primeira prorrogação contratual, com manutenção do preço. Vigência: 12 meses, 23/3/2006 a 22/3/2007. Dotação orçamentária: 33903900.

#### TERMO DE ADITAMENTO

Contratante: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Heliotecminas Comércio e Representações Ltda. Objeto: prestação de serviços reprográficos, incluindo a locação dos equipamentos necessários, instalação, reposição de peças, assistência técnica, manutenção preventiva e corretiva, treinamento de operadores e fornecimento de todos os suprimentos necessários ao funcionamento dos equipamentos. Objeto deste aditamento: ampliação do objeto contratual. Dotação orçamentária: 33903900.

#### TERMO DE CONTRATO

Contratante: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Control Elevadores Ltda. Objeto: contratação de empresa especializada de engenharia para prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva em um elevador e um monta-carga, da marca Montele, instalados no Palácio da Inconfidência. Vigência: 12 meses a partir da assinatura, ou até a conclusão da Tomada de Preço nº 3/2005. Dotação orçamentária: 33903900. Licitação: Coleta de Preços nº 2/2006.

#### TERMO DE AFETAÇÃO

Cedente: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Cessionária: Escola Estadual Paula Carvalho. Objeto: afetação patrimonial de um microcomputador Zenith. Vigência: a partir da assinatura.

#### TERMO DE CONTRATO DE DOAÇÃO

Contratante: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratado: Associação Comunitária de Apoio à Cidadania - Acac. Objeto: doação de um microcomputador. Licitação: dispensa.

### ERRATA

#### PARECER PARA O 1º TURNO DO PROJETO DE LEI Nº 1.306/2003

Na publicação da matéria em epígrafe, verificada na edição de 24/3/2006, na pág. 67, col. 2, no título, onde se lê:

"PARECER PARA O 1º TURNO", leia-se:

"PARECER PARA TURNO ÚNICO".